

2ª Edição

Fiorelo Picoli

# AMAZÔNIA: PEGADAS NA FLORESTA

UMA ABORDAGEM DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

ED

AMAZÔNIA:  
PEGADAS NA FLORESTA  
UMA ABORDAGEM DA  
SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Copyright © 2011 Fiorelo Picoli

Capa

*Tiago Roberto da Silva*

Foto da capa

*Julia Freeman-Woolpert*

Revisão

*Renato Gomes Tapado, Maria da Paz Sabino*

Revisão final

*Prof. Ms. Luzia Aparecida Oliva dos Santos*

Editoração eletrônica

*Carmen Garcez, Tiago Roberto da Silva*

Bibliotecária

*Luiza Helena Goulart da Silva*

P598 Picoli, Fiorelo

Amazônia: pegadas na floresta: uma abordagem da  
superexploração no trabalho / Fiorelo Picoli – 2. ed.  
Florianópolis: UFSC, 2011.

171 p.; 14,8 x 21 cm.

ISBN 978-85-61682-65-1

1. Amazônia. 2. Superexploração. 3. Força de trabalho.  
I Picoli, Fiorelo

CDD 330

2011

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate

Campus Universitário da UFSC – Trindade

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Bloco anexo, sala 301

Telefone: (48) 3338-8357

Florianópolis – SC

[www.editoriaemdebate.ufsc.br](http://www.editoriaemdebate.ufsc.br)

[www.lastro.ufsc.br](http://www.lastro.ufsc.br)

Impresso no Brasil

FIGURELO PICOLI

AMAZÔNIA:  
PEGADAS NA FLORESTA  
UMA ABORDAGEM DA  
SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Florianópolis

2011



# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	7
APRESENTAÇÃO.....	11
1. O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO .....	15
2. A EXPLORAÇÃO E A MAIS-VALIA.....	29
3. A SUPEREXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SETOR DE TRANSFORMAÇÃO DE MADEIRAS .....	39
4. MULHERES E CRIANÇAS VÍTIMAS DA EXPLORAÇÃO NO TRABALHO.....	73
5. A FALTA DE TREINAMENTO, A SEGURANÇA NO TRABALHO E A VIOLÊNCIA .....	91
6. O SALÁRIO E A VIDA SOCIAL NA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO.....	117
7. RESUMO.....	135
8. CONCLUSÃO.....	145
POEMA – SINA DE TRABALHADOR .....	153
LISTA DE ABREVIATURAS .....	155
REFERÊNCIAS .....	157



## PREFÁCIO

As noções de tempo e espaço são quase inexistentes nas análises dos problemas nacionais realizadas pela maioria dos cientistas sociais brasileiros. Essa gravíssima deficiência de formação não ocorre por acaso: o caráter fragmentado que assumiu o ensino de graduação e pós-graduação em nossas universidades, aliado à dose considerável de colonialismo que nossos estudantes sofrem, implicam necessariamente a eliminação desses dois fatores estruturantes de todo pensamento crítico. É por essa razão que a maioria dos estudos consagrados à realidade brasileira está baseada em autores e perspectivas que guardam escassa relação com a realidade na qual seus autores estão inseridos. Capazes de reproduzir argumentos oriundos dos centros de pensamento das metrópoles com certa precisão, são, não obstante, incapazes de utilizá-los de maneira criativa nos trópicos. Reproduzem, não criam. São divulgadores de teorias alheias e por esta razão não conseguem dialogar com elas e muito menos superar suas debilidades.

O estudo de Fiorelo Picolli *Amazônia: pegadas na floresta* analisa a região amazônica e constitui um comportamento quase solitário no cenário intelectual brasileiro. Professor integrado em sua região, dedicou seu doutoramento ao estudo das madeiras na Amazônia e, para tal, realizou importante pesquisa sobre a integração dessa região latino-americana ao mercado mundial. O resultado foi um importante diagnóstico sobre a exploração da madeira na região de Sinop, mas também um acertado mergulho na dinâmica que o capital criou na região nas três últimas décadas. Fica claro para o leitor da série completa – da qual este livro é apenas a última parte – que tanto na ditadura como no “regime

democrático” a voracidade do capital não diminuiu. E muitas críticas que eram dirigidas ao regime político podem agora ser vistas como diagnóstico superficial, incapazes de dar conta das transformações que ainda operam na região.

Foi nessa empreitada que Fiorelo lançou mão de um importante autor, ainda desconhecido do público brasileiro – não obstante ser um exitoso cientista social latino-americano –, que foi Ruy Mauro Marini. A utilização de sua perspectiva teórica, especialmente do conceito de superexploração da força de trabalho, lançado no clássico *Dialética da dependência*, somente lançado no Brasil recentemente, iluminou um problema que a perspectiva liberal não pode mais esconder e a que os estudos de inclinação crítica não conseguem responder adequadamente. Ora, por que a ditadura acabou e a força de trabalho continua sendo tratada em um regime de superexploração que nega ao trabalhador as condições mínimas de reprodução que se verificam nos países centrais? Este fato, com o qual a maioria dos intelectuais e políticos parecem já ter naturalizado, não continua sendo um pilar de pesquisa decisivo para nossas universidades?

As conclusões da pesquisa que agora o leitor tem em suas mãos respondem de maneira contundente às indagações acima e indicam que um diagnóstico mais preciso desta realidade apenas começa. Por outro lado, reafirmam que a teoria social latino-americana desenvolveu nos últimos 50 anos uma capacidade de análise que é indispensável para o conhecimento de nossa realidade social e que precisa de novas contribuições teóricas. Para tal, será necessário que o estudante, o professor e o leitor curioso intelectualmente superem a atitude colonial que está sempre ávida para consumir a última novidade teórica de Paris ou de Nova York, desconhecendo as notáveis e decisivas contribuições de cientistas sociais da América Latina. Observe-se que os intelec-

tuais metropolitanos não desconhecem os mais importantes intelectuais que aqui trabalham.

A recuperação da perspectiva teórica da dependência, em sua versão marxista, realizada por Fiorelo foi essencial para que ele chegasse aos resultados que o leitor agora possui. Como explicar a pobreza, a violência e a exploração se não pelo conceito de superexploração? Como foi possível dispensar essa perspectiva analítica quando a realidade brasileira exige explicações para os grandes problemas sociais de nosso tempo?

Enfim, eis aqui um estudo que ajuda a desvendar os segredos da acumulação capitalista na região amazônica e ao mesmo tempo permite uma visibilidade maior para uma perspectiva teórica que, por razões políticas, foi esquecida em nossas universidades.

*Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques*

Professor do Departamento  
de Ciências Econômicas da UFSC.

Doutor em Economia Internacional –  
Universidade Nacional Autônoma do México.



## APRESENTAÇÃO

Este é o quarto livro de uma série de quatro que versam sobre a Amazônia Legal brasileira. Permanecemos com a mesma postura de análise, tal como discorremos nas obras anteriores, levando-se em conta o processo de colonização ocorrido na região, com um recorte ao trabalho madeireiro. O presente trabalho tem o propósito de causar um certo desconforto ao leitor, para que possa atingir seu intento. Pauta-se em desconstruir os conceitos e os preconceitos, frutos dos condicionamentos sociais fabricados. Além disso, ao se produzir esta obra levamos em consideração o público definido, ao qual direcionaremos as reflexões aqui suscitadas. Não objetivamos produzir uma alternativa de leitura universal, que venha ao encontro dos anseios e de necessidades mais abrangentes, mas sim pensamos na parcela de público restrito e seletivo, interessado no saber amazônico.

Ao dissertarmos acerca das temáticas inerentes ao processo de formação produtiva regional, tomamos os cuidados para não definir e concluir os conceitos. Firmamos o propósito de não deixar a análise acabada, mas instigar o leitor e oportunizar a ele a curiosidade e a busca de novas bibliografias. Por meio desse direcionamento, é possível organizar um processo de aprendizagem, como também, apresentar a Amazônia por meio de um desafio, tanto para quem escreve quanto para quem faz a leitura. Com essa determinação, convidamos os leitores para fazermos juntos esta viagem que está apenas começando.

O indicativo de liberdade e trânsito construtivo nos torna possível entender a amplitude da relação na produção e no trabalho. Assim, foi necessário conhecer como se fundamenta o conceito de exército industrial de reserva, como ocorrem, na

prática, as marcas e as pegadas deixadas em nome da produção de mercadorias. Avaliamos quais mecanismos que regulam a classe trabalhadora, visto que, a formação de maior oferta que a procura de trabalhadores passa regular as ações e as estratégias do modelo de concentração de capitais.

Com esse entendimento, buscamos compreender como o capitalista se retira do controle da força de trabalho, para, posteriormente, criar mecanismos reguladores que consolidam a existência do exército industrial de reserva. É importante caracterizar como se consegue desenvolver formas de acumulação por meio de índices de mais-valia mais elevados que interferem na dinâmica trabalhista de forma agressiva. São observadas as formas de utilização dessa mão de obra através da intensificação das jornadas de trabalho, seu prolongamento, assim como o rebaixamento dos salários. Identificamos a importância do Estado como intermediador das táticas, tanto coletivas como universais, que contribuem na dinâmica da exploração, para, na prática, ocorrer a mais-valia na produção. Apontamos, então, que o processo de trabalho se torna desigual quando uma das partes envolvidas nasce da perspectiva do lucro, e, a outra, subsiste e se reproduz enquanto espécie, com a finalidade de continuar a labuta nas indústrias.

Procuramos reconhecer a função do trabalhador no setor de transformação florestal, para verificarmos como ele está inserido na produção, por meio da indústria de transformação madeireira, e como acontece a extração das árvores na floresta. Observamos o envolvimento da força de trabalho na coleta das árvores, no arraste das toras, no carregamento dos caminhões, no transporte, no descarregamento nas indústrias, na transformação da tora em madeiras beneficiadas e no carregamento das madeiras para os mercados consumidores. Ao mesmo tempo, foi nossa tarefa distinguir como estes trabalhadores se adaptam vivendo em casas

cedidas pelos empresários no próprio local em que se localiza o processo produtivo; como é a qualidade destas moradias e as formas a que são submetidos pelo domínio da empresa.

Analizamos como se efetiva a inserção de crianças, menores e mulheres no processo produtivo, sendo considerados exército industrial pelos grupos econômicos, e utilizados conforme a necessidade da classe empresarial. Ao mesmo tempo, pretendemos compreender a dinâmica que os envolve e os torna cobiçados, visto fornecerem mais lucro que os trabalhadores homens adultos.

Além de considerar o tratamento diferenciado, é importante observar que estes trabalhadores são, na maioria das vezes, submetidos à exploração, quando comparada com outros países e outras regiões do Brasil. Na sequência, apresentamos o tratamento à mulher, visto não se levar em consideração as suas peculiaridades, pois, na maioria das empresas, não existem nem banheiros destinados a elas e, quando existem, faltam requisitos básicos de uso.

Outro tema de que tratamos é a questão do acidente de trabalho, muito comum na região, principalmente no setor de transformação de madeira. As técnicas que vão da coleta das árvores ao beneficiamento da tora são realizadas de forma primitiva, sem, no entanto, considerar que nestas operações estão presentes trabalhadores. Além disso, os acidentados não recebem o adequado socorro, como tratamento médico e hospitalar. Os trabalhadores raramente são treinados ou usam equipamentos de segurança, muito menos receberam orientação quanto aos primeiros socorros em caso de acidentes. Quando o trabalhador se acidenta, é desligado da empresa e ocorre a contratação de outro trabalhador para repor a força produtiva perdida.

Verificamos, assim, os mecanismos existentes para entender a trajetória da força de trabalho inserida no processo produtivo. Também procuramos demonstrar os níveis salariais da categoria, vistos através da lógica da superexploração da classe trabalhado-

ra, sendo a subsistência e a reprodução da força de trabalho que determinam a sua existência e as formas de tratamento. A lógica serve para reproduzir e perpetuar o modelo de produção capitalista com a finalidade de agregar valor na produção por meio da mais-valia relativa e absoluta, vindo também a proporcionar o rebaixamento do poder de consumo da força de trabalho.

Neste processo, procuramos identificar que, através da superexploração da classe trabalhadora, o capitalista retira parte do valor necessário para subsistência e sua reprodução, e, assim, paga valor abaixo do normal. Ao produzir uma relação desigual entre as classes trabalho/capital, as formas de exploração tornam-se mais agressivas, e os trabalhadores, submissos, obedientes e dominados, tornam-se reféns de sua própria “liberdade” como força de trabalho assalariada.

Além de serem marginalizados como cidadãos, também vivem praticamente excluídos da vida social da comunidade em que vivem. Restam-lhes a separação e o represamento, o confinamento no processo produtivo, para, com isso, se efetivar a lógica da expansão capitalista na Amazônia brasileira. Com esta breve abordagem preliminar, convidamos você para juntos realizarmos uma confortável e instigante viagem à Amazônia...

# 1

## O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Ao desenvolvermos as relações entre a força de trabalho e o capital, concentramos nossa investigação nas indústrias de transformação de madeiras da Amazônia Legal brasileira, também como suas conexões nas relações econômicas, produtivas, ambientais, trabalhistas e estatais. Ao tratarmos da mão de obra e de suas relações nesse espaço de economia periférica, preocupamo-nos em identificar os limites e as dependências entre os fatores sociais, morais e econômicos, localizados por meio do comportamento sistêmico, que envolve o mundo do trabalho e da produção capitalista.

Faz-se necessário identificarmos a formação do exército industrial de reserva, a acumulação capitalista da mais-valia, as formas de ocupação da força de trabalho por meio da lógica da exploração, a presença das mulheres e das crianças, o treinamento e a segurança do trabalhador, os salários e a vida social da classe trabalhadora, e a partir desse indicador formarmos um diagnóstico real da inclusão do homem no espaço extrativista florestal.

Consideram-se as condições de trabalho no processo produtivo deste setor, e, assim, são identificadas as formas de utilização dessa mão de obra na relação de exploração entre classes no processo produtivo. Além disso, é necessário ressaltar que a exploração no trabalho se qualifica em um estágio mais avançado na região, chegando a um quadro de superexploração. Nesta estratégia é indispensável identificar os métodos peculiares no tratamento da força de trabalho na região, bem como apontar as regras criadas para transformar esta relação de trabalho sob a dominação e a violência.

Com essa dinâmica, percebe-se que a Amazônia, ao abrir-se ao capital nacional e transnacional, necessita reproduzir, também, a força de trabalho e utilizar-se de estratégias que impõem à classe métodos que os levam a produzir mais trabalho que em uma condição normal de simples exploração. Os grupos econômicos necessitam, “antes de tudo, dominar o mercado da força de trabalho; mas necessitam, também, e cada vez mais, dominar as áreas produtoras atrasadas” (SODRÉ, 2002, p. 441). Dessa forma, o “trabalho livre continua uma questão pendente. A abolição da escravidão, em 1888 (como a precária abolição da escravidão indígena em 1755), foi ato parcial só remotamente inspirado no eventual afã de liberdade dos cativeiros” (MARTINS, 2000, p. 12).

O capitalista consegue realizar a acumulação de capitais na Amazônia, estabelecendo como regra a concentração e a centralização da riqueza, por meio da lógica expansionista. Neste sentido, a expansão capitalista da última fronteira brasileira e as relações de trabalho e do capital em pouco se alteram na forma e no tratamento na região. Elas são praticamente as mesmas nas diferentes partes da Amazônia, pois é inerente ao processo ali instalado. O caráter da forma implantada no processo de expansão de capitais segue regras locais próprias quanto ao tratamento da força de trabalho, mas as formas de exploração são definidas e estabelecidas pelo sistema capitalista mundial.

A expansão capitalista, ao reproduzir-se de forma ampliada, também reproduz a força de trabalho para servir ao setor produtivo com regras próprias para a região. A relação de trabalho e da produção cria mecanismos de trabalho com crescente dependência. Isso pode ser observado quando comparado com outras regiões fora do espaço amazônico: elas são criadas conforme a necessidade do capitalista local. Essa estratégia define padrões de acumulação para os capitalistas e de dependência para a força de trabalho<sup>1</sup>.

Assim, a dinâmica separa o processo produtivo entre o capital e o trabalho. Formam-se, a partir daí, dois grupos distintos: em um extremo os capitalistas e proprietários do empreendimento; no outro, a força de trabalho e detentora da força física. Os empresários do setor de transformação de madeiras da região representam o capital nacional e internacional de forma jurídica e os proprietários dos empreendimentos processam a capacidade produtiva da transferência de capitais oriundos de outros locais. Estes recursos podem ser provenientes da nação brasileira ou transnacional, porém seus objetivos são idênticos aos da expansão e da acumulação.

A força de trabalho da Amazônia é constituída pelo processo de marginalização social da região e das demais partes do País. São trabalhadores despossuídos e marginalizados, que buscam suprir as necessidades básicas de subsistência para si e para reproduzir a força de trabalho futura. Os trabalhadores do setor de

---

<sup>1</sup> “As circunstâncias mais ou menos favoráveis em que se conservam e se reproduzem os assalariados em nada modificam o caráter fundamental da produção capitalista. A reprodução simples reproduz constantemente a mesma relação capitalista: capitalista de um lado e assalariado do outro. Do mesmo modo, a reprodução ampliada ou a acumulação reproduzem a mesma relação em escala ampliada: mais capitalistas ou mais capitalistas mais poderosos, num polo, e mais assalariados, no outro. A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo; não pode livrar-se dele. Sua escravização se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado” (MARX, 1998 p. 716-17).

transformação de madeiras, por serem indivíduos represados no processo histórico, por meio de sucessivas reprovações, migram para a região em busca de novas alternativas para subsistir e reproduzir-se, tendo a proletarização nas indústrias madeireiras como alternativa. Ao assumirem as várias funções de trabalho, são vistos apenas como um componente do processo produtivo e passam a ser uma mercadoria como qualquer outra, necessária e indispensável, pois sem mão de obra não acontecem a reprodução e a acumulação na região.

Nesta perspectiva, faz-se necessária a existência de força de trabalho e capitalistas, que, juntos, conseguem realizar a reprodução. Assim, um polo fundamenta-se em reproduzir capital, enquanto o outro, a força de trabalho; um não sobrevive sem o outro. Dentro desta lógica e nestes extremos acontece o ciclo produtivo da força de trabalho<sup>2</sup>. É a lógica do sistema capitalista, mas podemos rompê-la e tornar o homem livre? É possível a busca de novas alternativas que venham ao encontro dos anseios da classe trabalhadora e capitalista? Para responder, na prática, essas indagações, faz-se necessário romper o já estruturado projeto elaborado e determinado pelas elites dominantes. Isso significa acabar também com o sistema dominador, ou aperfeiçoá-lo por meio de um projeto mais solidário e justo, que contemple a inclusão social de todos os atores que movimentam a região.

O sistema estabelecido de forma global, com regras impostas, criadas pelos grupos econômicos, faz acontecer o processo migratório para a Amazônia. Nessa lógica, o setor de transformação de madeiras transforma-se, também, em área de livre acesso ao exército industrial de reserva, vindo das diferentes regiões

---

<sup>2</sup> “Se alguém tivesse 100.000 acres de terra, o mesmo número de libras esterlinas e outro tanto de gado, que seria esta pessoa rica sem trabalhador, senão um trabalhador? Uma vez que os trabalhadores fazem os ricos, quanto mais trabalhadores, maior é a riqueza. [...] O trabalho do pobre é a mina do rico” (MARX, 1998, p. 717, citando John Bellers, 1696).

brasileiras. Além disso, quando de interesse do capital, este estrategicamente toma a iniciativa de oferecer as condições necessárias para o deslocamento de trabalhadores para servirem aos interesses da reprodução. Utiliza a nova fronteira de expansão como novo núcleo de formação de capitais e força de trabalho. Na dependência, quando o capital se desloca para a Amazônia, junto transfere a força de trabalho, um depende do outro. O primeiro, para acumular riqueza, e o segundo, para subsistir, mas ambos para reproduzir-se em nome do sistema global.

Este elo entre os capitalistas e a força de trabalho é fruto da necessidade do processo produtivo estar sempre rodeado de mão de obra, efetivando-se, assim, a exploração por meio das tarefas humanas. Esta é a única forma de expandir-se e é um fator determinante para conseguir acumular através da mais-valia. O objetivo maior da sociedade dominante é produzir mais com menor custo e, conseqüentemente, produzir mais mercadorias com menos trabalho.

Contudo, o salário, fundo de subsistência da força de trabalho, fundamenta-se nas necessidades de manter e reproduzir a força de trabalho. Por outro lado, a classe trabalhadora só vende sua força de trabalho ao capitalista se esta puder se transformar em lucro no processo produtivo. A classe trabalhadora tem acesso aos projetos econômicos da região através de sua força de trabalho, passa a movimentar e oxigenar o objeto maior da sociedade capitalista organizada, que é a produção de mercadorias para servir ao mercado. Seu trabalho possibilita a expansão e a concentração de capitais na Amazônia brasileira de forma que ele possa ser incorporado ao capital de maneira concentrada. Esta tática vem efetivar a reprodução dentro da racionalidade sistêmica da formação de capitais; é a razão de existir do processo capitalista.

Para acontecer a reprodução da riqueza deve primeiro existir força de trabalho, constituída pelo exército industrial de re-

serva. Prova disso é que, nos anos 70 e 80 do último século, a indústria de transformação madeireira da Amazônia necessitou importar trabalhadores para movimentar o processo produtivo. Assim, é atraída para a nova fronteira de expansão a massa de despossuídos e marginalizados do País. No caso específico de Sinop e região, o setor de transformação de madeiras absorve hoje “pessoas pobres, sem emprego e sem qualificação que por muito tempo se deslocaram para a região em busca de melhores condições de vida para sua família, aumentando significativamente a população das vilas operárias do setor industrial de Sinop” (SOUZA, 2001, p. 148).

Os capitalistas não objetivam suprir somente as necessidades momentâneas de oferta de trabalho, mas constituir uma superpopulação de trabalhadores à sua disposição, formando, assim, o exército industrial de reserva. Dessa forma, criam-se os elementos propícios para a produção, para oportunizar altas taxas de lucro, pois este deve ser reinvestido na produção para expandir seus negócios. Assim, é preciso tornar a força de trabalho submissa e dependente, tirando-lhe todas as oportunidades de vislumbrar algo diferente que ser mão de obra à disposição destes empreendimentos<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Neste sentido, Bernard de Mandeville, no começo do século XVIII, citado por Marx (1998, p. 717-18), define: “Nos países onde a propriedade está bem protegida, é mais fácil viver sem dinheiro do que sem os pobres, pois quem faria o trabalho? [...] Se não se deve deixar os pobres morrerem de fome, não se lhes deve dar coisa alguma que lhes permita economizarem. Se esporadicamente um indivíduo, à custa de trabalho e de privações, se eleva acima das condições em que nasceu, ninguém lhe deve criar obstáculos: é inegável que, para todo indivíduo, para toda a família, o mais sábio é praticar a frugalidade; mas é interesse de todas as nações ricas que a maior parte dos pobres nunca fique desocupada e que, ao mesmo tempo, gaste sempre tudo o que ganha. [...] Os que ganham sua vida com o trabalho quotidiano só têm como estímulo, para prestar seus serviços, suas necessidades. Por tornar ativo o trabalhador é um salário moderado. Um salário demasiadamente pequeno, segundo o temperamento do trabalhador, deprime-o ou desespera-o; um demasiadamente grande torna-o insolente e preguiçoso. [...] Para tornar feliz a sociedade [isto é, os que não trabalham] e para

Essa dinâmica do mundo do capital que oprime a força de trabalho é o fator que fundamenta a exploração da classe trabalhadora e a sua dominação. Nessa dialética, podemos entender a força de trabalho da indústria madeireira da Amazônia, pois vive entre os extremos da pobreza, na qual os trabalhadores são confinados dentro do processo produtivo. Para Santos (2001, p. 132), “a miséria acaba por ser a privação total, com aniquilamento, ou quase, da pessoa”.

Por outro lado, a “pobreza é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível. Miseráveis são os que se confessam derrotados. Mas os pobres não se entregam” (SANTOS, 2001, p. 132). E assim, surge a “grande massa proletarizada e pobre das cidades, cuja única mercadoria são seus músculos e o seu cérebro” (CATANI, 2001, p. 29). Na carência de perspectivas acontece a acumulação de capital da classe burguesa, pois é da retirada de excedentes da força de trabalho que se efetiva a acumulação.

Seria necessário que os trabalhadores almejassem o futuro, mesmo sem perspectivas, para que pudessem fugir do controle do capital. Esta é a regra estabelecida pela lógica da reprodução imposta e dependente. Os trabalhadores submetidos às condições de pobreza são produtivos; sendo miseráveis, tornam-se derrotados e deixam de sonhar com perspectivas para superar a condição de exploração no trabalho. Assim, o capitalista atinge o seu objetivo maior ao se constituir pela lógica que fundamenta a existência do capitalismo<sup>4</sup>.

---

que o povo viva contente, mesmo em condições miseráveis, é necessário que a maioria permaneça ignorante e pobre. O saber aumenta e multiplica nossos desejos, e, quanto menos um homem deseje, mais fácil é satisfazer suas necessidades”.

<sup>4</sup> “Não se compra a força de trabalho para satisfazer as necessidades pessoais do adquirente por meio dos serviços que ela presta ou do que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente” (MARX, 1998, p. 721).

Diante dessa postura capitalista é construída uma relação de dependência entre as classes. Apresenta-se definida e condicionada pelo objetivo maior da classe dominante, que cria as condições da existência de trabalho pago e trabalho não pago através da mais-valia. É isto que oxigena e fomenta o mundo da acumulação, pois sem trabalhadores à disposição da classe capitalista, ela não consegue se reproduzir, mesmo tendo à disposição técnicas avançadas no processo produtivo.

Desta forma, em escala ampliada, os capitais centralizam socialmente a riqueza e ela acontece em estágio avançado da reprodução, pois ocorre primeiro a concentração individual de vários capitais, que são fruto da mais-valia extraída da classe trabalhadora. Neste sentido, ela só pode acontecer quando o capitalista tem à sua disposição grandes quantidades de trabalhadores, e estes são obrigados a fornecer trabalho excedente através da imposição dos mecanismos criados.

Para Rosdolsky (2001, p. 248), “no capitalismo, de fato, não se pode negar a existência de um exército industrial de reserva e a enorme influência que ele exerce sobre os salários”. Assim, o processo trabalhista em estágio avançado da acumulação atrai “relativamente à sua grandeza, cada vez menos trabalhadores. E o velho capital periodicamente reproduzido com nova composição repele, cada vez mais, trabalhadores que antes empregava” (MARX, 1998, p. 731). Nesse sentido, o que determina a acumulação capitalista é a variação “entre capital constante e capital variável” (MARX, 1998, p. 732). Assim, a procura de trabalho não é determinada pela magnitude de capital global na empresa, mas “pela magnitude de capital variável” (MARX, 1998, p. 732).

Nessa lógica, quando ocorre o aumento do capital global, cresce “também sua parte variável, ou força de trabalho que nele se incorpora, mas em proporção cada vez menor” (MARX, 1998, p. 732). Na fase acumulativa de capitais, a redução da força de

trabalho proporciona aos capitalistas a disponibilidade de trabalhadores de forma elástica e crescente, porém são necessários investimentos cada vez maiores de capital constante, fruto do trabalho excedente, que só podem ocorrer em sua plenitude quando formado o exército industrial de reserva.

Estabelecida esta constituição, “os trabalhadores são os bois do sistema capitalista: consomem apenas uma parte do que produzem, a parte necessária para que continuem vivos e trabalhando, a outra parte a mais-valia, é apropriada pela burguesia, que vive às custas da classe trabalhadora” (CATANI, 2001, p. 32). O capital só se desenvolve quando se relaciona com a força de trabalho e aprofunda as formas capitalistas para tirar vantagens nesta relação<sup>5</sup>.

Nesse sentido, todos os movimentos da indústria moderna nascem “da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregada ou parcialmente empregada” (MARX, 1998, p. 737). Para a indústria moderna, a existência de uma superpopulação excedente de mão de obra torna-se uma necessidade, vindo a proporcionar as condições ideais para a acumulação de capitais. Mas o aumento do capital variável é também aumento de mais trabalho, porém não de mais trabalhadores empregados, pois os capitalistas têm cada vez mais

---

<sup>5</sup> “Se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista, ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da produção. Com a acumulação e com o desenvolvimento da produtividade do trabalho que a acompanha, cresce a força de expansão súbita do capital. Essa força de expansão cresce em virtude das seguintes causas: aumento e elasticidade do capital em funcionamento e a riqueza absoluta da qual o capital constitui apenas uma parte elástica; as condições técnicas do próprio processo de produção, a maquinaria, os meios de transportes etc. possibilitam a transformação mais rápida, na mais larga escala, do produto excedente em meios de produção adicional” (MARX, 1998, p. 735).

necessidade de extrair mais trabalho de menor quantidade de trabalhadores (MARX, 1998, p. 739).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista necessita colocar cada vez mais trabalho em menor quantidade de trabalhadores. Este deve ser acompanhado com menor dispêndio de capital variável, “explorando mais, extensiva ou intensivamente, as forças de trabalho com menos capital” (MARX, 1998, p. 739). Outra forma disponível aos capitalistas é a substituição progressiva de trabalhadores menos hábeis por qualificados, tais como: mão de obra madura por iniciante; masculina por feminina; adulta por jovens e crianças.

O que determina a taxa de emprego é a composição orgânica do capital, principalmente quando acontece o aumento do capital variável. Na prática, a superpopulação flutuante provém da quantidade menor de capital variável investido, quando comparado com o investimento do capital constante. Assim, a oferta de trabalho não condiz com a necessidade de absorção dos trabalhadores existentes, pois já existem trabalhadores no processo produtivo e, além disso, deve absorver a nova oferta de mão de obra que se apresenta como apta ao processo de trabalho. Ao atingir uma superpopulação à disposição dos capitalistas, este pode se retirar do controle, a força de trabalho através da formação do exército industrial de reserva se encarrega de fazer esta parte.

Neste estágio, o capital sujeita a classe trabalhadora à redução de seu salário e a submete a mais trabalho, através da pressão que a própria classe exerce entre si. O exército industrial de reserva se apresenta latente, quando está apto ao trabalho, mas este se apresenta como alternativa imediata. Estão à disposição dos capitalistas, flutuantes. São empregos que se apresentam de forma sazonal; estagnado é aquele que foi um dia assalariado, sai do emprego, mas não consegue voltar; no pauperismo, submete-se a qualquer trabalho, onde tem e quando tem. Quando

não existe exército industrial de reserva em pontos estratégicos da produção, o capital encarrega-se de criá-los e colocá-los à sua disposição, através de opções criadas. Nesse sentido, Braverman<sup>6</sup> indica com clareza esta concepção.

Através das perspectivas capitalistas criadas para a expansão, a força de trabalho se encaminha para lugares onde o capital deseja se instalar. Assim, criou-se a forma certa para as regiões Nordeste e Centro-Sul do País, possibilitando a transferência dos trabalhadores que se encontravam em estado flutuante, os sem-trabalho, proporcionando a opção para migrarem para uma nova fronteira de trabalho na Amazônia.

A força de trabalho, a princípio, é atraída para a indústria de transformação de madeiras por melhores salários momentâneos, dentro de um projeto previamente estabelecido pelas forças capitalistas. Assim, “as oscilações locais do mercado de trabalho de um ramo particular de produção são apenas fenômenos de repartição da população trabalhadora nos diversos ramos em que se aplica o capital, de acordo com suas necessidades variáveis” (MARX, 1998, p. 742). Contudo, a procura da força de trabalho não se identifica apenas com o aumento do capital, muito menos com a oferta de trabalhadores na região, ou com o crescimento da classe trabalhadora, mas como estratégia da expansão capitalista.

---

<sup>6</sup> “Nas condições do capitalismo, o desemprego não é uma aberração, mas uma parte necessária do mecanismo de trabalho do modo capitalista de produção. É continuamente produzido e absorvido pela energia do próprio processo de acumulação. E o desemprego é apenas a parte contada oficialmente do excedente relativo da população trabalhadora necessária para a acumulação do capital e que por sua vez é produzida por ele. Essa população excedente relativa, o exército de reserva industrial, assume formas variadas na sociedade moderna, inclusive os desempregados; os temporariamente empregados, os empregados em tempo parcial; a massa das mulheres que como donas-de-casa ou domésticas constituem uma reserva para as ‘ocupações femininas’; os exércitos de imigrantes, tanto agrícolas como fabris; a população negra com suas taxas extraordinariamente elevadas de desemprego; e as reservas estrangeiras de trabalho” (BRAVERMAN, 1981, p. 326-27).

Nesta perspectiva, a “acumulação aumenta a procura de trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores, ‘liberando-os’, ao mesmo tempo em que a pressão dos desempregados compele os empregados a fornecer mais trabalho” (MARX, 1998, p. 743). Contudo, “os proletários sem trabalho exercem pressão sobre os salários dos que estão empregados, baixam os salários; aumenta a quota da mais-valia” (LUXEMBURG, 1976, p. 485). Por outro lado, “a queda dos salários caminha junto com o aumento da jornada de trabalho; sua elevação com aumento da ocupação” (LUXEMBURG, 1976, p. 486). Os capitalistas, ao desenvolverem a força de trabalho e colocá-la à sua disposição, desenvolvem a base da acumulação na região. O exército industrial de reserva “surge como consequência de uma acumulação muito lenta que não acompanhou o aumento da população” (LUXEMBURG, 1976, p. 499) e pela tecnologia disponível na produção.

A superpopulação desempregada assume forma flutuante ou latente. Com o exército industrial de reserva regularizado, a jornada de trabalho atinge seu ponto máximo, tanto em horas trabalhadas, como também, em sua intensidade, acompanhada de salários baixos. Assim, as massas desprovidas do Brasil são atraídas para trabalharem na indústria de transformação de madeiras. A força de trabalho que chega para este novo espaço para trabalhar torna-se mais uma peça necessária da expansão capitalista que busca acumular e concentrar riqueza.

No projeto de expansão capitalista da última fronteira brasileira, pela extração dos recursos florestais, os grupos econômicos são contemplados por recursos naturais abundantes e criam uma superpopulação de trabalhadores à disposição do capital. Assim, o exército industrial de reserva desempenha papel fundamental e se torna necessário ao modo capitalista da produção, pois a sua existência é fator decisivo para a formação da acumulação. Contudo, os benefícios da expansão da Amazônia tornam-se frutos

nas mãos apenas de grandes conglomerados nacionais e internacionais que ali vão se constituir e instalar, como um prolongamento do movimento sistêmico de acumulação mundial.

A dialética do projeto capitalista tem a capacidade de criar extremos entre as classes: no “regime burguês os que trabalham não lucram e os que lucram não trabalham” (MARX e ENGELS, 1993, p. 91). Além disso, os trabalhadores são levados a não participar como cidadãos do que lhes é de direito na sociedade em que vivem, sendo-lhes negadas todas as oportunidades para seu desenvolvimento e crescimento. A dominação caracteriza-se de todas as formas, incluindo também sua família de forma extensiva, pois o processo produtivo tem, como objetivo apenas, a produtividade do trabalho e a geração do lucro ao capitalista da produção de mercadorias. Marx<sup>7</sup> define as reais condições da força de trabalho no sistema capitalista e suas imposições como fator preponderante da degradação e da fragmentação do ser humano.

A força de trabalho do setor madeireiro está a caminho do “mel”<sup>8</sup> mais uma vez. A cada dia que passa ela fica mais próxi-

---

<sup>7</sup> “Dentro do sistema capitalista, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados às custas do trabalhador individual; todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho, transformando em tormento, tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho, na medida em que a este se incorpora a ciência, como força independente, desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital. Mas todos os métodos para produzir mais-valia são, ao mesmo tempo, métodos de acumular, e todo aumento da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Infere-se daí que, à medida que se acumula capital, tem de piorar a situação do trabalhador, suba ou desça sua remuneração. [...] Acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital” (MARX, 1998, p. 749).

<sup>8</sup> A busca do “mel”, bem como o encontro com este doce dourado, é uma metáfora

ma da colmeia, local de depósito do precioso líquido por tantos procurado. É necessário transformar-se em abelhas operárias e deslocar-se de um lugar para o outro, a única forma para chegar ao produto cobiçado. Estes trabalhadores, mesmo cansados, não desistem, desejam encontrar as opções que o território amazônico oferece. O trabalhador mantido pobre e submisso busca incessante o “mel”, porém as opções para colocar as mãos no pote brilhante tornam-se quase impossíveis. A meta e a luta continuam, é o firme propósito de chegar ao “mel” sagrado, à terra prometida onde o brilho do ouro existe.

---

usada ao longo do texto para demonstrar que as pessoas que se deslocam para a Amazônia buscam um sonho. Mesmo aos marginalizados e despossuídos no processo histórico, a região apresenta-se como um novo “eldorado”, e este veio acompanhado de muito brilho e luz intensa. Assim, o “mel” representa o alimento, a riqueza e a esperança de uma nova vida a todos os que chegam com o firme propósito de ver seus sonhos realizados. A metáfora que passamos a utilizar neste livro, também foi muito útil no livro “Amazônia: do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista” (PICOLI, 2004a p. 16; PICOLI, 2004b, p. 11 e PICOLI, 2004c, p. 39).

## A EXPLORAÇÃO E A MAIS-VALIA

No processo produtivo, faz-se mister a criação do exército industrial de reserva e colocá-la à disposição dos capitalistas. Por meio da lógica da acumulação, são necessárias grandes quantidades de trabalhadores à disposição da classe detentora do processo produtivo, para efetivar-se a concentração de capitais. Com estes trabalhadores organizados, facilita-se a segunda etapa, a produção da mais-valia, meta principal de qualquer projeto expansionista, na busca incessante do lucro. Para Marx (1998, p. 578), “a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias. Ela é essencialmente produção de mais-valia”. O capital determina por meio de sua lógica as formas de extração de excedentes nas jornadas de trabalho, meta final do processo produtivo.

Para Smith (1978, p. 198), “os patrões constituem a terceira classe, a dos que vivem do lucro. É o capital de exploração investido na mira do lucro que movimenta a maior parte do trabalho útil de uma sociedade”. O modo de reprodução capitalista concretiza-se pela retirada de excedentes das jornadas de trabalho da classe trabalhadora. Este trabalho passa ser o lucro do capitalista que investe em nova acumulação, pois é a sua ra-

ção de existir. Nesse sentido, quando um trabalhador é inserido no mercado de trabalho madeireiro, o processo de extração de mais-valia torna-se o objeto maior na relação trabalho/produção. É da criação do exército industrial de reserva que o capitalista consegue extrair excedentes nas jornadas de trabalho com mais facilidade, e assim reproduzir o capital através do lucro.

A mais-valia é criada pelo prolongamento da jornada de trabalho, da intensificação desta e da diminuição dos salários da classe trabalhadora, conforme observações anteriores. Isso se torna possível por meio da lógica da reprodução capitalista, dentro do processo de transformação de madeiras, que torna a força de trabalho condição e objeto de trabalho para servir ao sistema concentrador. A mais-valia absoluta é o “prolongamento do dia de trabalho, e mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho” (MARX, 1998, p. 366). Contudo, é da produtividade que a força de trabalho afina o processo de produção das mercadorias, gerando mais produtos e mais mais-valia, e torna-se possível efetivar-se a lógica de produzir excedentes para acumulação.

Para facilitar o entendimento, usaremos dois casos de produção para comparar e demonstrar a relação de valor entre trabalho e produção. Utilizaremos as mesmas condições de trabalho, com jornadas iguais de oito horas trabalhadas. No primeiro caso foram produzidas 1.000 cadeiras para vendê-las por R\$ 10,00 = 10.000,00. No segundo caso foram produzidas 2.000 cadeiras para vendê-las por R\$ 10,00 = 20.000,00. Desta maneira, quando a produtividade sobe e o valor da força de trabalho é o mesmo, o valor produzido dobra, conseqüentemente, o capitalista consegue rebaixar o valor de custo da cadeira, mas produz uma mais-valia extraordinária. Marini (2000, p. 113-14) define:

ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente este fato o que leva ao capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso lhe permite rebaixar o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais da produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores – ou seja, uma mais-valia extraordinária. Assim essa mais-valia extraordinária altera a repartição geral da mais-valia entre os diversos capitais, ao traduzir-se em lucro extraordinário, mas não modifica o grau da exploração do trabalho na economia ou no ramo considerado, isto é, não incide na cota de mais-valia. Se o procedimento técnico que permite o aumento de produtividade se generaliza para as demais empresas e, assim, se uniformiza a taxa de produtividade, isso não produz tampouco o aumento da cota de mais-valia: se terá apenas acrescentado a massa de produtos, sem fazer variar o seu valor ou, o que é a mesma coisa, o valor social da unidade de produto se realiza em termos proporcionais ao aumento de produtividade do trabalho.

Para melhor entendimento do processo, no que diz respeito à mais-valia, podemos exemplificar através da apresentação de um conjunto amplificado da produção das mercadorias. Utilizaremos como suposição uma certa indústria que produz móveis de madeira. Vamos denominá-la indústria X. Atribuimos os custos do capital constante e capital variável em horas de trabalho por ano. Para produzir mercadorias são necessários meios de produção como: edificações, ferramentas, matéria-prima, dentre outros, com custo anual de 8.000 horas de trabalho. Supomos, também, que a depreciação aconteça no período de um ano, apenas para facilitar o entendimento do processo. A força de traba-

lho produz estas mercadorias com custo anual de 2.000 horas de trabalho. Através desta exposição, podemos concluir:  $8.000 + 2.000 = 10.000$  horas, este é o custo e, ao mesmo tempo, o valor das mercadorias produzidas pela indústria de móveis. Os valores são representados através do capital constante e do capital variável, ou seja,  $C + V^9$ .

O valor em dinheiro é determinado pelo custo das mercadorias, sendo o trabalho que determina este valor. Agora, suponhamos que o capital variável e a força de trabalho precisem nesta estrutura de seis horas diárias para cumprir esta tarefa, mas trabalhem 12 horas. Neste caso específico, tivemos 2.000 horas a mais de trabalho. Estas horas estão além do nosso cálculo inicialmente necessário. As horas a mais são trabalho excedente, e, sendo trabalho excedente, são produção de mais-valia. Temos: 8.000 horas de capital constante, 2.000 horas de força de trabalho necessárias em forma de capital variável, 2.000 horas de trabalho excedente, ou mais-valia, ficando agora com um novo cálculo  $8.000 + 2.000 + 2.000 = 12.000$  horas. Apresenta-se uma nova composição de valores, sendo representada por  $C + V + MV$ .

Podemos fazer uma breve análise sobre a indústria de móveis de madeira, que está sendo nosso ponto de investigação, analisando os resultados através dos valores do trabalho normal e trabalho excedente. No primeiro caso,  $C + V$  é representado por  $8.000 + 2.000 = 10.000$  horas, sem excedentes, e no segundo caso,  $C + V + MV$  é representado pelos valores de  $8.000 + 2.000 + 2.000 = 12.000$  horas, com trabalho excedente e produção de mais-valia

---

<sup>9</sup> Para a representação das diferentes formas da formação do capital, podemos usar C para identificar capital constante, V para representar capital variável e MV para representar a mais-valia. O capital constante é composto pelos meios de produção: equipamentos, máquinas, matérias-primas, edificações e combustíveis. O capital variável é representação de valor da força social de trabalho na produção das mercadorias. A mais-valia consiste no valor do trabalho não pago ao trabalhador no processo produtivo.

de 2.000 horas. Esta exemplificação facilita o entendimento da relação, pois quem consegue produzir excedente é força de trabalho, por não permanecer constante no processo produtivo, tendo a capacidade de oscilar de forma que aumente a mais-valia, transformada em lucro nas mãos do capitalista. No entanto, a transformação ocorre sem aumento do valor da força de trabalho.

A força de trabalho é possuidora exclusiva da capacidade de produzir excedentes, que servem para agregar valor na acumulação de capitais, fruto da mais-valia. Com “a simples adição de certa quantidade de trabalho, acrescenta-se novo valor, e, com a quantidade do trabalho adicionado, preservam-se no produto os valores originais dos meios de produção” (MARX, 1998, p. 236). Quando isso ocorre, sem a socialização dos resultados excedentes da produção com força de trabalho, acontece a apropriação por parte do capitalista. Nessas condições, para o trabalhador somente interessa um dia normal de trabalho, pois é o valor de sua mercadoria-trabalho, representado pela condição social de sua subsistência.

Para determinar como se obtém a taxa de mais-valia no processo produtivo, “tomamos o valor global do produto e dele deduzimos o valor do capital constante, valor que nele apenas reaparece. O valor remanescente é o único valor realmente gerado no processo de produção da mercadoria” (MARX, 1998, p. 255). A taxa de mais-valia é determinada pela equação entre trabalho excedente dividido pelo trabalho necessário. Trabalho necessário é o tempo “durante o qual o operário produz o equivalente – em tempo de trabalho – de seus meios de subsistência” (COGGIOLA, 1998, p. 23).

O trabalho excedente é tempo “durante o qual o operário produz valores que serão embolsados de graça pelo capitalista: a mais-valia” (COGGIOLA, 1998, p. 23). Nesse sentido, também “quando se verifica a redução indireta dos salários, a diferença

do capital variável vai parar no bolso do capitalista” (LUXEMBURG, 1976, p. 406). A remuneração em “forma de salário cumpre a função de ocultar os trabalhos não pagos, que são embolsados pelo capitalista” (COGGIOLA, 1998, p. 34). O resultado é a expressão real do nível de apropriação do capitalista, em detrimento da força de trabalho. Assim, “o lucro é trabalho não pago, é produto da exploração do trabalhador assalariado. A relação-capital é essencialmente uma relação de exploração” (SINGER, 2000, p. 29). Estas definições podem ser mais bem observadas em Marx<sup>10</sup>, que, na mesma perspectiva, ele<sup>11</sup> conclui as circunstâncias da produção da mais-valia na relação ao trabalho/capital.

Para produzir mais-valia é necessário ir além do dia de trabalho normal da classe trabalhadora. A façanha é possível por meio dos capitais individuais e é produzida no núcleo do processo produtivo. Por outro lado, o sistema financeiro tem a capacidade de centralizar a riqueza dispersa da sociedade. Assim, os capitais associados vão formar o sistema financeiro e este vai para o crédito de forma socializada e centralizada. Na lógica capitalista, sob as leis que regem o mundo do trabalho e do capital,

---

<sup>10</sup> “Determina-se a taxa de mais-valia não através da relação que existe entre a mais-valia e o capital global, mas pela que existe entre ela e o capital variável; do mesmo modo, a dimensão do produto excedente se determina não pela relação entre o produto excedente e o restante do produto total, mas pela que existe entre ele e a parte do produto que representa o trabalho necessário. De acordo com o objetivo dominante da produção capitalista de produzir mais-valia, mede-se a riqueza não pela magnitude absoluta do produto, mas pela magnitude relativa do produto excedente” (MARX, 1998, p. 265-66).

<sup>11</sup> “As magnitudes relativas do preço da força de trabalho e da mais-valia são determinadas por três circunstâncias: 1) a duração do trabalho ou a magnitude extensiva do trabalho; 2) a intensidade normal do trabalho ou sua magnitude intensiva, segundo a qual dada quantidade de trabalho é despedida em determinado espaço de tempo; 3) finalmente, a produtividade do trabalho, segundo a qual a mesma quantidade de trabalho fornece, dependendo do grau de desenvolvimento das condições de produção. Evidente, são possíveis as mais diversas combinações, com um dos três fatores constante e dois variáveis, ou com dois fatores constante e um variável, ou, finalmente, com todos os três fatores simultaneamente variáveis” (MARX, 1998, p. 591-92).

o trabalhador só pode obter 20 de subsistência se este entregar 40 em forma de trabalho, sendo 20 em forma de valor-de-troca e 40 em forma de valor-de-uso.

A classe trabalhadora produz uma parte da jornada necessária para sua subsistência, e a outra para a classe capitalista em forma de excedentes do dia trabalhado, que tem como objetivo transformar-se em capital constante. É desta forma que se gera a acumulação, a dinâmica do mundo que gera as mercadorias, produzir mais riqueza com a finalidade de acumular. A dinâmica da troca gera uma relação de equivalência, para obter 20 se entregam 20, assim se gera uma relação desigual e necessária para a concentração.

Por outro lado, o mundo do trabalho é também o mundo do capital. É a relação de subordinação da classe trabalhadora, bem como dos limites impostos a este mundo do trabalho, a relação de posse que se efetiva por parte do capitalista. Os dois mundos se relacionam e crescem em estreita relação, um para acumular, o outro para subsistir. Este é o começo, o meio e o fim da relação entre trabalho e produção de mercadorias.

Produzir mais-valia é a relação que determina a existência entre capital e trabalho. Assim, o modo da produção capitalista vai se associar às relações dos homens, pois a sociedade capitalista só se justifica através da existência da força de trabalho, e esta produzindo excedentes em suas jornadas de trabalho. É dessa forma que o produto do trabalho se desvincula do trabalhador, formando vínculo apenas com a produção. Desvincula-se no que diz respeito aos frutos da relação, pois, na sociedade capitalista burguesa, ela pertence apenas aos capitalistas. O trabalhador apresenta-se como fonte da propriedade privada ao reproduzir o sistema pelo seu trabalho.

Segundo Pasinetti (1974, p. 18), o crescimento econômico é obra dos capitalistas. A reprodução ampliada sempre decorre

da mais-valia, e, neste caso, o capitalista tem o livre arbítrio com o destino do lucro, pois este pode ser consumido ou agregado em forma de capital. O verdadeiro sentido de tirar excedentes na jornada de trabalho é aplicá-lo, investir em capital produtivo, fazendo contínuas aplicações constantes para gerar mais produção. Isso vai formar o círculo vicioso da acumulação, pois o capitalista só tem sentido em existir no ato que capitaliza permanentemente os excedentes do processo produtivo, usando, assim, a prerrogativa da mais-valia, produzindo mais, com menor quantidade de trabalhadores. O Estado é fator importante na organização dessa lógica, ele apura, na prática, a acumulação, por meio da mais-valia coletiva, determinando o preço mínimo dos salários, bem como determinando todas as relações entre as classes.

As relações de trabalho vão além da empresa e do Estado, “hoje haveria um motor único, que é exatamente a mais-valia universal” (SANTOS, 2001, p. 29). Neste sentido, “as empresas que resistem e sobrevivem são aquelas que obtêm a mais-valia maior, permitindo-se, assim, continuar a proceder e competir” (SANTOS, 2001, p. 30). Esta é a nova lógica do mundo globalizado. Na passagem de milênio, não basta explorar a classe trabalhadora, é preciso ir além, criar mecanismos de superexploração, vindo agravar a relação entre trabalho e capital.

O Estado serve de capitalista coletivo e regulador, pois está a serviço da classe dominante nas estratégias e nos mecanismos para tirar excedentes da classe trabalhadora. Exemplo disso é um país inflacionado, “a cada reajuste - passa a receber um salário menor que deveria para reproduzir a sua força de trabalho” (SANDRONI, 1985, p. 81)<sup>12</sup>. Para Mészáros (2002, p. 121), “na verdade o Estado pertence à materialidade do sistema capitalista e corporifi-

<sup>12</sup> “De acordo com os dados do Dieese, entre 1957 e 1977 o salário mínimo real [brasileiro] diminuiu de 100 para 48. Ou melhor, aqueles que recebiam o salário mínimo de 1977 podiam comprar apenas a metade (ou pouco menos) do que compravam os trabalhadores vinte anos antes” (SANDRONI, 1985, p. 81).

ca a necessidade da dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientando a expansão e para a extração do trabalho excedente”.

A sanha desvairada do modo capitalista de produção, articulado com o Estado, faz mudar as perspectivas da classe trabalhadora. A possibilidade de encontrar o “mel” para a força de trabalho ficou retida pelos capitalistas em forma de mais-valia, e mais uma vez nega-se a oportunidade de abordar esta jóia pura e venerada por todos. O produto sagrado passou pelas mãos da classe trabalhadora, porém os mecanismos impostos a ela determinam que não tenha acesso ao fruto de seu próprio trabalho. Assim, mais uma vez lhe é negado o acesso ao produto de seu próprio trabalho, e o “mel” cristalizado na forma deste trabalho vai formar grandes porções do doce, mas serve apenas para agregar valor em mãos de grandes conglomerados econômicos.

Muitos desses grupos, com sede além-pátria dos assalariados, apresentam-se na região amazônica de forma vertical apenas para tirar vantagens econômicas. Logo aplicam sua lógica, sem levar em conta a existência de homens, mulheres e crianças, bem como da fragilidade da floresta tropical. Esses grupos apresentam-se com o intuito da concentração e objetivam apenas o fruto do trabalho alheio, ou seja, esta magnitude apresenta-se em forma de “mel”, e, principalmente, quando produzido pelos proletários em forma de jornadas excedentes.



## A SUPEREXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SETOR DE TRANSFORMAÇÃO DE MADEIRAS

A partir do entendimento das formas de como é submetida a força de trabalho, da criação do exército industrial de reserva para produção da mais-valia, temos condições de abordar as reais condições de trabalho no setor de transformação de madeiras da Amazônia, do Mato Grosso, da região norte do Estado mato-grossense e sinopense<sup>13</sup>. É necessário conhecer a força de

---

<sup>13</sup> Para falar da força de trabalho do setor de transformação de madeiras, são utilizados também os dados prévios conseguidos na realização do projeto de pesquisa “Prevenção de acidentes de trabalhos I e II”. Estas pesquisas foram realizadas junto ao setor de transformação de madeiras de Sinop no período de 1995 até 1998, pela Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat. Os referidos trabalhos foram realizados sob nossa coordenação nas duas etapas. Na primeira etapa tivemos como participante o professor Milton Luiz Neri Pereira, e, na segunda, o Professor Josivaldo Constantino dos Santos. No citado período, foram realizadas várias pesquisas usando diferentes metodologias para chegar aos dados com menor margem de erro (anexos síntese da pesquisa e ficha técnica explicativa). Na primeira etapa, usamos como técnica o questionário. Foram entrevistados 34 empresários, 108 trabalhadores, 53 trabalhadores que já sofreram algum tipo de acidente de trabalho, todos os entrevistados pertencendo ao setor de transformação de madeiras. Também foram entrevistadas pessoas ligadas aos órgãos do setor, oito trabalhadores e suas famílias vítimas de acidentes de trabalho. A estratégia foi no sentido de entender o grau de sofrimento em que vivem esses

trabalho do setor de transformação de madeiras, pois nele se apresentam as formas mais apuradas no que tange à exploração e à superexploração do trabalho. Utilizaremos como base de nossa pesquisa o processo de transformação de árvores, mas não perdendo de vista as demais atividades que incluem o homem, pois elas se processam da mesma forma, independente da atividade.

Os teóricos do passado conseguem explicar a exploração do trabalho observando a sociedade capitalista da Europa, nascida em uma época e definida em um local próprio. Ao tratarmos das relações de trabalho e capital na América Latina, especificamente na Amazônia Legal brasileira, os seus conceitos continuam fundamentando as relações de trabalho, porém faz-se mister buscar explicações para entendermos o que acontece atualmente. Nessa perspectiva, não podemos nos ater somente à exploração da força do trabalho e levar em consideração apenas os conceitos que fundamentam as formas de exploração da classe trabalhadora.

Hoje, temos uma nova perspectiva, pois, “no Brasil e na América Latina, o modelo capitalista de desenvolvimento baseia-se no crime ambiental, na dependência econômica e na desigualdade social” (LEONELLI, 2000, p. 43). Assim, a classe trabalhadora passou a trabalhar “inquestionavelmente mais – mais horas por dia, por ano e ao longo da sua vida. Como o fazem

---

trabalhadores acidentados e suas famílias. O relatório final dos trabalhos da primeira etapa consta com 77 páginas e faz parte do banco de dados da Unemat. Na segunda etapa dos trabalhos, a equipe de pesquisadores usou como metodologia a “observação sistemática não participativa”, quando visitamos 35 empresas com um roteiro de observação prévio, buscamos as respostas com visitas in loco. A pesquisa não se ateve somente aos acidentes de trabalho, embora esse fosse o objetivo principal. Procuramos entender todo o processo de transformação de madeiras para entrar na intimidade dos envolvidos neste tipo de trabalho. Neste sentido, contemplamos as seguintes preocupações, quanto aos trabalhadores: acidentes de trabalho, moradia, condições físicas das indústrias, máquinas e equipamentos, remuneração dos trabalhadores, vida social, mulheres e menores no trabalho. O relatório final da segunda etapa da pesquisa consta de 85 páginas e faz parte do banco de dados da Unemat.

em troca de uma recompensa total menor, a taxa de exploração aumentou muito” (WALLERSTEIN, 2001, p. 87).

São mudanças de nossos dias. Existe uma nova forma de tratamento da força de trabalho e as mudanças são sentidas ao longo dos tempos. O aprofundamento das relações entre trabalho e capital orienta para uma catastrófica situação da classe trabalhadora: “talvez 85% das pessoas que vivem dentro da economia-mundo capitalista não tenham padrões de vida superiores àquelas das populações trabalhadoras do mundo há quinhentos ou mil anos” (WALLERSTEIN, 2001, p. 105). Mesmo que a riqueza tenha aumentado no mundo capitalista, ela foi distribuída de forma desigual, e o maior acesso aos produtos não significa maior acesso às necessidades básicas de subsistência e reprodução da classe trabalhadora.

Para trazer à luz o entendimento do trabalho dos tempos modernos, fundamentamo-nos no conceito de superexploração de Marini. Assim, ao desvincular-se de um estágio de exploração e partir para um segundo estágio, a superexploração, encontramos uma nova relação entre trabalho/capital. Somente entendendo o processo de exploração além da já convencional mundialmente, podemos entender a exploração que se processa na América Latina e, principalmente, a que ocorre na Amazônia em nossos dias. Segundo Marini (2000, p. 159-60):

observamos, inicialmente, que o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa – a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outro lado, a conversão de parte do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, dado que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no inte-

rior da jornada laboral e não só o tempo de trabalho excedente, como acontece com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, a superexploração se define mais pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunera por baixo de seu valor real.

Este conceito fundamenta a relação, pois a força de trabalho com remuneração abaixo de seu valor real atinge um estágio avançado na relação trabalhista. Assim, ao intensificar o trabalho, este se apresenta como o aumento da intensidade do trabalho e “nesta perspectiva, como um aumento da mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador” (MARINI, 2000, p. 123). Neste mesmo tratamento está o prolongamento das jornadas de trabalho e todas as relações de trabalho no espaço amazônico. Outro procedimento que devemos levar em consideração é a redução do consumo do trabalhador, vindo a converter-se em fundo de acumulação dos projetos econômicos ali instalados.

Contudo, a superexploração no espaço amazônico não se desvincula do processo da produção de mercadorias, apenas assume uma posição diferenciada na relação, pois a classe trabalhadora para se reproduzir se submete a trabalhar com valor abaixo do necessário para se reproduzir. O objetivo maior é a integração da região ao mercado mundial através da produção e do comércio das mercadorias ali produzidas, mas acontece de forma mais agressiva, quando comparada com outros centros do capital mundial, devido ao empenho dos capitalistas em apurar as táticas de exploração apresentadas pelos teóricos do passado.

A superexploração do novo espaço pode ser identificada pelas formas de tratamento da força de trabalho: nas condições espoliativas do trabalhador; nas formas de tratamento do siste-

ma “gato”<sup>14</sup>; pelos maus-tratos e pela total falta de condições de saúde e higiene; a ilegalidade do trabalho e as condições de insalubridade; o uso de máquinas e equipamentos ultrapassados; as imposições, a submissão, a obediência e o controle pelo poder; as condições de moradia; pelo não acesso a saúde, educação e segurança e o cerceamento à liberdade, bem como, “pelo regime de semiescavidão a que são submetidos os trabalhadores” (CARDOSO e MULLER, 1977, p. 183).

Assim, na extração dos recursos naturais da região amazônica, bem como na sua industrialização, é possível aumentar a riqueza sem, no entanto, o aumento adicional de capital, e pela facilidade na introdução de táticas de maior exploração dos trabalhadores. Nesse sentido, a “atividade produtiva se baseia sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isto permite diminuir a composição-valor do capital, o que, agregado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro” (MARINI, 2000, p. 125-26).

É através da utilização da mão de obra com níveis superiores de exploração, e assim, consumindo o indispensável para subsistência através da remuneração do trabalho abaixo do seu valor normal, que o capitalista transforma a relação entre trabalho e capital não somente em exploração, mas em superexploração (MARINI, 2000, p. 126). Dessa maneira, o processo produtivo cria a capacidade de tirar excedentes da força de trabalho acima da média estabelecida. Esta tática é possível no trabalho assalariado, bem como por intermédio de suas prerrogativas arquitetadas no seio da produção capitalista, e assim implantadas de forma extensiva nas indústrias madeireiras de Sinop e da região. Marini (2000, p. 127-28) enfatiza que:

---

<sup>14</sup> O agenciamento de mão de obra realizado na Amazônia por meio do sistema “gato”, pode ser visto em Picoli (2004b, p. 45-58).

a superioridade do capitalismo sobre as demais formas de produção mercantil e sua diferença básica em relação a elas reside em que o que transforma em mercadoria não é o trabalho – ou seja, o tempo de trabalho total de existência do trabalhador, com todos os pontos mortos que este implica do ponto de vista da produção – mas sua força de trabalho, isto é, o tempo de sua existência utilizável para a produção, deixando ao próprio trabalhador o cuidado de responsabilizar-se pelo tempo não produtivo, do ponto de vista capitalista. É esta a razão pela qual, ao subordinar-se uma economia escravista ao mercado capitalista mundial, a agudização da exploração do escravo se acentua, já que interessa então a seu proprietário reduzir seus tempos mortos para produção e fazer coincidir o tempo produtivo o tempo de existência do trabalhador.

Assim, a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a “exploração de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva” (MARINI, 2000, p. 125). A superexploração no trabalho aumenta “a intensidade da exploração capitalista (mais-valia relativa), mas também se verifica um aumento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) que nega ao trabalhador as mínimas condições para a reprodução de sua força de trabalho” (OURIQUES, 1997, p. 109).

Essa dinâmica de tirar cada vez mais vantagens sobre a classe trabalhadora na superexploração da Amazônia é uma forma de ir além da exploração do trabalho. Isso se evidencia no tratamento dado à classe trabalhadora nos empreendimentos capitalistas da agropecuária e no extrativismo do período ditatorial, pois “quando se queixam de doença, nada melhor que uma injeção de álcool, que dói muito, e os ‘peões’ não voltam

a reclamar” (CARDOSO e MULLER, 1977, p. 184). Além disso, em algumas fazendas os trabalhadores da Amazônia são submetidos a péssimas condições: “surras, dívidas crescentes, trabalho seminu e mesmo crimes de morte sustentavam as condições de exploração do ‘grande empreendimento’ desbravador” (CARDOSO e MULLER, 1977, p. 184).

Estes fatos estão presentes em nossos dias na Amazônia. As estratégias direcionadas ao tratamento da força de trabalho pouco mudaram depois da ditadura, pois o regime democrático implantado no País depois de 1985 foi no sentido de preservar a proteção do grande capital nacional e internacional na região. No caso específico da indústria de transformação de madeira, a superexploração evidencia-se nas jornadas de trabalho da extração de árvores. Elas não são definidas por quantidade de horas, tornando-se o dia sem limite de horas trabalhadas, sob o domínio do sistema “gato” de agenciamento de mão de obra.

Segundo Marini (2000, p. 121-22), o capitalista deve necessariamente lançar uma maior exploração no trabalho, seja com a intensidade, seja com o prolongamento da jornada de trabalho, bem como com a combinação dos dois procedimentos. Por outro lado, Cardoso e Muller (1977, p. 183-84) tratam da superexploração específica da Amazônia brasileira e identificam formas mais apuradas em produzir excedentes nas jornadas de trabalho, como um processo inerente às primeiras fases do capitalismo dependente na região. Isso pode ser notado nas condições de trabalho e de regime de semiescravidão a que os trabalhadores são submetidos pelos grupos econômicos ali instalados.

Diante dos conceitos desses pensadores, podemos observar estágios diferentes na exploração do trabalho humano e na formação de capitais. Essa tática acontece mundialmente, mas, quando se trata da América Latina, da Amazônia Legal brasileira, podemos verificar formas mais acentuadas de exploração,

vindo a evidenciar a superexploração do trabalho pela observação que fizemos no processo de retirada das árvores na floresta, assim como pelos conceitos sistematizados por Cardoso e Muller (1977) e Marini (2000), pelos quais concluímos que na região é possível aumentar a exploração do trabalho.

Para Marini (2000), a superexploração é inerente ao capitalismo que atua em áreas periféricas, e assim continua vendendo mercadorias no mercado mundial. Possibilita explorar mais e com mecanismos de compensação pelo capitalismo dependente. Assim, a superexploração é a produção de mais-valia absoluta e mais-valia relativa.

Nessa perspectiva, a força de trabalho se reproduz com valor abaixo do valor normal. Para que se efetive a tática do capitalismo que atua em áreas periféricas, é necessário que: primeiro, o trabalhador tenha jornadas muito intensas; segundo, que haja tecnologia para produzir mais; terceiro, o capitalista se apropria de mais uma parte do trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho.

No entendimento de Cardoso e Muller (1977), a superexploração existe, mas não é inerente ao capitalismo dependente em todas as fases de sua reprodução. Ela compreende apenas a primeira fase do capitalismo dependente, e pode ser usado como exemplo o ocorrido na Amazônia brasileira na fase de implantação dos projetos econômicos. Para os autores citados, depois do capitalismo organizado, torna-se uma relação normal entre ele e a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. Assim, decorrida a primeira fase de implantação do capitalismo dependente na Amazônia, a superexploração não acontece mais, e volta a ser uma relação de trabalho que produz mais-valia normal e igual a qualquer relação de trabalho capitalista. Segundo esses pressupostos, nos projetos da Amazônia, a superexploração somente é possível no início da relação trabalho/capital.

No nosso entendimento, a teorização por parte de Marini

(2000) leva a uma compreensão maior e mais consistente da relação de trabalho na Amazônia, pois a região faz parte do capitalismo periférico em qualquer fase de desenvolvimento do projeto de expansão e não só na primeira fase da implantação do projeto, como dizem Cardoso e Muller (1977). Nesse sentido, hoje, a primeira fase da expansão já ocorreu na região, e a relação do sistema “gato” ainda existe e tornou-se fundamental, necessária e decisiva para manter as relações de compensação do sistema capitalista determinado pelo mercado mundial. A reprodução continua acontecendo de maneira dependente, e os trabalhadores não consomem o que produzem pela falta de acesso às mercadorias.

A manifestação de superexploração no trabalho de hoje pode ser vista no dia a dia: as casas cedidas pela empresa de transformação de madeiras, pois o trabalhador, por ser despossuído, não consome, tendo que se sujeitar a residir em casas de domínio da empresa; a concentração de renda no País, que impede que haja uma demanda nacional por moradias pelos trabalhadores, mesmo com déficit habitacional; os acidentes de trabalho e as relações de impunidade entre os que não observam a legislação vigente no País; a não necessidade que o trabalhador consuma para que o capital transforme as mercadorias em riqueza, pois parte da elite consome. A relação de trabalho no sistema “gato” pode até desaparecer com a terceirização do trabalho, mas a superexploração continua por ser uma relação de trabalho necessária aos capitalistas; a escravidão pode ter acabado, mas a superexploração não. Mesmo sendo absurda e ultrapassada, outras tantas comparações podem ser identificadas para demonstrar a existência da superexploração.

É necessário compreender a relação de trabalho no setor madeireiro sinopense. Assim, todo o processo de abertura das matas e coleta das árvores na região é acompanhado de tratamento que vai enriquecido de uma exploração adicional da mão

de obra utilizada. Os métodos aplicados são próprios e peculiares, que caracterizam a existência de superexploração da força de trabalho, e esta amplitude na tática só é conseguida na Amazônia brasileira com mais intensidade pelas formas como foi implantado o processo produtivo expansionista. A relação pode ser vista com clareza em todas as fases do capitalismo dependente, principalmente no processo de transformação de madeiras.

Faz-se necessário desfiar este emaranhado de teias para desvendar as reais condições de trabalho ali praticadas, bem como decifrar o enigma que põe em jogo tantas vidas. Tanto no que se refere aos acidentes de trabalho, como à superexploração de homens, mulheres e crianças do setor de transformação de madeiras, e entender as causas de tanta cobiça para ter junto de si a força de trabalho do setor de transformação florestal, pois é ela quem drena e oxigena a Amazônia de forma geral.

É importante entender como vivem os trabalhadores com residências próximas ao processo de industrialização da madeira, pois a força de trabalho deste setor é formada por famílias que incluem homens, mulheres e crianças. Residem em sua grande maioria dentro do próprio pátio da indústria de transformação de madeira, local onde a tora é transformada em madeira serrada. No local circulam trabalhadores e suas famílias, misturados com máquinas e equipamentos utilizados como apoio na produção.

Os trabalhadores e seus familiares misturam-se aos lixos e resíduos da produção, que queimam nas proximidades das indústrias. Convivem com a insegurança e o medo, pois estão confinados a um local não próprio para o trabalho e para a residência da família. A situação torna-se mais grave quando o trabalhador convive junto à produção, no meio do processo produtivo. O resíduo neste contexto “é qualquer resultado do sistema produtivo que é descartado” (HARRINGTON e KNIGHT, 1999, p. 355). As condições se agravam quando identificamos o destino dos resíduos, pois “queima-se em

fornos 5,71%, transporta-se ao depósito 8,57% e queima-se próximo à empresa 85,72%” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 52)<sup>15</sup>.

Os dados revelados podem avaliar as condições em que se encontram as famílias dos trabalhadores do setor. O fogo constante ao lado das casas e da indústria, além de provocar doenças respiratórias devido à fumaça, expõe as crianças ao perigo. É comum na época da seca – onde acontece maior incidência do fogo – o registro nos hospitais de crianças com sérias queimaduras, sobretudo nos pés. Há vários casos de crianças que acompanhamos que tiveram os pés decepados por conta das queimaduras. Nessas condições, tendo de conviver com formas reais de possíveis acidentes, os trabalhadores e suas famílias são colocados em condições de insalubridade.

O acidente acontece quando as crianças vão brincar nos depósitos de pó de serra, pois a região possui um período com muita chuva no ano e o outro com seca ininterrupta. São os resíduos da madeira, chamados de serragem, que muitas vezes não apresentam fogo na sua superfície que provocam queimaduras nas crianças que passam por cima, afundando os pés em brasas ardentes. Muitas das queimaduras variam na sua intensidade e extensão, podendo ser de primeiro, segundo e terceiro graus. Em alguns casos, as crianças foram levadas à morte, enquanto em outros ficaram deficientes físicas pelas deformações em seus corpos, fatos comuns encontrados em crianças nestas condições nas regiões madeireiras, pois os sinais de queimaduras ficam para sempre em seus corpos, e assim são fáceis de serem identificadas.

<sup>15</sup> As citações de Picoli e Pereira (1997), bem como Picoli e Santos (1998), conforme citamos anteriormente, fazem parte de estudos prévios realizados junto à Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat. Nas duas etapas, os trabalhos de pesquisa foram coordenados por nós e tiveram participação dos professores Milton Luiz Neri e Josivaldo Constantino dos Santos. Na primeira etapa, o relatório “Educação para Segurança no Trabalho I” consta de 77 páginas. Na segunda etapa o relatório final, “Educação para Segurança no Trabalho II” consta de 85 páginas. As citações utilizadas fazem parte dos dois relatórios.

Com a certeza da mais absoluta impunidade nas indústrias de transformação de madeiras, uma criança deformada por queimaduras do fogo ou com problemas respiratórios provocados pela fumaça nada muda na rotina de trabalho, pois é apenas mais uma, tendo pouca repercussão. Além disso, existe grande dificuldade em conseguir dados reais sobre estes acidentes, pois são acobertados na região para preservar os interesses dos capitalistas. Quando existem os dados, o acesso a estes geralmente é de pouca credibilidade, além da falta de organização e da conivência dos envolvidos. Por outro lado, os acidentes raramente são levados ao conhecimento do público, pois os meios de comunicação quase nada divulgam.

O local onde se realiza a transformação da madeira é uma área que oferece perigo constante, posto “a existência de famílias residindo próximo das indústrias madeireiras é de 97,14%, não existem famílias em 2,86%” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 52). Observa-se nos dados algo realmente grave. O território fica demarcado pelas condições de perigo constante, envolvendo a força de trabalho, as famílias, mas, principalmente, as crianças. Foi também avaliado e “identificado o grau de perigo com membros das famílias, sendo considerado alto em 65,71%, médio em 22,85%, pequeno em 8,58% e não oferece perigo em 2,86%” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 52).

Os trabalhadores e seus filhos são confinados dentro de um local impróprio, sem perspectivas de vida. São dependentes, submissos e oprimidos, com normas e regras impostas estrategicamente pelos patrões. Assim, para torná-los submissos é necessário que as condições impostas os deixem oprimidos, sem saídas, que não vislumbrem o direito de serem cidadãos, mas vivam em estado de escravidão e desrespeito. Tudo em nome da lógica sistêmica da acumulação, que irá torná-los apenas força de trabalho e obrigá-los a produzir nos moldes da expansão capi-

talista constituída na região com a finalidade de obter e produzir mais mais-valia. Nas condições de trabalho e moradia da classe trabalhadora fica caracterizada a superexploração.

As regras para produzir excedentes são estabelecidas e definidas pelo sistema capitalista internacional, mas se adaptam à superexploração própria do processo de transformação de madeiras do norte mato-grossense e da Amazônia de forma geral. Não é fatalismo, são as condições impostas e engenhadas pelo modo de produção ali instalado. Através das migrações históricas, a este exército industrial de reserva não resta alternativa momentaneamente. Submete-se às determinações dos mentores de projetos de expansão, promovidas pelo Estado e pelo capital em conjunto na região.

O alto grau de exposição a acidentes das famílias dos trabalhadores está sempre presente, pois, além de sofrerem as ameaças nos pátios das madeireiras, também o perigo está dentro delas. A criança pode a qualquer descuido dos pais ser puxada por engrenagens e correias desprotegidas, ou por instalações elétricas que apresentam perigo. Nesse sentido, também “as condições de segurança da fiação elétrica são protegidas em 54,28%, e oferecem riscos em 45,72%” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 53).

Muitos desses fios elétricos ficam ao alcance das crianças, tanto dentro como fora da empresa. Temos conhecimento de casos de crianças que morreram eletrocutadas, sem que nada acontecesse aos donos das empresas. Raras as indústrias de transformação de madeira que têm algum cuidado em dividir os espaços de trabalho com o espaço para as famílias. Ali se torna um lugar inseguro e propenso à existência de todo tipo de acidente com os trabalhadores e suas famílias. As casas onde residem os trabalhadores do setor são cedidas pelos proprietários das indústrias de transformação de madeireiras e foram construídas com a finalidade de constituírem o exército industrial de reserva.

Esses fatos estão ligados à baixa escolaridade dos povos amazônicos, contribuindo para o processo de alienação da força de trabalho. Retrata as condições de dois extremos: o de opressores e o outro de oprimidos. O processo de formação da superpopulação é facilitado por ser formada “por pessoas simples e quase a totalidade de analfabetas e de semianalfabetas, eles sentem uma sensação de bem-estar, pois 72,23% moram em casa cedida pela própria empresa e a utilizam sem custos a energia elétrica e água, este fato faz com que eles fiquem sob o controle da empresa e sem condições de reivindicar os seus direitos” (PICOLI e PEREIRA, 1997, p. 58-59).

Desta forma, torna-se um projeto arquitetado, planejado e, acima de tudo, deprimente e enganador no que diz respeito ao tratamento da classe trabalhadora do setor. Assim, o “benefício do patrão: “é presente de grego”. E para solidificar de uma vez por todas a situação de submissão e de dependência do trabalhador, o patrão se fantasia de cordeiro, com a intenção de um lobo e a astúcia de uma raposa, e aparentemente torna-se benfeitor dos trabalhadores” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 26). O quadro de submissão e dependência se agrava, quando à noite e nos finais de semana algumas das empresas trancam o portão de entrada, lugar de trânsito dos trabalhadores, deixando apenas entradas e saídas secundárias para pedestres.

Nesses locais, os trabalhadores são vigiados em tudo o que fazem no dia a dia, para submetê-los ao controle, bem como para torná-los submissos e obedientes. Por estes benefícios, ou estas ofertas feitas pelos empresários do ramo madeireiro, os trabalhadores esquecem de seus direitos, sentem apenas como um favor recebido, obrigando-os a deixar de reivindicar seus direitos de trabalhador e cidadão, pois convivem com a vigilância do patrão 24 horas por dia. Aí a pobreza vem acompanhada de alto grau de miserabilidade e chega ao sentimento de impotência e inércia.

Segundo Schultz (1985, p. 13), a maior parte das pessoas do mundo é pobre. Nesse sentido, para Stiglitz (2002, p. 119), “os pobres sentem que não têm direito de opinar e que não têm controle sobre o próprio destino. Eles são castigados por forças além de seu controle”. Contudo, o objetivo da classe dominante é organizar o exército de reserva à sua disposição, bem como tornar sua família exército de trabalho pronto para ser absorvido nas necessidades de mais mãos para oxigenar o processo produtivo. Conforme o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Mobiliário da Região Norte do Mato Grosso – Siticom, Vilmar Mendes Galvão, em entrevista a Picoli e Santos (1998, p. 27):

o lado negativo é que o patrão dá casa ao trabalhador para manipulá-lo com mais facilidade, pois se o trabalhador ganha R\$ 156,00<sup>16</sup> mensais, isento de água, luz e escapa de um aluguel de R\$ 120,00, não está interessado nas condições de higiene e saúde, e neste sentido o sindicato não consegue convencer o trabalhador de que ele está sendo enganado e manipulado, pois muitos moram em condições subumanas. Damos como exemplo a situação das casas na época das chuvas<sup>17</sup>. Mesmo assim o trabalhador acaba lendo a cartilha do patrão.

Nos últimos anos, é possível verificar uma certa mudança quanto à cedência das casas e à força de trabalho do setor. Galvão<sup>18</sup> (2001) nos diz:

---

<sup>16</sup> Em 1998, no período que realizamos a entrevista, cada R\$ 1,00 era igual a US\$ 1, e o salário mínimo vigente no País era de R\$ 120,00. Em setembro de 2004, cada US\$ 1 é igual a R\$ 3,00, o salário mínimo vigente no País é de R\$ 260,00.

<sup>17</sup> Na Amazônia, “uma das características mais importantes, como pode-se observar, é uma defasagem de 6 meses entre o máximo das precipitações das estações no Hemisfério Norte, em que o período mais chuvoso se situa entre junho e julho, e das estações do Hemisfério Sul, onde os períodos de máxima precipitação ocorrem entre os meses de fevereiro e março” (SALATI, 1983, p. 22).

<sup>18</sup> Entrevista realizada no dia 17/10/2001, com o presidente do Sindicato dos

quanto à cedência das casas aos funcionários no final de 2001, esta prática está diminuindo e existe uma séria tendência de acabar. Os empresários estão considerando a cedência das casas custos a mais para a empresa, sendo desnecessários na atual conjuntura, isto dependendo do município. O que determina esta prática é a mão de obra disponível, deve estar à disposição dos grupos madeireiros para produção. No passado não eram cobrados água, luz e aluguel, hoje são cobrados, embora de forma parcial, mas a cobrança existe. A cobrança por parte dos empresários deve-se também para não tornar a condição dos trabalhadores irregular, obedece a legislação vigente.

É interessante observar as opiniões dos representantes dos sindicatos dos grupos madeireiros. Segundo Pertile (2001),<sup>19</sup>

a tendência é não fornecer mais moradia aos trabalhadores, esta prática foi muito útil no passado. Foi fundamental ao desenvolvimento madeireiro e para a região, pois faltavam casas e trabalhadores. Hoje, a cidade desenvolveu-se, e não interessa mais aos madeireiros manter próximos das indústrias trabalhadores e seus familiares. A nossa estratégia é a doação das casas existentes. O trabalhador sem custo algum pode retirá-las das proximidades das indústrias de transformação madeireira. Inclusive estamos doando terrenos para facilitar a transferência dos trabalhadores e suas famílias para centros urbanos próprios para eles.

---

Trabalhadores da Indústria do Mobiliário da Região Norte do Estado de Mato Grosso – Siticom, senhor Vilmar Mendes Galvão, na sede do sindicato em Sinop - MT. Ele foi entrevistado em 1998 pela equipe do projeto “Educação para a Segurança no Trabalho II”, a qual tivemos a oportunidade de coordenar, permanecendo em 2001, na mesma função de presidente sindical.

<sup>19</sup> Entrevista realizada no dia 20/11/2001, com Américo Pertile, superintendente do Sindicato dos Madeireiros do Norte do Mato Grosso – Sindusmad. A entrevista foi realizada em Sinop-MT, na sede do sindicato.

Em entrevista, Faganello<sup>20</sup> (2001) nos certifica que:

no município de Feliz Natal contamos com 58 indústrias madeireiras pertencentes à nossa associação. Por ser recém-criada e distante, a casa cedida é uma necessidade para obtenção de mão de obra para o setor. O funcionário não tem condição de construir ou comprar a casa para morar. Nos damos a ele uma para residir e trabalhar próximo da indústria madeireira. Assim, o trabalhador é obrigado a trabalhar na madeireira, pois existe falta de casas na região e de trabalhadores. Por outro lado, nós temos o trabalhador à nossa disposição, também seus familiares, conforme a nossa necessidade. Embora estas casas nos locais de trabalho nos proporcionam muitos problemas, pois ali ficam trabalhadores e suas famílias, mas não temos alternativa e necessitamos do seu trabalho.

A nova estratégia de retirar os trabalhadores das proximidades das indústrias madeireiras vem comprovar a existência do exército industrial de reserva regulado, principalmente na região sinopense e nos locais mais distantes, como é o caso do município de Feliz Natal, onde a prática é fundamental pela falta de um exército de reserva regulador. Mesmo assim, o trabalhador troca de certa forma os seus benefícios sociais por uma casa que, para a empresa, não representa nada, pois, em muitos casos, foi construída com madeira-refugio, proveniente da própria empresa e construída pela própria força de trabalho da indústria. Quando a madeira é doada para construção em outros locais, nos bairros para trabalhadores, provém das mesmas condições. São madeiras que seriam queimadas a céu aberto, nos pátios das próprias indústrias, e estes trabalhadores

---

<sup>20</sup> Entrevista realizada no dia 19/11/2001 com Carlos Adelar Faganello, presidente da Associação dos Madeireiros de Feliz Natal, M T – AMFN município que faz parte da região norte mato-grossense; é afiliada ao Sindusmad.

continuam sendo controlados da mesma forma, mas somente mudam os mecanismos estratégicos da dominação.

Assim, os desprovidos são marginalizados no processo histórico pelas táticas de submissão, de obediência e de controle facilmente incorporadas no seu dia a dia, pois “a miséria é passada de geração para geração” (STIGLITZ, 2002, p. 118). Esta forma aparente de beneficiar a classe trabalhadora vem sempre acompanhada dos interesses dos grupos econômicos organizados. Eles objetivam duas coisas da força de trabalho: a primeira, tê-los sempre à disposição através das estratégias de submissão, controle e dependência como exército de reserva organizado; a segunda, quando o controle dos trabalhadores se efetiva, assim os capitalistas passam a superexplorar e conseguem afinar as táticas da mais-valia. No entanto, esses benefícios são sempre colocados para a sociedade como gestos de desinteresse, um presente do modo capitalista de produção.

Dentro da lógica capitalista, por trás destes benefícios, existe o interesse da empresa em superexplorar a força de trabalho. Usam de artifícios que comprometem toda a estrutura social e moral da família do trabalhador, em troca de moradia, água não tratada e energia elétrica deficiente<sup>21</sup>. A atitude do madeireiro tem o firme propósito de atrair a força de trabalho, e com esta tática traz a classe trabalhadora junto a si com a finalidade de explorá-la no dia a dia; ao mesmo tempo, para camuflar os atritos, também como para preservar e perpetuar o modelo concentrador.

A força de trabalho torna-se refém dos grupos capitalistas,

---

<sup>21</sup> Em muitas madeireiras da região sinopense a eletricidade é produzida por motor próprio da indústria, e são utilizados os derivados de petróleo para produzir a força. Nestas empresas, a força elétrica é oferecida nas residências apenas nos horários que a indústria se encontra produzindo. Nos demais horários, as casas ficam sem acesso à eletricidade. A região de Sinop foi interligada com o abastecimento elétrico do País nos últimos oito anos, antes inclusive as cidades eram abastecidas por eletricidade movida por motor, e a base do combustível gerador são os derivados de petróleo.

pois, além de controlada, escravizada e vigiada, perde o direito de ir e vir. A casa cedida é um instrumento nas mãos dos opressores, um benefício do patrão por ocasião dos acertos trabalhistas, pois uma das condições para rescisão do contrato de trabalho é a desocupação da casa cedida pela empresa.

Assim se apresenta o processo capitalista nesta região que tem como objetivo e propósito criar “mecanismos psicológicos e psicossociais de dominação e alienação, os trabalhadores foram se tornando cada vez mais subordinados e conseqüentemente mais dóceis e eficientes para o processo de acumulação” (PICOLI e SANTOS, 1998, 27). Nessa perspectiva, “hoje podemos afirmar que novas estratégias continuam surgindo com o intuito de arraigar nos trabalhadores a convicção de que são felizes da forma em que vivem e, portanto, não vislumbram outras alternativas” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 28). Por isso, “na sociedade burguesa, o capital é independente e pessoal, enquanto que o indivíduo que trabalha não tem nem independência nem prosperidade” (MARX e ENGELS, 1993, p. 90).

Os trabalhadores passam pelo processo de dominação, raramente vislumbram outra lógica ou perspectiva melhor de vida, nem para si, muito menos para sua família. Com a consolidação do conceito e do mito do progresso, parte deles sente-se feliz, pois “o grau de satisfação dos trabalhadores, junto ao setor madeireiro, representa 48,14%, e os não satisfeitos, 51,86%” (PICOLI e PEREIRA, 1987, p. 21). O sistema capitalista transforma a força de trabalho do setor madeireiro em alienada, submissa, dependente e pobre. A superexploração transforma a força de trabalho em ferramenta adequada para produzir mais mais-valia aos capitalistas, efetivando-se na prática a acumulação de forma extensiva.

O trabalhador, quando não é sacrificado em termos de moradia, através das casas cedidas nas próprias empresas, é discriminado nas cidades. Evidentemente “todas as grandes cidades

possuem um ou vários ‘bairros de má reputação’ onde se concentra a classe operária” (ENGELS, 1998, p. 38). Nas indústrias de transformação de madeiras, a discriminação acontece pela falta de acesso aos bens culturais e sociais, sendo locais destinados apenas como depósito de trabalhadores, para a atividade imediata ou em potencial.

Nos locais não há rede de esgoto, assim como coleta de lixo, e a eletrificação e a telefonia, quando existem, são precárias e controladas pela empresa, além de não existir água tratada. A falta de respeito com a força de trabalho é histórica, mas se processa dentro do modelo capitalista atual. O que acontecia no passado, acontece hoje na Amazônia brasileira e, principalmente, no setor de transformação de madeiras. São observados os mesmos mecanismos de exploração da classe trabalhadora, quando comparados com mais de 150 anos passados. Isso pode ser verificado desde os relatos de Engels<sup>22</sup>, através de sua experiência em Manchester e seus arredores em 1848.

Depois de um século e meio a história ainda se repete, os mecanismos de exploração continuam os mesmos. Assim, a força de trabalho do setor madeireiro continua sendo maltratada e usada com os mesmos mecanismos do passado, sendo sugada e explorada como uma ferramenta qualquer. A casa cedida garante ao empresário do setor que se efetive a superpopulação dos trabalhadores, e as condições de vida da classe trabalhadora em muito pouco mudam nesta região. Enquanto o mundo vive gran-

---

<sup>22</sup> “Quase a totalidade dos 350 mil operários de Manchester e dos seus arredores habitam em casas em mau estado, úmidas e sujas; as ruas por onde têm de passar estão na maior parte das vezes num estado deplorável e extremamente suja e foram construídas sem o menor cuidado de ventilação, com a única preocupação do maior lucro possível para o construtor. Nas habitações operárias de Manchester não há limpeza nem conforto, e portanto não há vida familiar possível; só uma raça desumanizada, degradada, rebaixada a um nível bestial, tanto do ponto de vista intelectual como moral, fisicamente mórbida, poderia sentir-se à vontade e sentir-se em casa” (ENGELS, 1988, p. 77).

des transformações de ordem econômica, social, política e tecnológica, os trabalhadores do extrativismo vegetal da Amazônia vivem o atraso e a lógica da acumulação capitalista primitiva.

Embora exista a tendência de retirar os trabalhadores das proximidades da indústria, ainda são poucas as iniciativas. Somente acontecem, quando o empresário tem o controle do trabalhador, que passa a residir fora dos limites da indústria. O fato pode ser comparado com o final da escravidão negra no Brasil, pois o trabalho livre passou a ser mais interessante que o trabalho escravo. É necessário entender que esta suposta liberdade vem acompanhada de mecanismos de dominação próprios ao local e ao tempo, mas adaptados aos movimentos de trabalho de nossos dias. Contudo, as casas construídas no próprio terreno da indústria madeireira recebem construções simples, praticamente sem engenharia. Recebem cobertura de telhas de amianto e são divididas em três compartimentos: dois quartos, sala e cozinha em conjunto.

O banheiro, quando a casa possui, é construído na entrada da casa. Em algumas empresas, constatamos a existência de banheiros coletivos que servem para várias casas e famílias da colônia de moradores<sup>23</sup>. São casas envelhecidas pelo tempo, sem pintura, e muitas delas com madeiras deterioradas, bem como com cobertura com goteiras, visto não serem de qualidade e não receberem manutenção. Mesmo em condições precárias, encontramos casas em que vivem duas ou três famílias. Além da falta de conforto, vivem também sem privacidade.

No local, além de não haver rede de esgoto, a água não é tratada, pois é construído um poço coletivo para atender a todas

---

<sup>23</sup> Colônia de moradores é o local junto da indústria madeireira destinado à construção das casas para cedência aos trabalhadores do setor, tendo como objetivo servir de regulador de mão de obra para suprir as necessidades no processo, também para controlar a classe trabalhadora, bem como organizar o exército industrial de reserva. Pode ser entendido como local depositário da força de trabalho, sendo possível sua utilização mediante a necessidade do empreendimento capitalista ali constituído.

as famílias. Os moradores convivem constantemente com entulhos devido à não coleta do lixo. A poeira ou a água empoçada, dependendo da época do ano, há mau cheiro no local, e a presença de ratos, cobras, mosquitos, baratas e outros insetos que invadem as proximidades e as casas é frequente. Também observamos a presença de muitas crianças brincando próximo das indústrias, sem o mínimo cuidado quanto à higiene e à saúde.

Mesmo nas indústrias maiores, nas quais é comum a força feminina na produção de laminados, aglomerados e compensados, não existem creches nos locais, muito menos próximo, contrariando a legislação, que prevê sua existência, e as que existem, estão distantes. Fica caracterizada a reprodução de trabalhadores para servirem apenas de fornecedores de força de trabalho aos capitalistas deste ramo.

Por outro lado, os órgãos públicos responsáveis em assisti-los na saúde, na educação e no bem-estar de forma geral pouco fazem, sendo omissos e cúmplices com as deploráveis condições em que vivem as famílias. Raramente recebem orientação por parte da empresa, muito pouco dos órgãos que possam assisti-los. A força de trabalho é tratada apenas como uma peça no processo produtivo, uma ferramenta indispensável incorporada à máquina, enquanto produz é utilizada, depois descartada, colocando-se outro em seu lugar.

A exploração não pára aí. Os grupos econômicos do setor conseguem acumular grandes fortunas na extração dos recursos naturais florestais, que são fornecidos quase gratuitamente aos empresários. Para reproduzir a acumulação capitalista, os empresários utilizam todas as formas para extrair excedentes do dia de trabalho, que vão do prolongamento deste a sua intensificação, através de métodos que tornem os trabalhadores superexplorados.

As mesmas formas de exploração aplicadas há séculos e décadas passadas são aplicadas hoje nas madeireiras, que vão do

desrespeito com os trabalhadores em todos os sentidos, chegando à degradação moral, física e psicológica. O capital se torna importante, e o trabalho menos importante, porém é através da força de trabalho que se torna possível transformar a mais-valia em novo capital nas mãos somente dos capitalistas. Assim, a lógica capitalista faz ocultar as formas reais de superexploração existentes no processo de transformação de madeiras, e as relações de trabalho são vistas pelos capitalistas como suas. Coggio-la (1998, p. 66-67) diz que:

o capital aparece como uma coisa, sem a qual o processo de trabalho seria impossível. Com isso consegue dois objetivos: oculta a relação entre explorador e explorado, que se encontra detrás dele, e cria a ilusão de que é eterno, posto que sem ele não se poderia trabalhar. Daí a importância da distinção entre processo de trabalho e processo de valorização, pois já sabemos que em sociedades antigas (feudal, escravista) os meios de produção não assumiam a forma de capital, e que em sociedades atuais, onde o capital foi expropriado, o processo de trabalho não se deteve. De onde vem essa mistificação? Quando o capitalista contrata o operário no mercado de trabalho, o capital já aparece como dando trabalho operário, quando na realidade é o próprio trabalho operário que criou o capital. Desde o início, então, a criação de riqueza e o desenvolvimento das forças produtivas aparecem como um atributo do capital e não como uma propriedade do trabalho. O próprio dinheiro com que o capitalista promete pagar os salários não é mais do que trabalho operário anteriormente capitalizado.

Ao desencadear-se a superexploração da força de trabalho no setor madeireiro, ela pode ser vista de várias maneiras. É o que pode ser verificado através da contribuição trabalhista obri-

gatória da empresa com relação aos benefícios sociais dos trabalhadores. Picoli e Pereira (1997, p. 59) identificam que:

quanto ao registro em carteira de trabalho, 83,33% dos funcionários têm registro em carteira de trabalho, fato este que nos surpreendeu, pois está acima da média nacional dos registros em carteira. Entendemos que são dois os motivos que contribuem para esse alto índice de registro, primeiro é o fato da probabilidade de acontecerem acidentes por trabalhadores em área de riscos; o segundo, pela atuação constante e bastante severa do sindicato dos trabalhadores no setor [também para tornar legal a exploração da força de trabalho]. Dos registros, segundo dados dos funcionários, 77,77% são com valores menores do que os recebimentos reais, e das pessoas que sofreram algum tipo de acidentes, 73,50%, tinham seu registro com valor menor do que a remuneração mensal. Dado esse que o empregado aceita, porque, para ele, tanto faz as contribuições de pagamento, isto não alteraria os seus benefícios e direitos. O fato se comprova quando apenas 11,3% das pessoas que já sofreram acidentes receberam algum tipo de indenização.

Nesse sentido, foi levada em conta somente a força de trabalho da indústria madeireira, e não se considerou todo o processo de transformação a partir da coleta das árvores na mata. Como já mencionamos, a maioria da extração é feita através do sistema “gato”, e o processo de derrubada, o arraste, o carregamento e o transporte são feitos na sua grande maioria com trabalhadores ilegais, quer dizer, sem levar em conta a legislação vigente no País, que prevê a carteira de trabalho assinada. Também temos que levar em consideração que os dados refletem a região de Sinop, polo avançado no modelo extrativista. Nas demais regiões da Amazônia brasileira a avaliação é diferente, pois é alto o índice de trabalhadores sem o registro em carteira.

Para Galvão, a realidade do setor de forma ampla é diferente. Conforme seu depoimento, “no que se refere à carteira assinada, 50 a 60% dos trabalhadores possuem sua carteira assinada, a dificuldade de controle do sindicato ocorre devido à rotatividade dos trabalhadores, possibilitando assim a negligência” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 59). Outro fator que temos que levar em consideração é que de certa forma as empresas utilizam vários outros mecanismos para tirar proveito da situação.

Como foi apontado, a grande maioria das empresas registra valores nas carteiras de trabalho em níveis inferiores ao que realmente recebem os trabalhadores. São formas de burlar a legislação, visto que o trabalhador perde em caso de acidentes de trabalho, ou, quando requer aposentadoria, tem seus benefícios reduzidos. Outra forma de fraudar a nação são as possíveis demissões forjadas. O trabalhador fica recebendo salário-desemprego e continua trabalhando para a empresa. Assim, as empresas se beneficiam com acertos trabalhistas com a força de trabalho, mas o trabalhador perde o vínculo de empregado e, conseqüentemente, todos os direitos trabalhistas com a empresa. No acerto, o único que sai isento de qualquer ônus é o empresário, que ganha com a estratégia; o trabalhador perde e o Estado paga a conta.

A força de trabalho que desenvolve suas atividades dentro da indústria madeireira é pouco organizada, pois “os empregados são sindicalizados em 48,82%, e não sindicalizados em 51,86% dos casos” (PICOLI e PEREIRA, 1997, p. 21). Este também é um dado colhido dentro da indústria madeireira, sem levar em conta todo o processo de transformação. Os dirigentes sindicais se sentem impotentes diante de tantos problemas, pois os órgãos governamentais encarregados em dar o atendimento, orientação e fiscalizar quanto ao uso de equipamentos de segurança, registro em carteiras, enfim, contemplar todos os benefícios sociais dos empregados, raramente executam suas funções.

Como afirma o presidente do Siticom, em entrevista a Picoli e Santos (1998, p. 61):

a função do Ministério do Trabalho é fiscalizar, mas não fiscaliza. Aqui em Sinop existe apenas um posto e que funciona precariamente, e o Estado conta com apenas algumas pessoas trabalhando nas Delegacias do Trabalho, facilitando assim as irregularidades. Esta é a orientação específica do Ministério do Trabalho; no caso do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ou outros órgãos encarregados de dar proteção aos trabalhadores não é diferente.

A dominação e a submissão da força de trabalho são demonstradas nas eleições, sendo elas na esfera municipal, estadual ou federal. Os trabalhadores de algumas empresas são transformados em “opinião do patrão”, em muitos casos sendo indicados os candidatos para votarem. Na região, este tipo de eleitor é conhecido como “voto cabresto”<sup>24</sup>. “Estas cidades do ‘Nortão’ são extremamente conservadoras, politicamente mantêm suas práticas *clássicas* de eleições, com verdadeiros ‘currais eleitorais’ atrelados ao setor madeireiro e agrícola, que financiam campanhas eleitorais, defendendo seus interesses em âmbito local e estadual” (SOUZA, 2001, p. 187). Estas são representações não democráticas, refletindo a imposição, bem como a transgressão às leis eleitorais. É muito comum nestas ocasiões o trabalhador ser presenteado com camisetas de candidatos, churrascos e festas, entre outros benéficos, com a finalidade de condicionar os eleitores a votarem nos candidatos da elite que os explora e domina.

---

<sup>24</sup> “Voto cabresto” é uma forma de forçar as pessoas que estão sobre o domínio burguês a votarem nos candidatos próprios da elite dominante. Também pode ser identificado como “voto marcado”, é desta forma que grande parte da população trabalhadora se sujeita aos interesses dos patrões, tornando-se alienada e vulnerável aos seus interesses, pois votam nos representantes políticos que não fazem sua representação.

O trabalhador deixa de votar em seus verdadeiros representantes de classe, para depois ficar de dois a quatro anos sem ser assistido em seus direitos, pois estes políticos somente voltam para pedir voto novamente nas eleições seguintes, e sempre com as mesmas estratégias: iludir e enganar a força de trabalho. Assim, eles elegem o representante do patrão e não o seu. O objetivo maior do capitalista, através de seu representante eleito, é que o político trabalhe pelos seus interesses, abrindo estradas para suas fazendas e para retirada de madeira da mata, conseguindo eletrificação, telefonia e outros benefícios de interesse próprio e não dos trabalhadores.

A estratégia vai além, o poder econômico atua principalmente com o controle sobre os órgãos públicos, através dos representantes eleitos a seu serviço. Os proprietários não escondem suas táticas: “nós temos condições de eleger prefeitos, deputados, senadores e o governo de Mato Grosso. A classe madeireira, quando unida, consegue eleger seus representantes. Precisamos de representação, do contrário ficamos sem assistência” (X<sup>25</sup>, 2001). Entendemos que os empresários estão corretos em suas estratégias, pois sua luta é para facilitar a acumulação, e assim conseguem concretizar seus interesses de classe. Contudo, a assistência e os favores políticos são para ajudar apenas as representações econômicas. Mesmo que este projeto seja para fazer apenas o aproveitamento econômico das árvores<sup>26</sup>, a segunda etapa é a entrada das monoculturas que vão servir ao mercado mundial.

Por meio dessa lógica, a força de trabalho do setor de transformação de madeiras desempenha papel importante no processo produtivo e recebe poucos benefícios. O trabalhador do setor

---

<sup>25</sup> Entrevista realizada em novembro de 2001. Foi realizada com um empresário madeireiro da região Norte mato-grossense, o qual conservamos sua identidade.

<sup>26</sup> O processo de duas fases na ocupação da região, pode ser visto em PICOLI, Fiorelo. *Amazônia: O silêncio das árvores* – uma abordagem sobre a indústria de transformação de madeiras. Sinop: Editora Fiorelo, 2004c.

madeireiro desempenha funções importantes no processo produtivo, e o quadro depende da empresa, que pode ser trabalho em serrarias, laminados, aglomerados, beneficiamentos e móveis. São os trabalhadores que executam o trabalho dentro da indústria de transformação de madeiras, mas existem os trabalhadores encarregados da extração das árvores até a chegada à indústria.

Para entender esse processo, tivemos a oportunidade de acompanhar o trabalho de extração das árvores, ficando junto com as equipes no mato por 15 dias. A experiência nos fez conhecer de forma profunda como é um dia de trabalho nestas funções. São trabalhos muitas vezes a uma distância de 200 km ou mais, em muitos casos, longe da família e dos recursos das cidades. Foi através da experiência que conseguimos entender como acontece a exploração dos trabalhadores pelo sistema “gato” em sua amplitude.

No mato, acompanhando as equipes de trabalho, tivemos o privilégio de observar a construção dos barracos, onde fazem as refeições e que também servem como dormitórios. Os barracos são construídos próximos a um rio, porque necessitam de um local para lavar as louças, as roupas, tomar banho e obter água para beber. Para a construção, são utilizadas madeiras finas e roliças colhidas nas proximidades do local. A construção é erguida e coberta com lona plástica, ou então com folhas de alguma espécie de palmeira, sendo muito comum nesta região. Não recebe assoalho como piso, é no chão batido que os trabalhadores vivem, ficando assim em completo contato com a terra.

Nessa estrutura, a metade da casa é fechada com paus a pique, sendo destinada ao local de dormir, e a outra metade aberta, somente com cobertura onde funciona a cozinha, e destina-se às refeições dos trabalhadores. Dependendo do acordo entre a família dos “gatos”, dividem também as obrigações com alimentação e dormitório dos trabalhadores. Neste caso são construídos

vários barracos, conforme o número de subordinados aos cuidados da família do “gato”, do “gateiro” e do “gatinho”.

Para cozinhar é contratada uma pessoa que é conhecida como “cuca”, nos mesmos moldes vistos nos garimpos auríferos<sup>27</sup>, ou este papel é desempenhado pelo próprio responsável pela equipe, que faz a alimentação. O fogão é construído de barro, pedras e uma chapa de ferro, que é comprada em casas de ferragens. É construído de forma que a chapa fique em cima de uma armação de pedras e barro, com local para queimar lenha que aquecem as panelas que ficam em cima da chapa.

A base alimentar da força de trabalho é feijão, arroz, macarrão, charque, peixes, óleo, ovos, cebola, alho, café, açúcar e sal. Também são destinadas, acima do fogão, algumas estacas com ganchos ou pregos, para dependurar carne a ser defumada<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Cuca é um trabalhador muito comum na área garimpeira, na extração de árvores e nos projetos agropecuários, exerce a função de cozinheiro. Também organiza os horários para refeições, visto que a rotatividade de trabalhadores é constante. Deve sempre obedecer aos intervalos necessários entre o espaço de tempo para o mergulho, isto quando a garimpagem for aquática (PICOLI, 2004, p. 70).

<sup>28</sup> A carne defumada é oriunda da caça de animais silvestres, que são muito abundantes na região. Depois de o animal ser abatido dentro da mata, a carne é desossada, recebe certa quantidade de sal e condimentos para ser dependurada acima do fogo para receber calor e fumaça no processo de defumação. Os animais são abatidos nas cevas, local onde o animal é atraído com sal e frutos do mato, o animal vem à ceva ao anoitecer. É feita uma espécie de armação de varas com pregos, a uma altura de aproximadamente três metros, onde o caçador fica à noite à espera do animal. Este caçador, de posse de uma espingarda possante, geralmente de dois canos, com calibres 12, 16 ou 24, abate o animal. Quando o animal chega no local é sentido pelo caçador, com uma lanterna a pilhas lança forte luminosidade no sentido de seus olhos, deixando-o paralisado. Em seguida mira a espingarda, detona o tiro, geralmente em sua cabeça para facilitar o abate e preservar as carnes. As espécies preferidas para o consumo são: veados, pacas, antas, capivaras, porcos-do-mato, cutias e outros. São também muito usadas na defumação as carnes de peixes e de jacarés, sempre obedecendo ao mesmo processo, com sal e condimentos. Este tipo de alimento é fundamental, pois não existem geladeiras e muito menos a possibilidade de adquirir carne nos açougues das cidades, visto ser longe demais. Serve como base alimentar dos trabalhadores da extração, do arraste e do carregamento das madeiras. É comum na noite anterior da

As carnes são provenientes de animais silvestres abatidos com a finalidade de complementar a alimentação dos trabalhadores. Também defumam peixes pescados nos rios próximos aos barracos. Para as camas são utilizadas redes de pano, ou feita uma armação de varas com um pequeno colchonete em cima. Como cobertor, qualquer tecido fino serve, pois a região é quente, e a temperatura fica entre 25° e 35° centígrados o ano todo.

O dia de trabalho começa ao clarear e termina ao anoitecer, com intervalo ao meio-dia para o almoço de aproximadamente uma hora, que é servido no barraco, ou o “cuca” o leva até o local do trabalho no mato. Este tipo de trabalho é realizado por tarefa, tornando a força de trabalho escrava do prolongamento e da intensificação da jornada de trabalho além do limite, caracterizando-se a superexploração dos trabalhadores. É comum o trabalho de Sol a Sol, prolongando-se ao máximo o dia de trabalho, restando a noite para repor as energias para o dia seguinte. Quando o trabalhador fica no mato nos finais de semanas, feriados e dias santificados, o trabalho continua, e não pára o processo de extração de árvores.

Galvão (2001) nos certifica,

quanto à jornada de trabalho temos um acordo, que estabelece o limite de dez horas de trabalho diário. Este é o limite máximo de trabalho diário no setor de transformação de madeiras. As jornadas estabelecidas são de oito horas, às duas horas a mais seriam em forma de compensação. Neste sentido, negociamos a antecipação das horas do sábado, oferecendo folga aos sábados e domingos aos trabalhadores. Entendemos que dar dois dias de folga aos trabalhadores oferece uma nova perspectiva a eles. Não temos o controle geral do cumprimento do acordo, principalmente no trabalho

---

saída do trabalho, com destino às suas casas, abaterem alguns animais para levar para suas famílias, sendo um componente muito importante da sua subsistência.

de extração de madeira no mato. Sabemos que existem abusos e estamos atuando no sentido de combatê-los. Alguns anos passados eram completamente sem limites, hoje pelo menos em Sinop está melhorando, acontecem menos abusos nas jornadas. Nosso objetivo é tornar as jornadas de trabalho do setor normais, dentro da lei e dos acordos entre os sindicatos.

Contudo, mesmo com os acordos sindicais e a legislação trabalhista que deve ser observada e respeitada, no processo de transformação de madeiras o tratamento com a classe trabalhadora fica a desejar. Assim, para demonstrar o dia a dia na extração de árvores, no acompanhamento dos trabalhadores, pudemos observar que, durante as horas de folga à noite, antes de deitar, os trabalhadores ficam tomando café, chimarrão, cachaça e fumando para se distrair. Outro entretenimento é contar piadas e escutar músicas e as notícias da “cidade grande”, através de um rádio de pilhas, comum em quase todos os barracos, pois neste local não tem luz elétrica para funcionarem aparelhos de qualquer espécie.

As espingardas, além de servirem para caçar principalmente animais de pêlo e pena, com a finalidade de completar a alimentação da força de trabalho, também são usadas para espantar as onças, as cobras e outros animais silvestres que amedrontam os trabalhadores, quando chegam próximo aos barracos. A espingarda é usada no dia a dia, e quase todo o trabalhador possui uma, fazendo parte das ferramentas necessárias para sobrevivência na selva.

Em todos os barracos a que tivemos acesso observamos o uso do fumo e da cachaça, que são levados em grande quantidade para não faltar. São dezenas de litros de cachaça e vários pacotes de cigarro. A cachaça é de uso coletivo, já o cigarro, cada trabalhador leva o seu. Percebe-se que “o álcool entra em

cena como um tranquilizante para tal situação vivida por estes trabalhadores” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 30). Assim, anestesia a dor física e psicológica dos trabalhadores, tornando o sofrimento e o cansaço um pouco mais leves.

Além disso, o álcool contribui para anestesiá-lo para poder enfrentar uma jornada propensa aos acidentes de trabalho, bem como todas as dificuldades no processo de extração das árvores. Porém, é possível que este vício o desqualifique mais cedo da capacidade física de trabalho e venha a contribuir em acidentes, muitos destes acompanhados de morte. Nesse caso, para o processo produtivo, existem outros mais jovens e cheios de saúde para serem colocados na função, pois o que interessa é produzir para a concentração de capitais e extrair mais mais-valia de forma extensiva. Este é o meio mais fácil para efetivar-se a acumulação de forma ampla.

Depois de alguns dias ou semanas sem voltar para casa, os trabalhadores ficam com saudades da família. Os casados sentem saudades de sua mulher e filhos, os solteiros, dos pais, irmãos e namoradas, pois esta forma de trabalho é composta de trabalhadores do sexo masculino. Assim, a melancolia é minimizada fazendo-se uso de fumo e bebidas alcóolicas, pois geralmente a equipe de mato fica de oito a trinta dias ou mais sem voltar para a cidade. Nesse sentido, “todas as tentações possíveis se juntam para levar os trabalhadores ao alcoolismo. Para eles, a aguardente é praticamente a única fonte de alegria, e tudo concorre para a terem à mão” (ENGELS, 1998, p. 112). Isso motiva para que não falte o precioso líquido. O álcool faz o trabalhador ter coragem para enfrentar o dia de trabalho e o faz perder o medo de enfrentar o perigo na derrubada das árvores, no arrasto e no carregamento das toras.

Na extração encontram-se os trabalhadores à mercê da sorte, distantes de qualquer forma de proteção, e “pelo fato da dis-

tância em que se encontram ficam também desassistidos pelos órgãos de fiscalização do trabalho, e dessa maneira quase a totalidade dos trabalhadores da extração da madeira não possuem registro em carteira” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 29). Os trabalhadores da extração de árvores não têm a oportunidade de burlar a legislação no que diz respeito à contribuição para futuros benefícios. Eles não podem fazer a declaração de seu salário pela metade, o que acontece com os que trabalham dentro da indústria de transformação. São trabalhadores anônimos, vivendo na clandestinidade, sendo assim desassistidos pela empresa e pelos órgãos governamentais, mas livres para serem superexplorados. Nesse caso, acontece a sonegação, não mais em partes, mas total, ficando o trabalhador sem garantias futuras ao necessitar de algum benefício.

Além disso, confunde-se a sua existência como força de trabalho, o que lhes proporciona a sensação de serem donos de seu próprio trabalho. Usam essa estratégia para camuflar a superexploração de sua força física, com táticas que os tornam explorados sem limites. O valor de seu trabalho é confundido, mas não deixa de ser uma mercadoria igual outra, comprada e vendida, que serve ao projeto capitalista implantado na região. Transformar a força de trabalho deste setor em superexplorada e sem limites para a extração de mais-valia, esta é a meta da burguesia.

Mesmo assim, os representantes do sistema, vistos através do Estado e do capital em conjunto, passam a imagem de sucesso e progresso para a região, às custas dos pobres que ainda possuem forças e capacidade para produzir em nome da acumulação e, seu destino final é engajar-se aos sem terra, aos sem teto e aos sem perspectivas de vida, mas o discurso que interessa é dos vencedores. Souza (2001, p. 234) conclui que:

o discurso do progresso oculta os objetivos e significações de vidas que foram lapidadas, seja no mato

extraindo madeira, seja nas próprias indústrias através dos seguidos acidentes de trabalhos, por falta de vontade política da maior parte dos empresários que são omissos em relação à saúde de seus trabalhadores. O imediatismo é a marca deste setor, seja em relação ao meio ambiente, relações sociais ou comprando “notas frias” para facilitar seu ganho e sua ganância por poder e riqueza. Contudo, as vozes que calam projetam resistências, e outras formas para construir suas vidas, desmascarando os discursos dos heróis e observando as próprias contradições sociais que vivem.

Para o trabalhador, a luta está firmemente ligada à possibilidade de um dia encontrar o “mel”. Os trabalhadores das indústrias de transformação de madeiras procuram não errar nesta busca. O propósito é firme e a luta também, mas o “mel” pode estar próximo, permanecendo em vigília torna-se mais fácil encontrá-lo, e o dia pode estar próximo. As possibilidades existem, e o empenho deve ser dobrado. Mesmo superexplorados, vão firmes no intuito de não se deixar abater pelo sistema imposto.

Assim, se o capitalista se apropria de parte de seu trabalho necessário para subsistência, o trabalhador não perde a esperança de livrar-se destas amarras e conquistar o “mel” tão cobiçado por todos. Mesmo enfraquecido pelas táticas da sanha do capital, o chefe de família intensifica a busca, agora coloca a esposa e os filhos para ajudarem a encontrar o tesouro dourado. Assim, juntos, multiplicam seus esforços, e a família vai produzir de forma coletiva.

## MULHERES E CRIANÇAS VÍTIMAS DA EXPLORAÇÃO NO TRABALHO

O trabalho fabril, historicamente, é tarefa exercida por homens, mulheres e crianças, não pode ser entendido como função específica do sexo masculino. A partir das necessidades de expandir o trabalho, o capital coloca a mulher e os filhos no modo de produção, sempre observando as diferentes épocas e estágios da civilização. Para a mulher ser trabalhadora necessita lutar duplamente: primeiro, uma luta sexual devido à discriminação e ao preconceito por ser mulher; segundo, por ser trabalhadora, lutar por melhores condições juntamente com os homens. Devemos considerar também a dupla jornada, sendo uma no local de trabalho, e outra cuidando de filhos e da casa, nunca ou raramente reconhecida pelo mundo dos homens, tornando-se, em muitos casos, escrava de sua própria liberdade.

O trabalho da mulher e das crianças nas indústrias de transformação de madeiras sempre foi uma prática muito comum na região amazônica brasileira, embora esteja diminuindo gradativamente o trabalho das crianças, mas aumentando o das mulheres. O objetivo principal no trabalho da mulher e da criança é a obtenção de maior lucro para as empresas, pois este tipo de

trabalho sempre é acompanhado de uma remuneração menor, quando comparada com a dos homens adultos do mesmo setor.

É nessa perspectiva que o “sexismo foi institucionalizado. O aparato legal e paralegal de diferenciação e discriminação de gênero foi quase uma decorrência lógica dessa valorização diferencial do trabalho” (WALLERSTEIN, 2001, p. 24). Assim, a entrada da mulher de forma mais acentuada no trabalho a partir do século XX ainda “não resultou em sua emancipação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 272). Como as empresas capitalistas vislumbram apenas o lucro fácil, tiram da natureza amazônica seus recursos naturais florestais, também utilizam o trabalho mais barato para produzir a mesma quantidade de produtos. Neste cenário de superexploração, não se utilizam somente do trabalho do homem adulto, mas de todos os membros de sua família: “as vias pelas quais esta superexploração ocorre são conhecidas: contratos de menores, relações contratuais cada vez mais favoráveis ao capital (‘flexibilização’), aumento das horas extras, etc” (OURIQUES, 1997, p. 109). Por outro lado, o sistema capitalista tem como objetivo tornar proletários o pai, a mãe e os filhos. Antunes (2000, p. 105-106) observa que:

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequente, também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as).

Contudo, a conquista de espaços da mulher só se concretiza com a “emancipação do gênero humano, a qual os homens livres podem e devem somar-se, mas sem papel de mando e controle” (ANTUNES, 2000, p. 111). A luta da mulher, como trabalhadora,

não pode ser desvinculada do conjunto de classe, se isto acontecer torna-se uma luta dividida, sem propósito firme de emancipação dos trabalhadores de forma geral. A mulher trabalhadora também é parte da força de trabalho de homens e mulheres que formam o conjunto de superexplorados no setor de transformação de madeiras na região sinopense. Mas é com a finalidade de subsistência e de reprodução da força de trabalho que todos os membros da família passam a fazer parte do processo de exploração. Para Marx<sup>29</sup>, a relação de trabalho que envolve homens, mulheres e crianças é uma relação estratégica do sistema capitalista.

Assim, os capitalistas, com os trabalhadores confinados em casas cedidas, transformam a família do trabalhador em exército industrial em potencial. O trabalhador vendia antes sua própria força de trabalho, “agora vende mulher e filhos. Torna-se traficante de escravos” (MARX, 1998, p. 453). Contudo, “a revolução efetuada pela máquina na relação jurídica entre comprador e vendedor da força de trabalho tira toda a aparência de um contrato entre pessoas livres” (MARX, 1998, p. 454), torna o capital no direito de usufruir desta força somente em seu favor do trabalho da família inteira.

No setor de transformação de madeiras, o trabalho historicamente sempre foi função específica dos homens, principal-

---

<sup>29</sup> “O valor da força de trabalho era determinado não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário à sua manutenção e à de sua família. Lançando a máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. Assim, desvaloriza a força de trabalho do adulto. A compra, por exemplo, de quatro forças de trabalho componentes de uma mesma família talvez custe mais do que a aquisição, anteriormente, da força de trabalho do chefe de família, mas em compensação, se obtêm quatro jornadas de trabalho excedente de um. Quatro têm de fornecer ao capital, não só trabalho, mas também trabalho excedente, a fim de que uma família possa viver. Desse modo, a máquina, ao aumentar o campo específico de exploração do capital, o material humano, amplia, ao mesmo tempo, o grau de exploração” (MARX, 1998, p. 452).

mente na extração das árvores, diferente de outros setores industriais, que empregam homens e mulheres. Atualmente isto mudou, as mulheres e as crianças fazem parte do trabalho nas indústrias madeireiras também, bem como do exército industrial de reserva que regula o mercado de oferta de trabalho. Esta é uma forma arquitetada pelo capital, e também determinante na regularização do valor dos salários para baixo.

Para entender o avançado processo da utilização do trabalho da mulher, podemos avaliar através de uma das pesquisas que realizamos. Em 34 indústrias do setor, com 1.224 trabalhadores, conseguimos detectar a seguinte situação: “o sexo dos trabalhadores da indústria de transformação de madeiras ficou representado em 923 masculinos e 301 femininos” (PICOLI e PEREIRA, 1997, p. 14). Números bastante consideráveis, representando 75,40% do sexo masculino, e 24,60% do sexo feminino.

Assim, nos certificamos que, também neste setor, até então empregado por homens, ocorre a atração das mulheres, visto que foram introduzidas em várias indústrias com a utilização de trabalho um pouco mais leve, tais como: compensados, aglomerados e laminados, bem como foram implantadas novas tecnologias propícias ao trabalho feminino e das crianças. Neste mesmo universo de 1.224 trabalhadores “foram localizados 137 menores, representando 11,20%, e maiores de idade, 1.087, representando 88,80%” (PICOLI e PEREIRA, 1997, p. 14). Neste cenário, Picoli e Pereira (1997, p. 56) comparam os dados e afirmam que:

o trabalho do menor, dentro do setor madeireiro, segundo as informações dos empregadores, acontece no universo dos trabalhadores em 11,20%, e das pessoas que já sofreram algum tipo de acidente de trabalho, 11,32% são menores. Outro fato que chama a atenção é o elevado número de mulheres que trabalham no

setor, 24,6%, em atividade na sua grande maioria nas empresas de laminados e compensados. Somando os menores com as mulheres, dão aproximadamente 36% da mão de obra no setor madeireiro, o que nos leva a crer que os empresários investem nesta mão de obra, por ser de menor custo.

No setor de transformação de madeiras torna-se difícil detectar os menores de 16 anos no processo produtivo, visto que são acobertados tanto por pais, como por empresários. O primeiro acoberta para garantir um complemento do salário familiar, necessário para subsistência, tornando-se vítima e cúmplice do processo social. O segundo, para tirar proveito das dificuldades por que as famílias passam, em proveito próprio, qualificando-os apenas como cúmplices do processo capitalista e da superexploração. Fatos desta natureza são frutos da superexploração da classe trabalhadora e identificam a luta pela sobrevivência, pois parte do fundo destinado para subsistência está sendo retirado nas operações trabalhadas dos homens adultos. Assim, é necessário colocar a família toda nas operações da indústria para compensar o valor apropriado pelo processo produtivo, que paga abaixo do valor normal para subsistência e reprodução da força de trabalho, e este fator se torna evidente em toda a região amazônica. Para subsistir não basta a introdução do pai no trabalho, faz-se necessária a inclusão de todos os componentes da família. Picoli e Santos (1998, p. 26) advertem:

que o patrão camufle os menores, não é de se espantar, pois com a ganância pelo lucro e ainda por um custo menor, isto é próprio do seu feitio. Que os pais também acobertem seus filhos menores que trabalham, não podemos achar absurdo, pois é aí também que se evidencia a total alienação e subserviência dos mesmos em relação ao patrão e à empresa onde trabalham.

O projeto capitalista domina as relações de trabalho e compromete também as estruturas da família. Contudo, ao Estado caberia enfrentar esta relação, pois da forma como está, os pais sentem-se obrigados a tornar proletários seus filhos em tenra idade. Por outro lado, os capitalistas atuam no sentido de extrair o máximo de mais-valia, sentindo-se no direito de superexplorar todos os membros da família. Marini (2000, p. 65-66) diz:

a redução dos recursos destinados às políticas públicas para a infância e adolescência é outro motivo do ingresso precoce no mercado de trabalho. Faltam escolas, programas de saúde, de qualificação técnica para adolescentes, de geração de emprego e renda, de bolsa de educação etc. Enfim, tem-se como hipótese de que o trabalho infantil é uma “violência naturalizada” pela sociedade. Não é apenas um resultado de um modelo de desenvolvimento econômico concentrado e excludente, mas também de relação e de representações sociais historicamente constituídas e reproduzidas que legitimam esta violência, tornando os trabalhadores infanto-juvenis “invisíveis” aos olhos da sociedade.

Os trabalhadores invisíveis nascem da exigência de contribuir com as necessidades de subsistência da família e o aprofundamento da exploração do trabalho. A tática é fruto da sanha desvairada dos capitalistas, bem como da tolerância de um Estado incompetente, omissivo e conivente. Assim, os “trabalhadores são acobertados pelos patrões e pelos pais, sendo difícil o sindicato localizá-los” (GALVÃO. In: PICOLI e SANTOS, 1998, p. 26).

O trabalho do menor e da mulher acontece quando traz maiores benefícios à classe empresarial madeireira. O que determina e motiva a inserção da mulher e do menor são as condições estabelecidas nas relações de trabalho. Para Faganello (2001), o enfoque é outro:

não aconselhamos o trabalho do menor, pois existe grande quantidade de trabalhadores com mais de 18 anos. Hoje as crianças e os menores nos trazem muitos problemas com a fiscalização; embora viáveis, preferimos não mais utilizá-los. Quanto ao trabalho feminino, é diferente, ele é viável e necessário. A mulher é mais obediente, aprende mais rápido e é mais produtiva. O trabalho da mulher está sendo preferido nas funções mais leves, ela é mais ágil e não traz problemas mais sérios para o madeireiro. Inclusive faltam menos que os homens no trabalho, além disso, as horas de trabalho no dia a dia são mais bem aproveitadas.

Na mesma argumentação podemos verificar outra opinião que trata da utilização da mulher e dos menores nas indústrias de transformação de madeiras de Sinop e região. Segundo Pertile (2001),

quanto aos menores, praticamente não contratamos mais estes trabalhadores, visto ser muito complicado com a fiscalização. Temos muitas mulheres trabalhando no setor de transformação de madeiras. Elas se sobressaem aos homens, sendo mais dedicadas, mais caprichosas, mais ágeis, e o seu trabalho é mais barato. Isto nos leva a cada vez mais contratar mulheres no setor, elas são mais lucrativas quando comparadas com os homens. Em nossos dias temos muita procura de mulheres querendo ingressar no trabalho madeireiro.

Enfatizando o trabalho da mulher e dos menores podemos verificar opiniões de diferentes representantes do setor madeireiro, mas todos concordam que este trabalho traz muitos benefícios aos empresários. Assim, Galvão (2001) esclarece:

no caso das crianças e dos menores, eles só aparecem quando acontece alguma anormalidade no trabalho,

como é o caso dos acidentes de trabalho. Não conseguimos controlar as práticas irregulares no trabalho das crianças e menores, eles são clandestinos e acobertados por empresários e pelos próprios pais. As crianças e os menores continuam sendo preferidos pelas indústrias madeireiras, pelo baixo salário, obediência e submissão. No caso das mulheres é a mesma coisa, com mulheres, crianças e menores o processo industrial madeireiro torna-se mais produtivo. A mulher cada vez mais é colocada ao lado dos homens para produzir. Hoje, podemos afirmar que estão competindo de igual por igual com os homens. Elas trazem mais vantagens para os empresários do setor, pois são mais dedicadas, mais atenciosas, mais rápidas, custam menos e tornam o processo mais produtivo.

As opiniões são unânimes quanto aos benefícios do trabalho da mulher e dos menores; mesmo os menores trazendo problemas com a fiscalização nos últimos anos, eles ainda são preferidos. Para poder ter em mãos a força de trabalho, na relação entre comprador e vendedor, o capitalista necessita em primeiro lugar dominar esta relação, torná-la desigual. Assim, dominada e submissa, torna-se superexplorada e disponível à classe burguesa. Os capitalistas organizam-se conforme seus interesses, transformando em proletários pai, mãe e filhos, sendo assim transformados todos em objetos da exploração; colocam à disposição dos capitalistas a família inteira. Este esforço tem duas finalidades, a primeira para reproduzir o capital para a classe burguesa; a segunda, para subsistir e reproduzir a força de trabalho e servir ao processo produtivo continuamente.

A partir de experiência própria sobre o setor de transformação de madeiras, acompanhamos as histórias de vida, tanto dos trabalhadores, como de empresários, mas principalmente de menores e

crianças<sup>30</sup>, levados pelo processo de exclusão social ao longo dos tempos em que o conjunto produtivo do capital os deixou marginalizados e despossuídos. Aos jovens e adolescentes restou a alternativa de estudarem à noite, já que durante o dia servem de força de trabalho no setor de transformação de madeiras.

Os jovens e adolescentes que frequentavam a escola próxima ao setor de transformação de madeiras já haviam cumprido uma jornada de trabalho, ou meio período, para depois se dirigir à instituição de ensino. Neste tempo fomos contemplados também com uma turma de alunos especiais, as merendeiras, as faxineiras e o pessoal que exercia alguma atividade administrativa na escola e eram analfabetos e semianalfabetos. O quadro administrativo era bastante considerável, pois a escola recebia nos três períodos de funcionamento aproximadamente 1.500 alunos, quase a totalidade de filhos dos empregados do setor de transformação de madeiras. No final do trabalho, conseguimos formar a turma especial dos administrativos da escola no ciclo básico, que compreende as quatro séries primárias, 12 estudantes, sendo a maioria do sexo feminino, e moradores das colônias madeireiras.

Em 1989, dois alunos de uma mesma turma, da qual éramos regentes de sala, que faziam o ciclo básico à noite, foram atropelados por veículos e posteriormente faleceram. Os jovens tinham aproximadamente 16 anos – um do sexo feminino e o outro do sexo masculino. A ocorrência destes atropelamentos

---

<sup>30</sup> Podemos afirmar isto pelo fato de termos convivido com o drama de estudantes e suas famílias no espaço amazônico. O que nos levou a este entendimento foi o trabalho como professor no período de 1987-93, em escola pública dentro do setor industrial madeireiro, e convivemos até hoje próximos a eles. Também por termos a formação de professor do ciclo básico, exercemos a função de alfabetizador de adolescentes e adultos neste período à noite, frequentado por pessoas com história de reprovação devido à rotatividade no trabalho madeireiro. Consideramos estas experiências fator fundamental para podermos opinar sobre o setor de transformação de madeiras, principalmente sobre menores e crianças no trabalho.

nas proximidades da escola se deve ao fato de que as indústrias madeireiras nesta região de Sinop instalaram-se próximas à BR-163, rodovia federal bastante movimentada, e os alunos têm que transitar junto à rodovia que não tem acostamento, ou atravessá-la à noite sem iluminação.

Utilizam como meio de locomoção bicicletas ou andam a pé vários quilômetros até chegar à escola. Os órgãos públicos, encarregados de prevenir acidentes, pouco ou nada fazem, pois são apenas trabalhadores que transitam nestes espaços, e a morte de um ou de uma centena pouca diferença lhes faz. O trabalho é sem qualificação alguma, e muito menos se necessita de treinamento específico, pois qualquer indivíduo com saúde pode ocupar o seu lugar no trabalho.

Os jovens eram a principal clientela da escola no período da noite. As meninas trabalhadoras, a grande maioria com menos de 18 anos de idade, tinham vergonha de mostrar as mãos, devido aos calos, encardidas de pegar em madeiras que largam uma espécie de corante, e muitas vezes não tinham um produto adequado, nem tempo para fazer a higiene pessoal. Até o próprio corpo das pessoas que trabalham neste setor fica com cheiro forte, devido ao contato com espécies de madeiras. Nessa trajetória, dois fatores nos chamavam a atenção: o primeiro, que poucos alunos terminavam o ano letivo; o segundo, a quantidade tão grande de jovens e adolescentes com dedos decepados, cortes e curativos pelo corpo.

O ano letivo nesta região tem início no mês de fevereiro e termina próximo ao Natal do mesmo ano, mais ou menos na metade de dezembro. Com salas abarrotadas de alunos, era comum transferir algumas turmas para as dependências da igreja católica próxima ao local. As salas super lotadas, com o passar dos tempos, começavam a esvaziar-se, chegando nas férias de meio de ano com turmas reduzidas, algumas com menos 50% dos alunos que iniciaram.

Acontece que na região a estiagem começa a chamar os trabalhadores com mais afinco a partir de maio até outubro, e as empresas de transformação de madeira exigiam jornadas mais longas e intensificadas, tendo estes que optarem entre a escola ou o trabalho<sup>31</sup>. Contudo, estes alunos são obrigados a optar pelo trabalho, esta é a condição imposta por residirem em casa cedida pela empresa madeireira. Eles regulam o exército de reserva e em potencial, e os trabalhadores devem estar prontos para servir aos capitalistas conforme as necessidades do trabalho, além da necessidade de ajudar a família na compra dos produtos de subsistência, como foi apontado anteriormente.

Para Román e Blas (2002, p. 23), o comportamento temporário da oferta de trabalho é um dos tópicos que goza de mais tradição dentro da economia trabalhista. É desta forma que acontece a relação de dominação, de controle, de servidão e de obediência, fruto do trabalho arquitetado pela classe dominante. Devemos levar em consideração o fato de que a maior parte da clientela das escolas reside nestas casas cedidas pelos proprietários das madeireiras, ficando submetidas às ordens e à obediência destes capitalistas. Além disso, para ser trabalhador no processo produtivo madeireiro não há necessidade de escolaridade, sendo necessária apenas a força física.

Outro fator que devemos levar em conta é a formação do quadro de trabalhadores, sendo composto de pessoas simples e dependentes do trabalho para sua subsistência. Eles desistem da escola, tendo que optar pelo trabalho para suprirem as neces-

---

<sup>31</sup> A partir do mês de maio até outubro, nesta região, acontece a estiagem. Neste período, as empresas fazem a estocagem das toras para produção na época da chuva, e o acesso ao mato fica facilitado. Além disso, na região as estradas são precárias, e torna-se impossível o trânsito de caminhões toeiros no mato com chuva. O empresário do setor madeireiro constitui a colônia com casas de trabalhadores, e estas têm a finalidade de dispor dos trabalhadores para colheita das árvores. Assim, faz parte do acordo para receber a casa cedida pela empresa colocar-se com exclusividade para o trabalho da indústria madeireira.

sidades básicas do dia a dia, por fazerem parte do exército industrial de reserva e estarem à disposição da classe capitalista. Assim, submissos e controlados, tornam-se obedientes e dependentes, tendo como consequência, no final do ano letivo, as salas com número insignificante de alunos, pois estes foram oxigenar a necessidade da produção das madeireiras.

Os menores e os jovens são também atraídos por melhores salários no trabalho, por ocasião da retirada das árvores na floresta para regular os estoques nas serrarias. Em Sinop, 68,2% das madeireiras efetuam seus estoques nas épocas das secas para acarretar menores custos (SOUZA, 1999, p. 70), embora os trabalhadores fiquem sem direito a todos os benefícios sociais, pois na grande maioria dos casos os direitos são fraudados pelos empresários através do sistema “gato”.

As ofertas dos agenciadores de mão de obra, que fazem a extensão real da mão do empresário, são para permanecerem mais tempo possível trabalhando no processo produtivo (CARDOSO e MULLER, 1997, p. 185). A tática é usada tanto fora da indústria, como dentro dela, mas principalmente nas tarefas de coleta de árvores no mato, sendo a época da seca facilitada para retirar as toras, pois as estradas de terra ficam mais transitáveis, tendo menor quantidade de atoleiros. Além disso, o valor do trabalho na retirada das árvores no mato nesta época tende a subir um pouco, e assim atrai os jovens estudantes.

Nessas condições, para que o valor seja maior na retirada da madeira não é por bondade do patrão, mas por uma necessidade de garantir estoques para o período das chuvas. Assim, na seca acontece a estocagem de toras para suprir as necessidades no decorrer do ano para produção, sendo intensificado o trabalho extrativo na floresta, e são oferecidos pagamentos maiores aos que fazem a coleta das árvores. Os capitalistas do setor madeireiro não precisam de trabalhadores que vão à escola, muito menos

que saibam ler e escrever. É um trabalho rude e bruto, lhes interessam apenas a mão de obra enquanto lhes for útil. Se necessário for, existe uma grande leva de trabalhadores desempregados em forma de exército industrial de reserva, podendo substituir os outros a qualquer momento. A propósito, Engels<sup>32</sup> define a relação trabalho/capital como uma relação exclusivamente econômica e não uma relação humana.

A relação trabalho/capital no processo produtivo transforma a força de trabalho em mais um componente, uma peça que pode ser substituída por outra com a mesma qualidade, pois as gerações que se apresentam e estão por vir não passam de reposição da força de trabalho à disposição do capitalista. Por outro lado, os empresários do setor reproduzem a força de trabalho para beneficiar-se com “essa ignorância que leva o trabalhador ao estado de alienação, ela não é natural, ela é concebida, arquitetada e executada pelos mecanismos do poder capitalista que não pode permitir que os homens usufruam sua intelectualidade” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 26).

Para nos certificarmos do alto nível de alienação e da falta de capacidade de avaliação dos trabalhadores, “encontram-se satisfeitos com o trabalho 48,14%, e não satisfeitos 51,86%” (PICOLI e PEREIRA, 1997, p. 21). Assim, se reproduz a força de trabalho, de forma que o capital consegue se perpetuar e consolidar-se como projeto superior, não respeitando nem as crianças, os adolescentes e os jovens em tenra idade, tirando-lhes a oportu-

---

<sup>32</sup> “A relação entre o industrial e o operário não é uma relação humana, mas sim uma relação exclusivamente econômica. O industrial é o capital, o operário é o trabalho. Se o operário não quer se deixar prender por essa abstração, se afirma que não é trabalho, mas um homem que, é um fato, possui entre outras a faculdade de trabalhar, se convence que não deveria se deixar vender e comprar como trabalho, como mercadoria no mercado, a mente do burguês fica como que fulminada pelo estupor. Não pode compreender que possam existir com os operários outras relações além da compra e venda, e não se vê neles homens mas sim mãos (hands), como são denominados” (ENGELS, 1988, p. 312).

tunidade de ser diferentes, saírem da dependência do patrão e vislumbrarem um futuro diferente para si e para seus filhos.

Os jovens são vistos pelos capitalistas como potencial futuro e necessário, devendo tirar destes trabalhadores qualquer oportunidade de mudança na sua trajetória de vida. Devem ficar exatamente como estão, dentro de um quadro de alienação e dominação, como regulação do exército industrial de reserva, impondo aos trabalhadores os caminhos que interessam ao capital, e não os que interessam aos trabalhadores.

Por outro lado, nas colônias das madeireiras, tanto as mulheres que trabalham como as que não trabalham não possuem perspectivas de mudança de vida. Ficam confinadas dentro do setor produtivo, ou criando filhos em casa; possuem, no entanto, uma diferença para os filhos das que não trabalham, pois estes conseguem estar mais tempo perto de suas mães, recebendo educação e acompanhamento limitado, mas efetivo. Nesse sentido, Engels<sup>33</sup> define as consequências do trabalho feminino em relação aos filhos, apontando a desagregação da família.

Por outro lado, a discriminação ao trabalho da mulher é sentida em todos os setores da sociedade. Nas madeireiras não seria diferente, ela é explorada e desrespeitada como mulher, pois recebe salário inferior aos trabalhadores do sexo masculino, e também tem minimizada a sua força de trabalho, embora produza tanto quanto um homem. Nesse sentido, na grande maioria das empresas do setor, o desrespeito começa nas condições dos banheiros, não sendo adequados para os trabalhadores fazerem

---

<sup>33</sup> “O trabalho da mulher na fábrica desorganiza inevitavelmente a família, e esta desorganização tem, no estado atual desta sociedade baseada na família, as consequências mais desmoralizantes, tanto para os pais como para as crianças. Uma mãe que não tem tempo de se ocupar do seu filho, de lhe dedicar durante os primeiros meses os cuidados e a ternura normal, uma mãe que mal tem tempo de ver o filho, que não pode ser mãe para ele, torna-se fatalmente; trata-o sem amor, sem solicitude, como uma criança estranha” (ENGELS, 1998, p. 166).

suas necessidades biológicas, principalmente para as mulheres<sup>34</sup>.

Os banheiros geralmente são de péssima qualidade, e há falta de higiene, tendo casos que pudemos observar um buraco na terra, com uma armação de tábuas ao redor. Na grande maioria, são sujos, acompanhados de mau cheiro, e qualquer pessoa que neles entrar se sentirá mal com tal situação e condição de desrespeito com a classe trabalhadora. Estas condições, pela falta de higiene e respeito, só são possíveis pela falta de atuação dos órgãos públicos, sendo estes encarregados da fiscalização, mas quando atuam são incompetentes, omissos e coniventes, do contrário estes locais estariam em situação diferente. Para o capitalista deixar o trabalhador em condição deplorável e sem assistência, faz parte da estratégia de submissão e dominação. As ações de humilhação e desrespeito regulam o controle operário e também identificam as formas de superexploração do trabalho na região.

Outro fator que chama a atenção são as vestimentas dos homens e das mulheres nos locais de trabalho. Pelo fato de não receberem as roupas da empresa, usam qualquer roupa, muitas vezes inadequadas para o trabalho, pois ficam sujeitos a acidentes de trabalho e sentem-se desprotegidos como trabalhadores. É comum, antes e depois das eleições, os vestuários da grande maioria serem as camisetas que fazem propaganda dos políticos, geralmente dos partidos e dos candidatos indicados pelo empresário do setor.

Para o capitalista, o que está em jogo não é a existência ou não da força de trabalho do menor e da mulher, mas a extorsão de maior quantidade de mais-valia. A família reunida no

---

<sup>34</sup> O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Mobiliário da Região Norte do Mato Grosso – Siticom, através da Nova Mídia, produziu o filme “Segurança no Trabalho. Úteis e Mutilados”, que mostra as reais condições a que são submetidos homens, mulheres e crianças no trabalho madeireiro em Sinop e região norte mato-grossense. Com este trabalho podemos evidenciar as precárias condições de trabalho, bem como as condições de higiene no local. Também podem ser vistas crianças a partir de dez anos de idade no processo produtivo madeireiro.

trabalho é uma das formas de consolidar a superexploração e mantê-la sobre o domínio do capitalista, e assim produzir mais riqueza através de mecanismos que facilitem a acumulação. Para Luxemburg<sup>35</sup>, a lógica da acumulação é obter lucro para a acumulação através da exploração do trabalho.

Assim, a mulher e o menor no trabalho representam a forma mais apurada de reduzir custos e extrair mais-valia do proletariado de forma intensa. Além disso, os capitalistas transformam o homem e toda sua família em trabalhadores, e assim afinam a exploração. Se antes o homem adulto conseguia cumprir com esta tarefa só, agora lança mulher e filhos nas indústrias, fazendo deles o prolongamento da exploração, ou seja, efetiva-se a superexploração através da dominação nas relações de trabalho de toda a família. Neste sentido, além de intensificar e prolongar as jornadas de trabalho, o capitalista pode reduzir os salários, atingindo o ponto mais alto dentro dos objetivos de acumulação e concentração de capitais. Além disso, este capitalista se apropria de parte do trabalho necessário à subsistência, impelindo a força de trabalho a se reproduzir abaixo de seu valor normal através da superexploração.

---

<sup>35</sup> “O regime capitalista de produção é presidido pelo interesse em obter lucro. Para o capitalista, a produção só tem objetivo e razão de ser quando dela se obtém, em dois anos, um ‘lucro líquido’, isto é um lucro líquido sobre todos os desembolsos de capital por ele realizados. Entretanto, o que caracteriza a produção capitalista como lei fundamental, distinguindo-a de todas as demais formas econômicas baseadas na exploração, não é simplesmente a obtenção de lucros em moeda sonante, mas a obtenção de lucros em uma progressão cada vez maior. Para consegui-lo, o capitalista, nisso diferenciando-se radicalmente de outros tipos históricos de exploradores, não destina exclusivamente, nem sequer em primeiro plano, os frutos de sua exploração para fins de lucro pessoal, sem aumentar progressivamente a própria exploração. A maior parte do lucro obtido transforma-se novamente em capital, sendo investido na ampliação da produção. [...] Antes de tudo, para que a exploração possa desenvolver-se é necessário que exista força de trabalho em proporção suficiente. O capital faz com que haja essa condição, graças ao próprio mecanismo desse regime de produção, assim como rapidamente alcança o apogeu na história e mais ou menos se consolida” (LUXEMBURG, 1976, p. 417).

Assim, as famílias deixam de receber um salário mensal para receberem três ou quatro, mas sempre dentro das necessidades de manter as necessidades de subsistência, ou abaixo deste valor da reposição dos trabalhadores no processo produtivo. Dentro desta perspectiva, observam-se o dilema e a triste história da mulher e do menor trabalhador no setor madeireiro. Refletem trabalhadores marginalizados no processo histórico, através de sucessivas flutuações como massas desprovidas que formam o exército industrial de reserva, transformando este em potencial, pois, sempre que o capitalista necessita, vai buscá-lo para o trabalho.

Assim, as mulheres, os menores e as crianças são lançados no mundo do trabalho, sempre na expectativa de conseguirem finalmente chegar até o “mel” e partilhar dos segredos de sua riqueza nas representações do mundo dos homens. Vão juntar-se aos já proletários homens adultos, com a finalidade de trilhar o mesmo caminho na busca da substância doce produzida pelas abelhas operárias. Assim, podem sonhar e lutar juntos, pois quanto maior o número de envolvidos e mais cedo iniciarem a proletarianização, entendem que as chances melhoram para participar do brilho do “mel” e sentir-se possuídos por sua magnitude.

Na trajetória a vida é um espelho fosco, e a realidade não reflete os anseios e sonhos da classe trabalhadora. É negada a oportunidade de melhor educação e formação física das crianças, bem como se tornam proletárias para contribuir na localização do brilho das representações e símbolo da riqueza em forma de “mel”. São chamadas as mulheres e as crianças para engrossarem as fileiras nesta busca do sonho de encontrar o “mel” dos desejos.

Assim, homens, mulheres e crianças vão produzir uma colmeia com o firme propósito de usufruírem as benesses desse trabalho, e se identificam com as abelhas operárias na fabricação do cobiçado produto dócil. Os esforços são triplicados, porém a

relação desigual de poder faz os sonhadores adiarem o encontro com o desejo, pois quem fica com o produto da colmeia mais uma vez é a sanha desvairada do capitalista no ato da acumulação. No entanto, a luta continua, e ainda é possível sonhar e seguir em frente...

## A FALTA DE TREINAMENTO, A SEGURANÇA NO TRABALHO E A VIOLÊNCIA

Faz-se necessário conhecer como trabalha, como é tratada a força de trabalho do setor de transformação de madeiras, também como avaliar o grau de desrespeito, a marginalização e as formas de superexploração articuladas e impostas. Para melhor entendimento, partimos do conhecimento do setor, da vivência com estas pessoas, para poder avaliar o grau de submissão, a dependência, a violência e a alienação a que são submetidos os trabalhadores da indústria de transformação florestal.

Esse espaço geográfico é fruto da abolição escrava do passado, pois flutua “uma multidão de negros é índios, e de mestiços de todas as matrizes, presos à sujeição de formas arcaicas de exploração de trabalho” (MARTINS, 2000, p. 13). No setor de transformação de madeiras pode ser visto um estágio avançado na relação entre capital e trabalho, apenas no que diz respeito aos benefícios dos empresários deste setor. Quanto à classe trabalhadora, pouco ou quase nada mudou, se compararmos aos avanços destes capitalistas e aos movimentos mundiais, por meio da modernidade. Isto

pode ser visto através dos riscos de acidentes de trabalho, pois eles estão presentes em todas as etapas do processo produtivo. Os acidentes de trabalho e a falta de prevenção andam juntos, e são identificados em todos os movimentos do processo madeireiro, porém o grau de exposição apresenta-se em diferentes níveis.

**Etapas de trabalho no setor de transformação de madeiras e grau de exposição e riscos de acidentes de trabalho**

<b>Etapas dos acidentes</b>	<b>Graus dos acidentes</b>
Primeira etapa	Extração das árvores (1)
Segunda etapa	Arraste das árvores (2)
Terceira etapa	Carregamento das toras (3)
Quarta etapa	Transporte até a serraria (3)
Quinta etapa	Descarregamento na serraria (3)
Sexta etapa	Rolagem da tora na serraria (2)
Sétima etapa	Serragem e beneficiamento (1)
Oitava etapa	Carregamento do produto pronto (3)

**Fonte:** Elaboração própria. Graus de exposição dos trabalhadores: grau máximo (1), grau intermediário (2), grau menor (3).

Para melhor entender a amplitude dos riscos de acidentes de trabalho nas várias fases do processo industrial de transformação de madeiras na floresta tropical amazônica, passamos a descrever também as oito etapas bem definidas deste processo. Assim, partimos do início da operação até o final desta: a primeira etapa – a extração da madeira; a segunda etapa – o arraste das toras; a terceira etapa – o carregamento das toras no caminhão; a quarta etapa – o transporte da mata até a serraria; a quinta etapa – o descarregamento no pátio da serraria; a sexta etapa – a rolagem da tora do pátio até a serra; a sétima etapa – a serragem e beneficiamento; a oitava etapa – o carregamento dos produtos prontos para a venda (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 51).

Em todas estas diferentes passagens no processo de trabalho – da coleta das árvores até a venda dos produtos derivados

da madeira – acontecem acidentes de trabalho. O que é diferente nas várias fases do processo produtivo é o grau de exposição a que se submete a força de trabalho. Além de não observarem as técnicas de segurança, os trabalhadores das etapas iniciais, que compreendem a retirada da tora até à chegada da madeireira na indústria, usam técnicas de extrativismo da mesma maneira como ela tem sido praticado por mais de um século, poucos são os investimentos e utilizam técnicas ultrapassadas. A mão de obra permanece o principal meio de extração de árvores, vindo finalizar na industrialização do produto para o mercado. Neste setor se visa ao lucro fácil, principalmente quando pode ser obtido da natureza e da exploração dos trabalhadores, não importando também se este degrada a natureza e venha a mutilar a vida do homem.

Os interesses dos empreendimentos ali instalados condicionam os movimentos do processo produtivo. Os acidentes de trabalho são vistos inclusive pelos próprios trabalhadores como sendo culpa deles. Muitas vezes as frases comuns ditas são “acidentes fazem parte do trabalho, acidentes são cavacos do ofício. Há vinte anos que faço assim e nunca me aconteceu nada. O álcool dá força à gente. Ser prudente é sinal de covardia” (SOARES, JESUS e STEFFEN, 1994, p. 21).

Frases dessa natureza são usadas inclusive pelos próprios trabalhadores, pelos supervisores no trabalho e principalmente pelos empresários. Esta é uma das formas de materialização da violência contra a força de trabalho, é torná-los culpados pela sua efetiva exploração e degradação como seres humanos. A argumentação é o reflexo do grau que separa a classe trabalhadora da classe capitalista nos projetos amazônicos e o aprimoramento da exploração no atual estágio produtivo. A respeito desta contradição, Engels<sup>36</sup> contribuiu sobre o processo capitalista em questão.

---

36 “Desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu

Se a máquina cria as condições de acumulação e reprodução do capital, ela também efetiva a separação entre opressores e oprimidos. Para entender esta separação, ao mesmo tempo o funcionamento do processo de trabalho das madeireiras da Amazônia, tendo início na coleta das árvores até a venda da madeira beneficiada, podemos tratá-la da seguinte maneira: o processo da derrubada das árvores “é um trabalho que tem como base o imprevisto. Ele danifica árvores jovens e expõe os trabalhadores a sérios riscos de acidentes, pois os princípios básicos para a derrubada de uma árvore não são levados em conta” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 30).

No processo de extração da tora devemos efetuar “a limpeza ao redor da árvore a ser derrubada, para possibilitar maior mobilidade do trabalhador em caso de uma queda imprevista da árvore ou de galhos próximos” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 30). O que pode ser observado na coleta das árvores é que a exposição constante dos trabalhadores se evidencia em todo o processo produtivo, sendo mais frequente na extração das árvores, devido à não fiscalização por parte dos órgãos competentes. Estes são encarregados de assegurar o mínimo necessário para proteger os trabalhadores no que diz respeito ao uso de equipamentos de segurança, do treinamento e da seguridade no trabalho, mas não

---

desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é ao mesmo tempo um retrocesso na condição de classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para a outra. A prova mais eloquente a respeito é a própria criação da máquina, cujos efeitos, hoje, são sentidos pelo mundo inteiro [...]. O que é bom para a classe dominante deve ser bom para a sociedade, com a qual a classe dominante se identifica. Quanto mais progride a civilização, mais se vê obrigada a encobrir os males que traz necessariamente consigo, ocultando-os com o manto da caridade, enfeitando-os ou simplesmente negando-os. Em uma palavra: elabora-se uma hipocrisia convencional, desconhecida pelas primitivas formas de sociedade e pelos primeiros estágios da civilização, que culmina com a declaração de que a classe opressora explora a classe oprimida exclusiva e unicamente para próprio benefício” (ENGELS, 1995, p. 200).

se fazem presentes na extração e raramente na indústria.

Podemos identificar que “os operadores de motosserra não estão qualificados para o manejo correto e adequado da máquina. Além disso, a presença de mais trabalhadores próximos à derrubada facilita a ocorrência de acidentes, inclusive picadas de animais peçonhentos, por não estarem usando vestimentas adequadas nem equipamentos de segurança” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 30). Nesse sentido, observamos que, no processo de retirada das árvores, não existe a preocupação com os acidentes de trabalho, mas um grande empenho em produzir. Os galhos que caem nas derrubadas das árvores são chamados de “macacos” e de fazedores de viúvas (SHOUMATOFF, 1990, p. 23).

Assim, o que se objetiva é alta produtividade, não interessando as consequências para o trabalhador, e se este sofrer acidentes em nada modificará a rotina de trabalho, e muito menos do processo de retirada das árvores. Além disso, este tipo de trabalho é realizado clandestinamente, como foi apontado, não aparecendo os responsáveis em caso de acidentes de trabalho, pois o sistema “gato” é um meio para criar os mecanismos de superexploração no trabalho. Contudo, a estratégia consegue esconder e camuflar os capitalistas detentores da produção, deixando desprotegidos e vulneráveis os trabalhadores.

Em nenhum dos acampamentos onde se efetua a derrubada das árvores foram localizados materiais de primeiros socorros para acidentados. Os acidentes são frequentes, podem ser qualificados em: torções, perfurações, cortes, queimaduras, intoxicações, picadas de insetos e ataques de animais. Eles acontecem com proporções leves e graves, sendo muito comum o acidente ser acompanhado de morte do trabalhador, principalmente na coleta de árvores. Para caracterizar o sofrimento dos acidentados e suas famílias, bem como o deslocamento e acompanhamento dos trabalhadores junto às fronteiras do extrativismo, usamos

parte de uma entrevista realizada com o “Sr. Marfim<sup>37</sup>”:

“Marfim”, brasileiro, casado, idade de 51 anos, curso primário e pai de cinco filhos. Nascido no Estado do Rio Grande do Sul, residiu em Santa Catarina e Paraná antes de chegar a Sinop, Estado de Mato Grosso, onde reside já há mais de 18 anos. Trabalhou no setor madeireiro durante 23 anos, sendo oito anos no Sul do País e 15 anos em Sinop/MT. Desses anos de trabalho no setor madeireiro, três anos desempenhou suas funções sem ser registrado, ou ter algum documento comprobatório, que posteriormente pudesse ser usado para fins de direito. Nestes longos anos de trabalho, já sofreu três acidentes de trabalho, todos desempenhando suas atividades no setor madeireiro. O primeiro acidente aconteceu no Sul do País, quando do início de sua vida profissional, por falta de treinamento adequado, em uma serra circular, o que causou a amputação do polegar, da mão direita e o indicador da mão esquerda; nesta ocasião, não tinha registro em carteira, e nem contribuía para o INSS, o que lhe deixou sem direito algum. O segundo acidente aconteceu quando utilizava um facão para cortar um carço de uma tora, para facilitar o seu rolamento, cortou na perna, entre joelho e o pé, causando um profundo corte, isto ocorreu há cerca de cinco anos. O terceiro acidente ocorreu há três anos, o que lhe causou a amputação do dedo indicador da mão direita, quando trabalhava em uma destopadeira. Quando questionado dos motivos pelos quais sofreu inúmeros acidentes bastante graves, nos

---

<sup>37</sup> Marfim, nome fictício do entrevistado para preservar sua identidade. Entrevista realizada em novembro de 1997 em Sinop, região norte mato-grossense. Das várias entrevistas realizadas com trabalhadores do setor madeireiro que sofreram algum tipo de acidentes de trabalho, esta conta a trajetória dos trabalhadores na região e como acontece a superexploração através do desrespeito. Assim exposto, fica mais fácil entender o sofrimento da força de trabalho e as formas de tirar excedentes por parte dos capitalistas.

disse: “os motivos, pelos quais aconteceu acidentes, são a pressa de fazer as coisas, os patrões falam que é preciso ser mais rápido, na maioria das vezes, mal você acaba de serrar uma tora, já tem que carregá-la no caminhão para ser levada para o Sul do País”. Equipamentos de segurança para o trabalho, nunca usou, só usou botas nos últimos anos, porque tem sérios problemas de varizes nas pernas. Não sabia se precisava usar, também ninguém nunca exigiu que usasse. Treinamentos ou cursos, dentro da empresa, nunca recebeu, aprendeu a lidar com o maquinário trabalhando no dia a dia, e dentro da empresa era um polivalente, pois trabalhou em todos os setores e desempenhou as mais variadas funções, transmitiu a muitas pessoas seus conhecimentos, pois entendia que ninguém poderia ser contratado sem receber algum tipo de treinamento, mas se calava com medo de perder o emprego. Hoje está aposentado pelo INSS, recebendo um salário mínimo por mês, e carregando consigo todas as sequelas que estes anos todos lhe causaram. No setor madeireiro não tem mais condição de trabalhar. Por ocasião dos acidentes sofridos, nunca teve assistência, nem para ser conduzido ao hospital mais próximo, somente é no terceiro acidente que a empresa pagou a farmácia. No ambiente de trabalho, nunca recebeu visita de médicos e não sabia da existência das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho – CIPAs, somente agora é que está interessado pelo assunto, estudando para poder ajudar os outros trabalhadores. Nunca recebeu qualquer indenização pelos acidentes sofridos; a empresa na qual trabalhava quando da ocorrência do terceiro acidente, inclusive, após três dias, pediu que retornasse ao trabalho, mesmo com uma mão imobilizada foi obrigado a trabalhar, retornou com medo de perder o emprego. Nunca pediu indenizações ou fez qualquer reclamação, porque desconhecia as leis, e

nunca se preocupou com isto, hoje é diferente, estuda para poder ajudar as pessoas que necessitam. “Tenho dois de meus filhos trabalhando no setor madeireiro, o primeiro cortou o dedo em uma destopadeira, o segundo recortando toras, no meio do mato, a 200 km de distância de Sinop/MT, cortou a cabeça com a moto serra, sofreu uma intervenção cirúrgica, onde levou mais de cem pontos na cabeça”. Nesta ocasião gastou doze horas para chegar ao hospital. Hoje trabalha no sindicato do setor imobiliário da construção civil, como membro da diretoria para poder ajudar a pessoas que necessitam, para que não aconteça a elas o que aconteceu com ele e com seus filhos. Toda a entrevista foi acompanhada pela sua esposa, que ao final disse: “Já sofri muito com acidentes de trabalho, tanto do meu esposo, quanto dos meus filhos, e já cansei de ver sangue e ferimentos, sem que nada aconteça” (PICOLI e PEREIRA, 1997, p. 52).

Esta entrevista nos localiza e nos faz refletir sobre o alto grau de sofrimento dos trabalhadores acidentados, também como de suas famílias. Mostra também a trajetória desses trabalhadores para chegarem a esta região, o descaso e a falta de respeito por parte dos empresários do setor, bem como a indiferença por parte do Estado em coibir os abusos e assistir os trabalhadores. Estes sofrem no processo de extração de madeiras, pois se expõem a picadas de animais e de mosquitos, transmissores de enfermidades tais como: dengue, malária, leishmaniose e outras doenças tropicais.

A proliferação “dos mosquitos nestas áreas se deve à grande quantidade de águas paradas, [clima quente] e pelo fato de os trabalhadores ficarem desprotegidos, bem como pelas péssimas condições dos acampamentos onde ficam alojados” (PICOLI e PEREIRA, 1998, p. 31). Estas doenças, quando não

tratadas a tempo, levam as vítimas infectadas à morte, sendo estas epidemias muito comuns na região amazônica.

O trabalho do arrasto das toras é feito com máquinas e equipamentos muitas vezes inadequados, sem conservação e ultrapassados, expondo os operadores dos tratores, de pás-carregadeiras e dos guinchos constantemente aos acidentes de trabalho. Destacamos ainda que estas máquinas e equipamentos não possuem acessórios de proteção adequados, colocando a todo o momento em perigo seus operadores. Esta falta de cuidado, a não observância de princípios básicos que envolvem o treinamento e o uso adequado de equipamentos de proteção e operação de máquinas e equipamentos de forma correta, tem levado vários trabalhadores do extrativismo à morte.

Os acidentes continuam no carregamento e no transporte das toras, “devido às estradas de má qualidade e caminhões sucateados pelo tempo de uso e pela falta de conservação, que tornam constantes os acidentes de percurso e, para agravar a situação, os próprios trabalhadores muitas vezes são transportados sobre as toras na carroceria dos caminhões” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 32). Os caminhões, devido à condição das péssimas estradas, ficam sucateados e sem condição de tráfego, colocando em risco, não só os seus ocupantes, mas também outras pessoas que transitam com seus veículos nas mesmas estradas. É comum acidente de percurso envolvendo caminhões toreiros e muitos destes com vítimas fatais.

Na indústria de transformação madeireira os acidentes de trabalho continuam. É neste local onde está um dos graus máximos de riscos para a força de trabalho. Também é na indústria de transformação de madeiras onde ficam expostos aos acidentes o trabalhador e toda a sua família, por serem obrigados a viver junto ao processo produtivo, e por residirem ao lado da indústria.

Os pátios, devido ao período da chuva e da seca, “encon-

tram-se sem condições de receber as cargas devido ao acúmulo de lama, água empoçada, resíduos de madeiras, um pátio escorregadio e fétido devido à lama e pela falta de escoamento da água que apodrece” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 32). Além disso, os locais de trânsito nos pátios das indústrias encontram-se “sem espaço suficiente para locomoção de trabalhadores e máquinas, tornando-se um ambiente impróprio para se trabalhar com segurança e, portanto, um ambiente favorável à ocorrência de acidentes de ordem e causas previsíveis” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 32).

Na indústria madeireira, através do processo que transforma a tora em madeira beneficiada, observamos que os proprietários raramente fazem o “aproveitamento dos resíduos de madeiras, que são feitos em 17,14% das madeireiras, e 82,86% não fazem aproveitamento algum” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 52). Contudo, são estes restos de madeiras não aproveitados, desprezados do processo produtivo, que ardem constantemente em fogo ao lado das indústrias e das casas dos trabalhadores.

O fogo constante e a fumaça no local agridem o trabalhador e sua família, e provocam doenças, principalmente de ordem respiratória. O empresário não sabe o que fazer com estes resíduos, principalmente por ter árvores em abundância na região não se faz o aproveitamento, pois selecionar a matéria-prima torna a produção mais lucrativa, também para atender aos requisitos das indústrias que utilizam madeira serrada no processo produtivo, que exigem madeiras de qualidade.

Assim, a fumaça produzida da queima destes resíduos não aproveitados, principalmente na época da seca, provoca enfermidades respiratórias aos trabalhadores, em sua família, na sociedade de forma geral, mas principalmente nas crianças e nos idosos. Outros fatores que contribuem para a ocorrência de acidentes são “as condições oferecidas pelas instalações das madeireiras, sendo que 8,58% oferecem condições de trabalho,

37,14% oferecem condições mínimas, e 54,28% não oferecem condições de funcionamento” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 53).

Para os capitalistas da região amazônica, principalmente da transformação de madeiras, mesmo com máquinas e instalações superadas e oferecendo riscos à força de trabalho, são proporcionados lucros pela forma como funciona o processo produtivo. A força de trabalho e o meio ambiente são colocados em segundo plano, vistos apenas como componentes do processo produtivo, pois o objetivo final é o lucro através da concepção capitalista. Para Braverman<sup>38</sup>, a relação homem/máquina faz parte do processo capitalista de controle da força de trabalho.

As edificações onde estão as máquinas e os equipamentos, efetivamente o local de trabalho dos operários, contribuem para a ocorrência de acidentes de trabalho. Picoli e Santos (1998, p. 33) indicam que:

no que diz respeito às edificações, percebe-se que, na grande maioria das madeireiras, os barracões são inadequados ao trabalho devido ao mau estado de conservação dos mesmos, como por exemplo, pisos salientes, com madeira apodrecida, sendo muitos deles de chão batido e esburacado, tornando-se escorregadios e lamacentos na época das chuvas, coberturas com buracos nos telhados ou até mesmo com a falta de algumas telhas, a ausência de paredes nas laterais de muitos

---

<sup>38</sup> “A massa humana está submetida ao processo de trabalho para os fins daqueles que a controlam mais que para qualquer fim geral de ‘humanidade’ como tal. Ao adquirir assim forma concreta, o controle humano sobre o processo de trabalho converte-se no seu contrário, e vem a ser o controle do processo de trabalho sobre massas de homens. A maquinaria entra no mundo não como serva da ‘humanidade’, mas como instrumento daqueles a quem a acumulação de capital proporciona a produtividade das máquinas. A capacidade humana para controlar o processo de trabalho mediante maquinaria é dimensionada pelo gerenciamento desde o início do capitalismo como o meio principal pelo qual a produção pode ser controlada não pelo produtor imediato, mas pelos proprietários e representantes do capital” (BRAVERMAN, 1981, p. 167-68).

barracões, deixando trabalhadores e maquinaria à mercê de infiltrações. Isto acontece devido à falta de planejamento e de engenharia na construção desses barracões, que foram construídos na base do improviso, não observando as condições mínimas de trabalho, tais como claridade, ventilação, temperatura, espaço etc.

Nesses locais não são levados em consideração os requisitos básicos das máquinas e das instalações. Quanto à qualidade das máquinas e das instalações adequadas para proporcionar segurança ao trabalhador, também não é observada. Entendemos que esse processo ocorre de forma planejada e consciente por parte do empresário do setor, pois estes objetivam acumular capitais, não se importando com os demais componentes produtivos e a força de trabalho. Os empreendimentos madeireiros na região são criados objetivando o lucro a qualquer preço, mesmo em condições precárias de funcionamento, bem como através de formas agressivas no tratamento da força de trabalho, pois através da superexploração conseguem adicionais para a acumulação.

No que se refere às condições de higiene nos locais de trabalho, podemos verificar que estes ambientes são na sua grande maioria impróprios para seres humanos. É uma mistura de lama com poeira, entulhos por todos os lados, dificultando o trânsito de trabalhadores e o movimento das mercadorias. Os locais sanitários são sem qualidade e desrespeitam homens e mulheres que deles necessitem no dia a dia. Também não é respeitada a quantidade de aparelhos e outros requisitos básicos previstos em lei, muito menos se respeita a dignidade das pessoas. Os órgãos de fiscalização, quando aparecem, é para legalizar o desrespeito com a classe trabalhadora, sendo coniventes, ou possivelmente corruptos, visto que as suas visitas nos locais pouco ou nada mudam, apenas legalizam o desrespeito com a força de trabalho.

Geralmente estão a serviço da classe dominante, represen-

tando empresários e políticos. Se tivessem o mínimo de interesse em resguardar e assistir os trabalhadores através da fiscalização nas empresas, esses não estariam em tão deprimentes condições de trabalho como está sendo apontado. Neste sentido, quanto a ordem, higiene e limpeza no local do trabalho, há “condições em 2,86% das empresas do setor, as condições regulares em 17,14%, e não oferecem condições em 80,00%” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 53).

Os altos índices de acidentes de trabalho no setor de transformação de madeiras são produzidos pelas máquinas, sendo este local de grau máximo de exposição dos trabalhadores. Assim, “as máquinas por sua vez não ficam atrás na contribuição de expor o trabalhador a acidentes, pois são de tecnologia ultrapassada, muitas delas provenientes de outros desmatamentos realizados na região Sul do país” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 35). Contudo, mesmo ultrapassadas, estão operando, sendo fabricadas sem normas de engenharia e segurança, pois deixam expostos pontos de agarramentos como engrenagens e correias, pontos cortantes como serras-fitas, destopadeiras, plainas e guilhotinas, também pontos perfurantes, como furadeiras, etc.

A maioria dos casos de acidentes de trabalho do setor ocorrem nas máquinas e nos equipamentos; no setor de beneficiamento da empresa ocorrem 80% do total de acidentes, em serras-fitas, destopadeiras, frezadeiras, faqueadeiras, plainas, guilhotinas, prensas, etc. Isso evidencia a falta de proteção nestes equipamentos (PICOLI e PEREIRA, 1997, p. 22). Pela máquina, a força de trabalho atinge padrões mais apurados na superexploração, são estas ferramentas de trabalho que transformam capital e trabalho em dois polos distintos, enquanto um é explorado, o outro se beneficia da exploração.

Assim, por meio do desmembramento estratégico do processo produtivo, exigem-se táticas no tratamento processual

da madeira que retirem mais mais-valia da força de trabalho, com menores condições tecnológicas. É o que acontece na região amazônica e, principalmente, no setor de transformação de madeiras. A relação desigual acontece com dois pesos e duas medidas, um suga as forças, e o outro é sugado até a última resistência da energia em forma de trabalho. Este processo é definido por Braverman<sup>39</sup> de forma mais convincente.

Para demonstrar as reais condições da maquinaria na região amazônica, apresentamos como elas se encontram em dois pontos diferentes, demonstrando que, mesmo com máquinas ultrapassadas, é possível acumular pelas formas de superexploração impostas à força de trabalho. Assim, através de pesquisa realizada em madeiras na região de Paragominas, no Pará, um dos principais polos da indústria madeireira da Amazônia, pode ser verificado que: “em 47 serrarias investigadas, a média de idade dos equipamentos de serragem foi de 10 anos” (VIDAL et al., 1997, p. 12).

Na outra região produtora de madeiras, no Estado de Mato Grosso e especificamente no polo madeireiro de Sinop, região da pesquisa, “84,2% das firmas não têm adquirido novos equipamentos nos últimos 5 anos” (SOUZA, 1999, 68). Para melhor enfatizar a real situação de máquinas e equipamentos do setor sinopense, sobre as “condições de risco das máquinas, foram avaliadas por serem modernas e com técnicas adequadas em 5,71%, ultrapassadas oferecem riscos em 94,29%” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 53).

Também quanto aos pontos de agarramentos, cortantes e per-

---

<sup>39</sup> “A maneira pela qual o trabalho se dá em torno da máquina – desde o trabalho exigido para projetar, construir, consertá-la e controlá-la, até o trabalho exigido para alimentá-la – deve ser ditada não pelas necessidades especiais daqueles que possuem tanto máquina quanto a força de trabalho. [...] Dessa maneira, o notável desenvolvimento da maquinaria vem a ser, para a maioria da população trabalhadora, a fonte não de liberdade, mas de escravidão, não a de domínio, mas de desamparo e não do alargamento do horizonte do trabalho, mas do confinamento do trabalhador dentro de um círculo espesso de deveres servis no qual a máquina aparece como a encarnação da ciência e o trabalhador como pouco ou nada” (BRAVERMAN, 1981, p. 168-69).

furantes, são “as máquinas protegidas em 8,58%, e máquinas com pontos de riscos em 91,43%” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 53). Os locais que oferecem riscos aos trabalhadores devem ser identificados por placas indicativas: há “existência de placas com todos os pontos de risco indicados em 2,86%, placas em alguns pontos em 14,28%, não existem placas em nenhum lugar em 82,86%” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 54). Estes dados demonstram que não existe preocupação na prevenção de acidentes de trabalho, além disso, as formas de trabalho inseguras denunciam um modelo produtivo avesso aos interesses e ao bem-estar da força de trabalho, mas dentro dos princípios capitalistas de concentração da riqueza.

Para Galvão, “existem máquinas com ou sem sistema de segurança, e quase sempre o patrão compra a que não tem sistema de segurança, que é mais barata. Não é questão de corrupção por parte do empresário, é uma questão de relaxo e falta de respeito ao trabalhador” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 36). No setor madeireiro da Amazônia, “acima de 50% das máquinas vêm de outros desmatamentos, inclusive do Sul do País. Em torno de 40% são consideradas boas ou aceitáveis para o trabalho, e 60% são falthas e problemáticas” (FAGANELLO, 2001).

O parque industrial “é arcaico e obsoleto, tendo em vista a falta de investimentos no setor. Neste sentido, perdemos na qualidade dos produtos, aproveitamento da matéria-prima e, conseqüentemente, mais acidentes de trabalho” (PERTILE, 2001). Pode ser entendido este desrespeito por parte dos empresários como forma de confundir máquinas com trabalhadores, torná-los sem importância e desqualificá-los. A falta de respeito e a não importância dada aos trabalhadores dominam a relação, pois ficam impotentes pelos mecanismos usados e não respeitam a labutação do homem que trabalha. Com este modo de produzir lucros, submetem a classe trabalhadora com técnicas de subserviência, de imposição e de desrespeito à vida.

A atitude pode ser vista na grande maioria das indústrias madeireiras, nos barracões e nos pátios. Não existe distribuição da rede elétrica adequada, e muito menos protegida que garanta segurança aos trabalhadores. Geralmente os fios e as chaves são desprotegidos, de fácil acesso, e as crianças que convivem próximo destes locais tornam-se vulneráveis aos acidentes. Nos pátios onde transitam trabalhadores e crianças, conjuntamente com máquinas e equipamentos, os fios estão a uma altura não própria para o local. Os fios desencapados estão sempre sujeitos de se enroscarem em caminhões e pás-carregadeiras. As crianças também podem tocar na rede elétrica com pedaços de madeira quando estão brincando nas proximidades.

Caso considerássemos a lei, a Norma Regulamentadora 10 diz que “todas as partes das instalações elétricas devem ser projetadas e executadas de modo que seja possível prevenir, por meios seguros, os perigos de choques elétricos e todos os outros tipos de acidentes” (*Manual de legislação*, 1995, p. 100). Por outro lado, “as partes das instalações elétricas não cobertas por material isolante, na impossibilidade de se conservarem distâncias que evitem contatos casuais, devem ser isoladas por obstáculos que ofereçam, de forma segura, resistência a esforços mecânicos usuais” (*Manual de legislação*, 1995, p. 100). Como foi apontado, no setor madeireiro raramente existe respeito às normas, muito menos com a força de trabalho, o que existe é um firme propósito de extrair mais-valia e convertê-la em lucro.

As instalações inadequadas podem causar incêndios, principalmente pelo farto material que fica vulnerável ao fogo em forma de restos de madeiras. Por outro lado, o trabalhador não é treinado para exercer primeiros socorros, muito menos para operar um extintor de incêndios. Neste sentido, observamos “a presença de algum tipo de extintores de incêndios em 25,71% das indústrias madeireiras e a não existência de extintores em

74,29%” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 54). Estes extintores precisam de manutenção e de novas cargas do material próprio periodicamente, pois, quando não utilizados, vencem. Além disso, a quantidade de aparelhos deve ser proporcional à possível necessidade, e as formas de uso devem ser adequadas conforme os focos de incêndios. Devem ser usados os extintores certos para cada classe de incêndio e, quando operados inadequadamente, podem propagar o fogo.

No setor de transformação de madeiras, principalmente no período da seca, que se prolonga por vários meses, é comum o surgimento de focos de incêndios, principalmente pelo acúmulo de lixo e resíduos das madeiras, tanto no interior da indústria, como em suas proximidades. Isso fica agravado com as más condições das instalações elétricas e a desinformação da força de trabalho, no que se refere à prevenção de incêndios e à prevenção de acidentes de trabalho. Para que aconteça o uso adequado do extintor no combate ao incêndio, o trabalhador precisa ser treinado para que não restem dúvidas na manipulação dos aparelhos, bem como dar assistência às pessoas que estão na indústria, com técnicas adequadas de primeiros socorros e de evacuação de pessoas do local. No entanto, nestes locais não existe esta preocupação.

O treinamento da força de trabalho do setor madeireiro é geralmente precário, pois “o fato de apenas 18,51% dos empregados serem treinados antes de iniciarem a atividade na empresa, a falta de comissões responsáveis pela prevenção de acidentes, falta de técnicos e segurança no trabalho, são os principais responsáveis pelo alto índice de ocorrência de acidentes” (PICOLI e PEREIRA, 1997, p. 58). Para Souza (1999, p. 67), 71,9% das empresas não oferecem treinamentos no setor madeireiro de Sinop. A existência das Comissões Internas de Preservação de Acidentes – Cipas poderia contribuir com a diminuição dos acidentes

de trabalho. As Cipas têm uma legislação própria e são formadas por trabalhadores, sendo parte deles eleitos por seus quadros e outros indicados pela empresa.

Contudo, são poucas as empresas que têm constituídas as Cipas, “apenas 14,71% das empresas têm estas comissões formadas [dados dos empregados], já os dados dos empregadores mostram um percentual de 18,51%, esse é um dos fatores que elevam o número de acidentes de trabalho, sem sombra de dúvidas, dentro de uma empresa” (PICOLI e PEREIRA, 1997, p. 56). Podemos observar que, além de não constituírem as comissões de prevenção de acidentes, as constituídas são de faz-de-conta, na sua grande maioria, para legalizarem o desrespeito com a força de trabalho, tornando real e legal a superexploração da classe trabalhadora com o objetivo de produzir mais. Para Porter e Kramer (2003, p. 11), a produtividade deve estar aliada com a formação dos trabalhadores, bem como servir na assistência destes.

Não é o que acontece na Amazônia brasileira. Ainda sobre o tema, observamos no setor de transformação madeireira que, “segundo informações dos próprios empregadores, 5,89% das empresas possuem técnicos em segurança, e informações dos empregados indicam que 7,48% da totalidade das empresas possuem este profissional” (PICOLI e PEREIRA, 1997, p. 57). Galvão, em Picoli e Santos (1998, p. 59), diz:

o que acontece é que a Cipa aqui na região é uma mera formalidade, pois muitas empresas não possuem nem ata da última reunião. Os patrões colocam na Cipa o trabalhador que eles querem, ou seja, colocam pessoas sem esclarecimento, sem treinamento, não cumprindo dessa forma a lei que institui as Cipas [é constituída para burlar a lei e para enganar os trabalhadores], fazem apenas uma reunião mensal (quando fazem) e no relatório ou ata consta apenas aquilo que o patrão qui-

ser, e se o empregado reclamar, é pressionado a pedir demissão da Cipa ou da própria empresa.

Pelo exposto, podemos verificar que o setor é altamente propenso a acidentes de trabalho, visto que “84,26% dos trabalhadores entrevistados já sofreram algum tipo de acidentes, e 15,74% não sofreram acidentes” (PICOLI e PEREIRA, 1997, p. 17). Por outro lado, nas empresas “ocorreu no último ano [1997] de um a dois acidentes de trabalho em 20,07%, de três a cinco em 41,66%, acima de cinco em 16,68%, não ocorreram acidentes em 6,48% e não conseguimos obter informações em 11,11%” (PICOLI e PEREIRA, 1997, p. 19). Os dados obtidos junto aos segmentos do setor de transformação de madeiras nos revelam algo surpreendente: o setor é uma fábrica de acidentes de trabalho, sempre agravados pela falta de informações e cuidados no que diz respeito à prevenção. Contudo, os trabalhadores, na sua grande maioria, entendem por acidentes de trabalho apenas os visíveis. Para Gandía e Lahoz (2002, p. 28), acidentes de trabalho são as lesões corporais sofridas através do trabalho, bem como por consequências deste. Picoli e Santos (1998, p. 40) afirmam que:

na industrialização e no beneficiamento de madeiras, sendo mais comum nas fábricas de móveis, laminados e compensados, os riscos de acidentes de trabalho aumentam, pois tais indústrias utilizam produtos químicos e tóxicos tais como, cola, cupinícidas e outros, e devido à falta de preparo do trabalhador e o uso inadequado do uso de EPIs (Equipamentos Protetores Individuais), quando têm e quando usam, ficam expostos aos agentes químicos, através da ingestão, absorção cutânea e inalação. Este é um trabalho totalmente insalubre, ao qual o trabalhador é submetido. No entendimento destes trabalhadores, devido ao baixo nível de escolaridade, só é caracterizado acidente de trabalho

quando acontece algum tipo de fratura, cortes, perfurações ou mutilação.

Segundo Bonastre, Palau e Subiratas (1996, p. 49), o acidente de trabalho é um indicador real das informações, pois algo está deficiente e negativo. É considerada operação insalubre todo aquele trabalho que expõe os trabalhadores a algum tipo de agente que seja nocivo à saúde, levando-se em consideração o tempo e a intensidade da exposição. Os EPIs são previstos na legislação e são produzidos de vários tipos de materiais, se diferenciando quanto a durabilidade, preço, segurança e conforto para o trabalhador. Pelo artigo 166 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, “a empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual adequado ao risco, e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não oferecem completa proteção contra os riscos de acidentes à saúde dos empregados” (COSTA, FERRARI e MARTINS, 1996, p. 51).

Segundo Días (1999, p. 49), a proteção integral frente aos riscos deve atuar em todo o corpo do trabalhador. O que acontece no setor madeireiro é bastante diferente, “a empresa fornece em 49,05%, o empregado compra em 37,73%, e não responderam em 13,21% dos casos” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 26). Nesta pesquisa foram consideradas fornecedoras aquelas empresas em que os trabalhadores só utilizavam luvas, por exemplo. Não foram considerados os itens obrigatórios – mas não utilizados naquele local da produção. Fica comprovado que, quando o capital se constitui para formar uma empresa de reprodução capitalista, não objetiva algo diferente que não seja acumular e se reproduzir. A força de trabalho é vista apenas como mais uma peça da engrenagem que fornece lucratividade ao empreendimento, sendo fundamental e necessária, pois desta apenas o empresário quer tirar excedentes de suas jornadas de trabalho, bem como

transformá-la dentro do processo produtivo e gerar mais capitais através da produção de mercadorias.

Quanto ao uso dos equipamentos de segurança, que fazem parte da proteção dos trabalhadores no desempenho de suas funções, podemos observar a quase totalidade das operações executadas sem o uso adequado, o que facilita a avaliação de sua utilização no processo produtivo madeireiro.

**Uso de equipamentos individuais exigidos por lei nas indústrias madeireiras sinopenses, com a finalidade de proteger os trabalhadores contra acidentes de trabalho**

<b>Tipo de proteção</b>	<b>Todos usam</b>	<b>Alguns usam</b>	<b>Ninguém usa</b>
Membros superiores	00,00%	67,71%	34,29%
Membros inferiores	00,00%	08,58%	91,42%
Para a cabeça	00,00%	05,71%	94,29%
Para os olhos	00,00%	08,58%	91,42%
Para os ouvidos	00,00%	11,32%	88,57%
Para a respiração	00,00%	17,14%	82,86%
Para o tronco	00,00%	51,43%	48,57%
Roupas adequadas	02,86%	05,71%	91,43%

**Fonte:** Elaboração própria com base em Picoli e Santos (1998, p. 54-55).

Pelo exposto, caracterizamos a questão dos meios de proteger os trabalhadores dos acidentes de trabalho, mas, como pode ser visto, o setor madeireiro deixa a desejar. Este tratamento oferecido à força de trabalho denuncia a existência de formas de exploração além do normal. Assim, se caracteriza a existência da superexploração no trabalho madeireiro, tanto através de uso individual, quanto de uso coletivo dos equipamentos de segurança. Picoli e Pereira (1998, p. 45) acrescentam:

apesar da importância de todos estes EPIs, estritamente necessários para o desempenho de um trabalho seguro,

é lamentável o que encontramos no setor madeireiro. Homens, mulheres e crianças trabalhando sem as mínimas condições de segurança conforme observação *in loco*. Trabalhadores de bermudas, chinelos havaiana, sem camisas, sem luvas, etc. expondo seus corpos aos perigos inerentes ao trabalho executado. Em muitas ocasiões, trabalhadores com cabelos compridos e soltos, mangas de camisas desabotoadas, calças com bocas largas e comprimento maior que o normal, adornos tais como: relógios, braceletes, cordões e anéis, operando máquinas desprotegidas, cujos pontos de agarramentos estão à vista. Com certeza, a não utilização dessas roupas inadequadas e o não uso desses enfeites de braço e pescoço, com o uso de tocas ou bonés para prender os cabelos, evitariam transtornos causados por acidentes tanto aos patrões, à sociedade e, principalmente, aos trabalhadores.

Através dos dados pudemos entender e nos certificarmos da real situação dos trabalhadores do setor de transformação de madeiras. Por outro lado, faz-se necessário avaliar todas as relações entre a produção e o trabalho na indústria, bem como as relações externas ao processo produtivo. Para Martins (2000, p. 162), “tornou-se visível o atraso do trabalho em relação ao desenvolvimento dos meios de produção; um atraso manipulado que fragiliza a capacidade, como se vê na onda dita neoliberal”.

Como foi visto, esta estratégia é muito usada em nossos dias na Amazônia brasileira, principalmente no setor de transformação de madeiras. Assim, “ao tornar o trabalho supérfluo, o capital tornou o trabalho descartável” (MARTINS, 2000, p. 163). Nesta lógica faz-se necessário compreender que “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado” (BRAUDEL, 1987, p. 55). É claro que não seria possível nos tempos modernos a condição de trabalho verificado no setor

madeireiro sinopense sem a conivência e a omissão do Estado através de suas representações.

Ele é colocado a serviço dos interesses dos grupos econômicos, pois na região os empreendimentos não só se identificam com o Estado, mas fazem a representação de poder em todas as instâncias políticas. Através desta relação de força e poder, são possíveis o controle e a dominação da classe trabalhadora, que forçam a opressão, a submissão e a dependência através da violência, efetivando-se uma exploração além da convencional, chegando à superexploração, conforme o exposto.

Outro fator que contribui para isso deve ser levado em conta, é a formação da força de trabalho. Esta é na sua grande maioria possuidora de alto grau de ignorância e brutalidade pelas sucessivas reprovações sociais que a tornaram marginalizada e desprovida. Assim, os trabalhadores são obrigados a sujeitarem-se às regras dos patrões e à lógica da acumulação, pouco questionam e muito menos sabem o mal que estão fazendo para sua saúde em trabalho inseguro. Além disso, a mão de obra usada nas madeireiras é barata, não sendo necessário investimento para sua formação em treinamento. É fácil consegui-la, quando em falta pode ser trazida de outras regiões pela grande quantidade de exército de reserva flutuando no País sem trabalho. Ela é também considerada descartável, não faz nenhuma diferença para as pretensões capitalistas da região amazônica prevenir acidentes de trabalho ou não.

Os problemas com cortes, perfurações, perdas de membros, cegueira, morte, surdez e outras doenças adquiridas no processo produtivo em nada alteram a vida dos capitalistas e muito menos o ritmo da produção. Os mecanismos de defesa na ocasião de um acidente custam menos que investir em segurança quando o trabalhador aciona a empresa, mas isto raramente acontece, pois a classe pouco ou nada sabe de seus direitos pelo baixo grau de

instrução. Nesse sentido, basta que a empresa contrate um bom jurista para defendê-la, aliado com uma fiscalização ineficiente, através de um Estado conivente e omissivo. Neste episódio, retratam-se a omissão e também a cumplicidade dos órgãos encarregados, tornando-se visíveis as táticas para negligenciar as leis que determinam as normas de trabalho e coíbem os abusos através das ações do Estado. Para Handy (2003, 41), a força de trabalho de uma empresa é tratada como propriedade de seus donos, pois são registrados como custos, não como ativos em sociedades modernas.

Quando se trata do capitalismo periférico, as observações são outras, pois quando o trabalhador se acidenta no trabalho, começa o dilema. De um lado, a empresa se exime de ajudá-lo e orientá-lo, já que esse trabalhador acidentado não serve mais para o processo produtivo, e as consequências fogem de sua responsabilidade, mesmo em situação irregular. O trabalhador é descartado, e, em seu lugar, assume outro, geralmente mais jovem e cheio de saúde, sem investimento algum para a nova contratação, podendo até diminuir o salário, dependendo da oferta de trabalhadores regulada pela formação do exército industrial de reserva.

Por outro lado, os órgãos responsáveis em dar apoio a estes acidentados os tratam como coisa qualquer, não os respeitando como cidadãos. Nem sempre recebem atendimentos clínicos, muitos menos acompanhamento psicológico. As empresas não oferecem treinamento aos trabalhadores para que eles possam socorrer as pessoas que sofrem acidentes no pátio das madeireiras, na indústria e em outros locais do acidente.

Como não acontece treinamento adequado, nem para operar as máquinas, muito menos para socorrer as vítimas acidentadas, ficam os trabalhadores à mercê da sorte. Desta forma, “a negligência, imprudência e distração do trabalhador, compreende-se como consequência e não causa. Consequência de uma degene-

ração social gerada pela corrida do patrão ao lucro que precisa vir custe o que custar” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 63). Para Galvão, (1998, p. 61-62),

o socorro sempre acontece pelo empregador ou pelo companheiro de trabalho, que se encarrega de levá-lo até o hospital. Quando o acidentado chega até o hospital, começa o seu drama, pois é tratado como ninguém. Primeiro é preciso assinar o cheque, seja por parte do patrão, seja do empregado (proporcionado por falta de políticas e cumprimento das leis de amparo ao trabalhador por parte dos órgãos públicos), caso contrário ele não será atendido. Outro dilema é que, mesmo em acidentes comuns, em que o trabalhador tenha que ficar encostado, perde seus direitos por estar irregular, e não recebendo os seus benefícios. Esses benefícios muitas vezes entram como auxílio-doença, burlando a legislação, neste caso o empregador fica isento de pagar multas e rapidamente muitas empresas providenciam logo a demissão do acidentado. Houve casos em que o próprio Sindicato pagou ao filiado consultas, exames e até o remédio para não deixá-lo desamparado. Geralmente, o número de acidentes registrados no INSS não chega a 50% do que acontece na realidade. Mesmo o sindicato sendo contra esta atitude, não consegue ter o controle desta situação.

O exposto é possível pela representação de dominação e o controle sobre todo o processo capitalista ali implantado. A conivência entre as forças e o poder fica representada pela omissão do capital em conjunto com o Estado, também como o firme propósito destes de explorar a classe trabalhadora além do normal no ato da acumulação. Segundo a conclusão de Marins (1997, p. 137), “este novo escravo da peonagem, da escravidão por dívidas, é um escravo que não custa nada ao patrão, que po-

de ser comprado no botequim, na pensão, no boliche, num canto qualquer, nas favelas da cidade”.

Contudo, o trabalhador busca incessantemente o “mel”. Volta mais uma vez sem acesso a esta valiosa e preciosa pérola, não consegue alcançar o ouro dourado, mas não se cansa em criar alternativas para consegui-lo. Na tentativa de buscá-lo muitos voltaram com os dedos ou os pés decepados, as mutilações podem ser vistas por toda parte, e muitos não voltam. Quando um trabalhador calejado pelo trabalho é derrotado na busca do pretensioso líquido, interrompe a busca individual, em seu lugar deixa outro para perseguir o projeto coletivo.

Assim, o ciclo de trabalhadores não pára, a sua tarefa se cumpre pela lógica do capital, subsistir e reproduzir a classe trabalhadora. Se o processo produtivo da Amazônia se apropria de parte de seu salário necessário para subsistir e se reproduzir através dos mecanismos da superexploração, ele não desanima e vai em frente na insistente tarefa de desvencilhar-se das amarras da dominação, e vai com intuito de poder encontrar o “mel”. Mesmo em condições desfavoráveis, o trabalhador pode sonhar em chegar ao local prometido, onde todos podem provar o favo de “mel” recém-colhido da colmeia, que sonham ser acessível a todos. E assim, nesse panorama em constante conflito e desilusões, a vida segue.

## O SALÁRIO E A VIDA SOCIAL NA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Com conhecimento um pouco mais amplo de como se efetiva a superexploração da força de trabalho, partimos para uma nova etapa desta magnitude à disposição da classe empresarial da Amazônia. Nossa análise parte do princípio de que o salário é a representação monetária da venda da força de trabalho na lógica capitalista. É por meio da sua representação que se esconde a exploração do trabalhador, pois, para obter lucro, a classe burguesa necessariamente deve retirar excedentes da jornada de trabalho, além de pagar valor inferior, e desmobilizá-la por táticas da superexploração. Assim, cumpre-se a lógica da acumulação de capitais, pois o trabalhador passa a ser pago apenas pelo trabalho necessário para sua subsistência, e o restante do tempo o trabalhador cria trabalho excedente que fica retido por meio do lucro. Segundo Finkel (1995, p. 35), a luta entre capitalistas e assalariados se inicia na relação capitalista de produção.

A representação do trabalho através da magnitude de fornecer excedentes em suas jornadas de trabalho e sua forma ilusória de constituir-se desenvolve mecanismos de dependência entre trabalho/capital, mas necessário e fundamental ao modo

capitalista de produção, que objetiva a concentração através da dialética da extração de mais-valia. No caso específico do capitalismo periférico, e a Amazônia faz parte deste cenário, além de extrair excedentes do trabalhador através da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, é possível ao capitalista se apropriar de parte do trabalho necessário para a subsistência através da superexploração desta mão de obra, e esta tem que se reproduzir com valor abaixo do seu normal.

Para Calvo (1999, p. 165), a principal preocupação dos empresários, está fundamenta na remuneração e na relação capitalista de produção. O capitalista tem como objetivo tirar para si a maior quantidade possível de excedentes de um dia trabalhado, e assim usa de todas as prerrogativas que estão a seu dispor. Assim, quando as vontades se estabelecem e não contemplam ambas as partes, evidencia-se a desigualdade entre as classes e, conseqüentemente, o capitalista retira para si os excedentes das jornadas de trabalho de forma extensiva. Nesse sentido, o mundo do capital, através do mundo do trabalho, ao criar o exército industrial de reserva, promove a exploração da classe trabalhadora através da mais-valia, bem como a superexploração pelo ato de retirada do valor necessário para a reprodução daquela classe. Conforme Marx<sup>40</sup>, a oferta e a procura regulam as flutuações da força de trabalho, assim como o seu valor de mercado.

---

<sup>40</sup> “A oferta e a procura não regulam senão as flutuações - temporárias dos preços de mercado. Explicar-nos-ão por que é que o preço de mercado de uma mercadoria sobe acima ou se afunda abaixo do seu valor, mas nunca podem dar conta desse próprio valor. Suponhamos que a oferta e a procura se equilibrem ou, como os economistas lhe chamam, se cobrem uma à outra. Ora bem, no preciso momento em que estas forças opostas se tornam iguais, paralisa-se uma à outra e deixam de trabalhar numa ou na outra direção. No momento em que a oferta e a procura se equilibram uma à outra e, portanto, deixam de agir, o preço de mercado de uma mercadoria coincide com o valor real, com o preço-padrão à volta do qual os seus preços de mercado oscilam. Ao inquirir da natureza desse valor não temos, portanto, nada a ver com os efeitos da oferta e da procura sobre os preços de mercado. O mesmo é verdade para os salários e para os preços de todas as outras mercadorias” (MARX, 1985, p. 30 -31).

Para entender a exploração da força de trabalho, faz-se necessário entendê-la através dos conceitos marxistas, para assim conhecer na amplitude como se fundamentam as táticas de exploração da classe trabalhadora. O salário é a forma capitalista de dar preço ao trabalho, ou seja, é o valor da força de trabalho. Da mesma forma, as mercadorias também recebem preço através do valor do trabalho, ou valor de troca expresso em dinheiro.

Assim, o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho aplicado ou “cristalizado nela, significando a quantidade de trabalho necessário para a sua produção num dado estado de sociedade, em certas condições sociais médias de produção, com uma dada intensidade social média e habilidade média do trabalho empregado” (MARX, 1985, p. 41). Nesta perspectiva, “durante uma jornada de trabalho o operário produz os valores equivalentes a seus meios de subsistência (trabalho necessário) e um valor não retribuído, a mais-valia, que é embolsada pelo capitalista” (COGGIOLA, 1998, p. 33). Está é a lógica da relação entre trabalho e capital no sistema capitalista, bem como a forma para determinar o valor dos salários.

O trabalho realizado através das forças produtivas determina a quantidade de produtos acabados. Assim, “os valores das mercadorias são diretamente proporcionais aos tempos de trabalho empregado na sua produção e são inversamente proporcionais às forças produtivas do trabalho empregado” (MARX, 1985, p. 42). O valor do trabalho é determinado como qualquer outra mercadoria “e, como diferentes espécies de força de trabalho têm diferentes valores, ou requerem diferentes quantidades de trabalho para sua produção, têm de alcançar diferentes preços no mercado de trabalho” (MARX, 1985, p. 47).

Também “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência requeridos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (MARX, 1985, p.

47). Porém, “o salário cumpre a função de ocultar o trabalho não pago que é embolsado pelo capitalista” (COGGIOLA, 1998, p. 34). Nesta lógica, “a essência do capitalismo é a produção de mais-valia para valorizar o capital” (COGGIOLA, 1998, p. 42).

O valor da remuneração dos trabalhadores deve ser a representação do valor necessário da subsistência do próprio trabalhador e de sua família, com o objetivo de manter a força de trabalho e reproduzir a futura. A situação pode ser diferente, e ocorre quando apenas parte do trabalho diário do operário é pago, e “a outra parte não é paga e enquanto esse trabalho não pago ou sobretrabalho constitui exatamente o fundo a partir do qual a mais-valia ou lucro se forma, parece que o trabalho total foi trabalho pago” (MARX, 1985, p. 53). Nessa relação, “o homem objetiva sua existência através do trabalho e não mais retorna para si” (OLIVEIRA, 1997, p. 178) o excedente criado pelas jornadas além de seu valor.

Quando o capitalista vende as mercadorias produzidas pela força de trabalho, ele não vende somente ao preço que lhe custou, “mas vende também o que não lhe custou nada, apesar de ter custado trabalho ao seu operário. O custo da mercadoria para o capitalista e o seu custo real são coisas diferentes” (MARX, 1985, p. 56). A parte da mercadoria que não produz custo ao capitalista em forma de mais-valia, “o sobretrabalho não pago do operário, chamo de lucro” (MARX, 1985, p. 57).

Através das jornadas de trabalho prolongadas, intensificadas e os salários reduzidos, os lucros tornam-se apenas benefício da classe capitalista. Nesse sentido, “se os salários mudam, os lucros também mudarão numa direção oposta. Se os salários baixam, os lucros subirão, e, se os salários sobem, os lucros baixarão” (MARX, 1985, p. 61). Dessa forma, o capitalista tem o firme propósito de tirar todas as vantagens possíveis para si, em detrimento da exploração da força de trabalho.

É necessário estender ao máximo a jornada de trabalho, pois, “quanto mais o capitalista conseguir prolongar o dia de trabalho, maior será o montante de trabalho de outrem de que se apropriará” (MARX, 1985, p. 67). Mas não basta apenas prolongar a jornada de trabalho, faz-se necessário intensificá-la e reduzir os salários da classe trabalhadora, assim efetiva-se o objetivo maior da classe burguesa, o lucro em sua plenitude. Há redução dos salários abaixo do seu valor: “um meio importante usado pela burguesia, em certas circunstâncias, para deter a queda da taxa de lucro é a compressão dos salários abaixo do valor da força de trabalho” (OHLWEILER, 1985, p. 172). Para Ohlweiler<sup>41</sup>, os capitalistas fazem o uso de táticas das mais diversas para reduzir os impactos das crises do capital.

No passado, no regime de trabalho escravocrata, o capitalista, ao perder um trabalhador, necessitava adquiri-lo novamente, obrigando-se fazer novo investimento. Pelo trabalho assalariado, o capitalista se isenta dos custos iniciais, a força de trabalho encontra-se no mercado de trabalho livre. Assim, através do exército industrial de reserva é possível substituir a mão de obra desgastada sem custo algum para o capitalista, pois uma vez constituída ela se regula por si própria.

Ao transformar o trabalho servil através dos princípios de liberdade, cria-se um elo de dependência e subordinação, este

<sup>41</sup> “A política de redução dos salários é, entretanto, facilitada quando, em períodos de crise, cresce notavelmente o exército industrial de reserva da força de trabalho; aí, a redução dos salários é imposta como medida de ‘austeridade’ para tirar a economia da crise. A redução dos salários é às vezes levada a cabo de maneira dissimulada, por exemplo, mediante emprego de trabalhadores oriundos de minorias étnicas ou imigrantes de regiões com mão de obra ociosa, que se contentam em receber salários inferiores aos concorrentes. Também a inflação – que é um processo de aumento continuado e geral dos preços das mercadorias sempre associado a um incremento da quantidade de moeda em circulação – pode servir como meio de reduzir salários reais. O corre inflação, por exemplo, nos auges dos ciclos econômicos, quando a demanda agregada (investimento mais consumo) continua crescendo a um ritmo maior do que o da oferta” (OHLWEILER, 1985, p. 172).

vai além dos limites da exploração, como foi visto. A força de trabalho passa a ser superexplorada, mas para que isto aconteça o capital deve criar as condições de aniquilamento e marginalização das massas oprimidas, e interferir nas relações de trabalho com mecanismos que criem mais mais-valia e também retirem parte do valor da subsistência da classe operária.

No entanto, o trabalho livre da Amazônia é a forma ideal para a produção de excedentes, forçando o trabalhador na realização de suas tarefas com valor abaixo do normal. Esta estratégia serve para esconder as reais relações de trabalho, e isto pode ser visto através das condições que objetivam o processo de tirar excedentes das jornadas de trabalho, quando comparado com outras regiões do Brasil. Neste sentido, o trabalhador se apresenta livre, independente, autônomo, proprietário privado de seu trabalho e relaciona-se através do produto do seu trabalho abaixo do valor normal de subsistência para manutenção e reprodução. Por meio desta perspectiva, os capitalistas agem com princípios de superexploração do trabalhador, com mecanismos apurados que tornam a classe trabalhadora submissa, dependente, obediente e controlada. É nesta relação que acontece o trabalho na região amazônica, e torna-se possível avaliar o processo de transformação de madeiras com avanços nas táticas de exploração.

Na prática, a formação dos salários no setor madeireiro sinopense apresenta algumas variações dependendo do desempenho das funções de cada trabalhador, mas nada é diferente do que acontece em outras atividades que envolvem a força de trabalho e o capital. Os que desempenham tarefas mais pesadas e menos técnicas no setor madeireiro, como é o caso do prancheiro e do rolator de toras, são considerados menos importantes, enquanto um afiador de serras, um supervisor de trabalho e com agenciador de mão de obra pelo sistema “gato” são atividades consideradas mais importantes para o processo produtivo. Estes

são mais bem remunerados, devido à importância no processo de trabalho e ao grau hierárquico que desempenham.

São funções na sua grande maioria com papéis bem definidos, e objetivam criar mais trabalho no processo produtivo, ou controlar o trabalhador para produzir além dos limites de sua capacidade física. Para Marx (1998, p. 66), o trabalho se mede pelo dispêndio da força de trabalho simples, e todo o homem comum sem educação especial possui esta capacidade. O trabalho complexo ou qualificado também vale como trabalho simples potenciado, de modo que o trabalho qualificado é igual à quantidade maior de trabalho simples.

O trabalhador da extração de árvores desempenha um trabalho relativamente simples, por aguçar-se a superexploração pela forma como é tratado. Sua remuneração líquida do final do mês é um pouco maior na aparência. Isso é possível, através das relações impostas na prática, proporcionadas pela clandestinidade deste trabalho e ausência de custos trabalhistas, porém são ganhos ilusórios ao trabalhador.

Outro fator que deve ser levado em conta é a dificuldade de encontrar trabalhadores que se submetem a permanecer dias ou semanas mata adentro para trabalhar, devido à brutalidade imposta no tratamento e às dificuldades no desempenho das funções. São trabalhadores contratados por agenciadores de mão de obra, através do sistema “gato”, e estes, além de clandestinos, trabalham por empreitada. A exploração desta força de trabalho cria mecanismos de superexploração através da hierarquia entre os próprios trabalhadores, pois, assim, o sistema “gato” consegue camuflar e confundir a relação de trabalho. Essa relação também é vista como “escavidão branca” na Amazônia brasileira.

Como já foi apontado, os limites da superexploração dos trabalhadores nas indústrias madeireiras podem ser vistos através dos seguintes pontos: a cedência das casas para moradia; nas jornadas

de trabalho, através de seu prolongamento e sua intensificação; o rebaixamento dos salários; o não uso de equipamentos de segurança no trabalho: o trabalho clandestino sem registro em carteira, ou com menor valor; o período da seca, quando a escola perde grande quantidade de seus estudantes; o não acesso ao transporte, a saúde e segurança e todas as outras formas de aniquilamento e submissão da força de trabalho que levam o trabalhador a receber valor inferior ao normal de uma jornada de trabalho.

Assim, no processo produtivo, a força de trabalho é submetida à superexploração, o trabalhador fica vulnerável ao projeto madeireiro ali implantado, vindo a obrigar-se a desistir de melhor conforto das casas e cidades, deixando de frequentar a escola, para sair em busca de melhores salários e submeter-se a jornadas de trabalho prolongadas e intensificadas. Neste sentido, as condições impostas conseguem ir além de uma relação normal de exploração, pois parte do valor destinado à subsistência da força de trabalho também é retida pelo capitalista, e a mão de obra passa ser paga com valor abaixo do normal, assim caracterizando-se a superexploração no trabalho.

Nesse caso, uma das opções que resta ao trabalhador é o trabalho da extração de madeira na floresta. Fica vulnerável a uma relação de trabalho desigual, passa a submeter-se às regras dos capitalistas com maior agressividade, pois o sistema “gato” nada mais é que a extensão dos projetos capitalistas, mas de forma que os exime de qualquer responsabilidade trabalhista. Na maioria das vezes o trabalhador realiza um acordo verbal de trabalho e, desta forma, são tirados todos seus direitos trabalhistas, sujeitando-se à clandestinidade e tornando-se desprovido de qualquer direito futuro. Torna-se um trabalhador sem vínculo empregatício, sendo levado pela fantástica fórmula da independência, “livre e dono de seu próprio trabalho”, quando, na prática, se torna um superexplorado, sem limites na jornada, sem o

direito dos benefícios trabalhistas, sem direito a uma aposentadoria na velhice e outras vantagens de direito quando necessite.

Engels relata em seu consagrado livro publicado em 1845 a total exploração dos trabalhadores na Inglaterra<sup>42</sup>, e, comparando com a superexploração da atualidade, não percebemos avanços na classe trabalhadora das indústrias de transformação de madeiras. Por outro lado, os capitalistas conseguiram acumular e expandir-se na região de forma concentradora. Engels (1988, p. 97) conclui que: “o trabalhador é, de direito e de fato, o escravo da classe possuidora, da burguesia; a sua escravidão é tal que chega a ponto de ser vendido como uma mercadoria e de o seu preço subir e descer tal como o de uma mercadoria”.

O capitalismo histórico nos remete à realidade de hoje, pois em lugares mais distantes o capitalista “tinha de encontrar pessoas que pudessem ser atraídas, ou compelidas a realizar trabalho” (WALLERSTEIN, 2001, p. 14). Nesse sentido, na atualidade, os mecanismos de exploração são mais bem arquitetados pelo capital, se comparados com os realizados há século e meio na Europa. Hoje, na Amazônia, são possíveis, através dos artifícios da superexploração, formas mais apuradas para tirarem adicionais do trabalho humano, mesmo com um processo de tecnologia disponível.

Enquanto o trabalhador mundial adquiriu algumas vantagens, perdeu outras. O trabalhador das madeiras e, principalmente, o da extração de árvores passou a viver num processo de superexploração constantemente, pois no atual estágio perdeu até mesmo o vínculo de emprego, seu trabalho é clandestino e feito via agenciamento externo da empresa. Por outro lado, o

---

<sup>42</sup> Friedrich Engels, pensador alemão (1820-1895), uma de suas mais importantes obras é a A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. O estudo publicado em 1845 faz um minucioso estudo das condições de trabalho dos proletários na Inglaterra no auge da industrialização europeia.

capitalista consegue sobressair-se e superar as classes trabalhadoras, levando ampla vantagem no que diz respeito aos lucros e benefícios próprios.

Para entendermos esta perspectiva, basta compararmos a evolução ocorrida neste período entre as duas classes: a classe capitalista conseguiu acumular enorme quantidade de capital, fazendo a reprodução; a força de trabalho do setor madeireiro continua morando em casas cedidas pela própria empresa, além de completa submissão, dependência e controle pelo capitalista deste setor. Para o trabalhador da região amazônica, não lhe resta o direito de aspirar algo para o futuro, tampouco vislumbrar novas perspectivas de vida para si e seus filhos.

Nas madeiras da Amazônia, através do projeto de expansão capitalista proporcionado pela mundialização do capital e a reprodução do sistema, é possível extrair excedentes das jornadas de trabalho de forma violenta e arquitetada. Isto fica evidente quando analisamos o salário pago à força de trabalho do setor madeireiro. Neste sentido, a questão salarial é o reflexo das condições em que vive esta força de trabalho, proporcionado pelo estágio evolutivo da formação da riqueza de maneira concentradora.

A realidade vivida pelos trabalhadores retrata os diferentes estágios e locais, conforme o grau de dominação, submissão e dependência com o processo produtivo. A superexploração apresenta-se de forma que aniquila, paralisa e destrói todas as perspectivas do estado presente e futuro da classe trabalhadora. Ao torná-la dependente e oprimida, também a torna obediente, submissa e servil. Esta é a forma com que o capitalista reproduz a força de trabalho do setor madeireiro na Amazônia e, ao mesmo tempo, reproduz o capital dentro dos princípios da concentração.

**Nível da remuneração mensal dos salários da força de trabalho no setor de transformação de madeiras sinopense**

<b>Valor da remuneração em R\$</b>	<b>Distribuição em %</b>
De 112,00 a 149,00	14,82
De 150,00 a 199,00	37,04
De 200,00 a 249,00	18,51
De 250,00 a 299,00	16,66
Acima de 300,00	12,96

**Fonte:** Elaboração própria com base em Picoli e Pereira (1997, p. 21).

O salário mínimo considerado nesta avaliação teve como base o valor vigente da época da pesquisa [1997] de R\$ 112,00, quando o valor do dólar era equivalente ao do real. O valor do salário mínimo em maio de 2001, o valor era de R\$ 180,00. Nesta mesma época a desvalorização do real em relação ao dólar era significativa, 1 dólar equivalia a 2,5 reais. Em outubro de 2002, o salário mínimo brasileiro passou para R\$ 200,00, o equivalente a 54 dólares.

Os fatos também são provocados pela crise brasileira dos últimos anos, pois tivemos uma desvalorização sem igual do real em relação ao dólar. Para o futuro, as perspectivas são pouco animadoras, o salário mínimo vigente no País a partir de maio de 2004 passou a ser de R\$ 260,00, e equivale a 80 dólares em setembro de 2004, com uma pequena melhora em relação ao ano de 2000. Conforme o acordo coletivo entre o Sindicato dos Madeireiros do Norte do Mato Grosso – SINDUSMAD e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Mobiliário da Região Norte do Mato Grosso – SITICOM, o piso estabelecido a partir de 1 maio de 2004 até 31 de março de 2005, recebe quatro níveis: nível I – auxiliar de produção 1, com piso de R\$ 300,00; nível II – auxiliar de produção 2, com piso de R\$ 348,00; nível III – operador de máquinas, com piso de 410,00 e nível IV – trabalhador da administração, com piso de R\$ 423,00.

Dentro deste panorama nacional, o pagamento da força de trabalho do setor madeireiro é efetuado todo mês. A análise que fazemos é levando em conta o estudo dos últimos anos, também como as partes mais afastadas da Amazônia, embora nota-se uma sensível melhoria nas regiões mais avançadas no extrativismo madeireiro. O trabalhador recebe parte do salário na quinzena, e o restante, no final de cada mês. Parte do pagamento em algumas destas empresas observadas é realizado através de vale-mercado, vale-farmácia, etc., o restante é feito em forma de cheque da própria empresa. O pagamento, quando efetuado em forma de vale, traz muitas vantagens aos capitalistas do setor madeireiro, pois através de acordos firmados principalmente com os proprietários dos supermercados eles ganham prazos de mais de trinta dias para trocar o vale e efetivar o pagamento em dinheiro, sendo mais uma forma de superexplorar a classe trabalhadora e trabalhar com o dinheiro dos salários proporcionando mais lucro aos capitalistas nesta transação.

Para os proprietários dos supermercados também restam vantagens, já que lucram através da força de trabalho, tendo as vendas garantidas, e podem cobrar mais pelos produtos, pois o trabalhador fica obrigado a esta transação com os capitalistas e necessita fazer a troca do vale para adquirir mercadorias destinadas principalmente à alimentação. Assim, efetua-se a superexploração duas vezes, uma no trabalho, a outra na compra dos produtos para manutenção de sua família, com a finalidade de manter e regular o exército industrial de reserva, também como reproduzir a classe trabalhadora futura. Evidencia-se dupla exploração, uma durante o trabalho, outra fora dele.

O trabalhador, de posse deste vale-salário, que pode ser até de metade do seu vencimento, adentra ao supermercado para comprar principalmente produtos alimentícios, sendo obrigado a gastá-lo no supermercado onde foi destinado. Não lhes resta a

opção de verificar preços, qualidade dos produtos, sendo obrigado a levar o que lá encontrar e pagar o preço pedido. O pagamento feito em cheque é outro problema para o trabalhador. Como ele não possui conta bancária, fica impossibilitado de trocar o cheque por dinheiro, visto que o pagamento geralmente é feito nos finais de semana, propositalmente para que os empregados não abandonem o trabalho para ir até banco.

Nesse caso, trocam por mercadorias no comércio da cidade, mas, para que o vale ou o cheque seja trocado, são obrigados a gastar boa parte desta quantia, ou em muitos casos até todo o valor. O trabalhador vira um brinquedo nas mãos dos comerciantes, tornando-se vítima da organização empresarial, todos com um único objetivo, extorquir uma parte a mais do salário dos trabalhadores, efetivando-se em algumas empresas a abolição do dinheiro, criando-se mecanismos de liberdade capitalista, vindo a superexplorar a classe trabalhadora em todas as fases desta relação imposta. Os empresários ganham, e os trabalhadores perdem, antes, durante e depois do pagamento realizado e, assim, efetiva-se “o sistema de pagamento em gêneros, ou escravidão por débitos” (SHOUMATOFF, 1990, p. 34).

Para Martins (2000, p. 13), “o arcaísmo da servidão por dívidas, a chamada peonagem, [...] teve um espantoso recrutamento na Amazônia, nos anos setenta, sobretudo, arrasando-se seus resquícios em vários pontos do país até agora”. As transações efetuadas entre a força de trabalho e o capitalista tornam o trabalhador uma mercadoria igual a outra qualquer. Esta pode ser trocada por outra, e neste caso se troca trabalho por vale-mercado, ou por cheque, que serve para comprar os produtos de subsistência para ele e sua família, para manutenção e reprodução da força de trabalho, e colocá-la à disposição do capitalista no ciclo produtivo.

Considera-se subsistência aquilo a que o trabalhador tem

acesso para as compras, que na maioria das vezes fica empenhado na alimentação precariamente. Assim, raramente consegue comprar vestuários e utensílios domésticos e outros objetos necessários, pois parte do valor de sua remuneração ficou retida pelo capitalista de alguma forma. Por outro lado, a maioria dos trabalhadores é “composta de analfabetos, sem possibilidade de perceber as trapaças do patrão com a contabilidade” (SHOUMATOFF, 1990, p. 34).

Por outro lado, quando da saída do trabalhador da empresa, seja para efeitos de aposentadoria, saída a seu pedido, ou demitido pela empresa, sempre sai perdendo nos acertos na rescisão de contrato. Conforme foi visto no depoimento de Galvão, aproximadamente 50 a 60% dos trabalhadores envolvidos no setor de transformação de madeiras da região sinopense têm registro em carteira; destes, quase a totalidade com registro menor. Esta avaliação abrange não só os trabalhadores de dentro da indústria madeireira, mas também os de extração, carregamento e transporte, visto lá ser a situação mais precária, e os trabalhadores, não assistidos.

Pelas condições impostas à classe trabalhadora, a lógica sistêmica se efetiva, e quem perde é o trabalhador. Ele não é valorizado pelas empresas, muito menos pelos órgãos governamentais encarregados de zelar pelos seus direitos. O setor contempla um “quadro triste no qual está inserido o trabalhador brasileiro e particularmente o trabalhador do setor madeireiro, setor este que contribui relevantemente para a economia [capitalista] de nossa região, trazendo divisas, gerando riquezas e conforto para uma parcela da população, e perpetuando a pobreza e o ‘não ser’ para aquele que de fato faz com que os bens da natureza e da indústria cheguem até as pessoas” (PICOLI e SANTOS, 1998, p. 64).

Outro fator importante que deve ser considerado no processo produtivo madeireiro é que existe grande rotatividade de

mão de obra, principalmente da utilizada na coleta das árvores na floresta. Esta operação acontece com maior frequência, visto que os trabalhadores não possuem vínculo legal com o trabalho. É facilitada a rotatividade pela necessidade de não criar vínculo de emprego e não dar problemas de ilegalidade no trabalho através do sistema “gato”.

A operação envolve o patrão, o agenciador de mão de obra e a classe trabalhadora, embora o primeiro permaneça de forma oculta. Os resultados desta operação e da rotatividade da força de trabalho podem ser vistos nas escolas próximas ao setor madeireiro, é efetuada uma grande quantidade de transferências recebidas e expedidas de alunos trabalhadores e filhos destes. Na grande maioria destas transferências, os alunos são vítimas de múltiplas reprovações escolares e formam um quadro de marginalizados e sem perspectivas de uma vida diferente da que vivem hoje.

Os alunos são vítimas da rotatividade dos pais, proporcionada pela flutuação do exército industrial de reserva, sempre em busca de trabalho e melhores condições de vida, tendo casos de alunos pesquisados, com transferências que ultrapassam cinco vezes no ano letivo. Contudo, a maioria dos pais pouco ou nada entende de questões pedagógicas, por isto não conhecem o drama da criança ou do adolescente ao sofrerem as consequências de adaptação a cada nova mudança de escola.

Outro fator que fica evidente no setor de transformação de madeiras é a quase inexistência de vida social dos trabalhadores. Nesse sentido, as empresas pouco ou nada fazem para que os trabalhadores tenham vida social; a condição de miserabilidade e pobreza, agravada pela falta de cultura, já os exclui da sociedade naturalmente. Em algumas indústrias madeireiras observei alguns campos de futebol sendo cuidados e organizados pelos próprios trabalhadores nos finais de semana. Nestes locais realizam-se competições esportivas, assim os homens jogam, e as

mulheres marcam presença na torcida. Os jogos são realizados entre os trabalhadores da empresa e os familiares, bem como com os demais trabalhadores das madeireiras próximas.

Também próximas às madeireiras sempre se localizam as igrejas de vários credos e, pelo fato de os trabalhadores serem pessoas simples, apegam-se com maior facilidade às religiões. Assim, a igreja faz parte da vida social destes trabalhadores, como forma de compensar toda uma falta de oportunidades em seu dia a dia. Também é através das igrejas que lhes é dada a oportunidade de realizar atividades das mais variadas, como cursos, palestras, orientação, estudos e outros afazeres que vão contribuir na sua vida familiar, também como serve para manter e organizar o exército industrial de reserva disponível aos capitalistas.

São frequentes nas redondezas salões de festas e bailes próprios à força de trabalho, que os jovens e casais frequentam nos finais de semana para se divertir e dançar. Por várias vezes tivemos a oportunidade de participar destas festas e danças, sendo um momento muito importante para eles, uma forma de extravasar as energias, sendo os trabalhadores do setor madeireiro fácil de serem identificados. É só observar as mãos calejadas e escuras da tintura das madeiras.

Nesses locais é muito comum a briga entre os frequentadores, tendo acontecido vários conflitos acompanhados de mortes. Observam-se também que muitas meninas visivelmente no início da puberdade são gestantes, outras aos 12 ou 13 anos já aparecem com filhos nos braços. Por outro lado, do mesmo modo como são tratados como trabalhadores nas empresas, também são tratados pela polícia no dia a dia. O tratamento aos trabalhadores vem quase sempre acompanhado de formas brutais, pois sua pobreza e condição de trabalho os tornam suspeitos e desrespeitados.

O trabalhador do setor de transformação de madeiras retrata a mais violenta e desleal forma de superexploração com a força

de trabalho amazônica. O tratamento e as condições de trabalho o aniquilam, destruindo toda e qualquer perspectiva para vislumbrar algo diferente para si e sua família. Tornando-se refém e escravo, mutilando seu corpo e atrofiando sua mente, assim se torna servil, perpetuando-se dois polos, dois extremos, um de privilegiados, e o outro de desprovidos e superexplorados. Ao se perpetuar a lógica da classe capitalista, “a exclusão social e a clandestinização do trabalho enfraquecem a classe trabalhadora; a migração não cria necessariamente o operário e, menos ainda, o revolucionário” (MARTINS, 1997, p. 47).

Assim é o sistema capitalista cria um ser pacífico e alienado para o trabalho, que não vislumbra meios para se sentir importante, ele transforma as forças vivas da produção em mecanismos que efetivam a separação e a marginalização. Enquanto uns tudo têm, outros nada têm, os que nada possuem perderam até a esperança e a capacidade de lutar, de reagir, de contrapor-se à lógica e à ordem estabelecida. Nesta lógica, quando o sonho acaba, a conformidade com a realidade se assenta, entra a fase crítica o domínio do capitalista sobre a classe trabalhadora. Nestas condições encontramos a força de trabalho do setor de transformação de madeiras da Amazônia. Para Porter e Kramer (2003, p. 9), no longo prazo, os objetivos sociais e econômicos não podem ser de conflitos, mas integrados e conectados.

Contudo, o “mel” é visto e localizado todos os dias na região, mas na atual conjuntura o proletário não pode ter acesso ao brilho que representa a luz, a paz e a esperança de sua libertação. Porém, a esperança de um dia chegar até ele deve permanecer viva, assim o trabalhador pode vislumbrar a possibilidade do encontro, pois, para a lógica do capital, é necessário mantê-lo empobrecido e empenhado, mas não miserável. Pobre, ele mantém acesa a chama da produção, motivado pela possibilidade de um dia ter acesso ao pote de “mel”, objeto de sua constante

busca. Se for reduzido à miséria, deixa de lutar e perde qualquer interesse na busca do valioso produto e, assim, não reproduz as formas capitalistas de produção. Mais uma etapa de procura é vencida e não foi possível chegar ao doce “mel”, mas resta a certeza de que ele existe e poucos podem acessá-lo.

Realmente o “mel” existe, mas o projeto arquitetado pelo mundo do capital na região definitivamente impossibilita a classe trabalhadora ter para si sua posse. As reprovações sucessivas ao longo da história fazem mais uma vez a lógica da concentração, pois a centralização econômica é um fruto enigmático que vai parar em mãos de poucos privilegiados, e a expansão regional brasileira acaba nos limites geográficos. O trabalhador chega ao final do espaço territorial, e o “mel” da Amazônia já tem dono, pertence aos grandes conglomerados econômicos nacionais e internacionais. Assim, a sanha desvairada do mundo concentrador se repete, e mais uma vez rouba-lhes a última esperança encontrar o “mel” na Amazônia, a última fronteira das esperanças dos marginalizados e desprovidos.

O modelo concentrador imposto aos povos da Amazônia deixa um rastro de destruição social e ambiental. As elites criaram os pobres e os miseráveis ao longo dos tempos, mas hoje têm medo e vergonha de sua própria criação. É necessário entender que, a busca do “mel” também significa a quebra do silêncio. Enquanto isso, a vida necessita de prosseguimento.

## RESUMO

Com o entendimento amplo da Amazônia de forma geral, e da estrutura das indústrias de transformação de madeira, obtido nos três primeiros livros da série Amazônia, passaremos a descrever as reais condições da força de trabalho que servem a estas indústrias, por meio deste que ora se apresenta. O capitalista, ao se expandir na região, parte em busca da acumulação, e neste caso específico amparado por benefícios fiscais e estrutura fornecidos pelo Estado, principalmente a partir do período da ditadura militar iniciado em 1964. A princípio, a mão de obra era escassa, porém valorizada pelo déficit de trabalhadores para oxigenar o processo produtivo.

Fez-se necessário formar o exército industrial de reserva na região, por meio do propósito da regularizar as condições de trabalho, também como com a finalidade de apurar os lucros. Nesse sentido, foi empenhado um grande esforço entre capitalistas e o Estado no sentido de transferir um grande contingente de pessoas despossuídos e marginalizados de outras regiões do País para servirem de força de trabalho nas indústrias madeireiras e na Agropecuária da Amazônia. Na lógica capitalista da produção existe uma certa dependência entre trabalho e capital, pois um não sobrevive sem o outro. De nada adiantaria

empreendimentos voltados à produção de mercadorias se não existisse a força de trabalho para oxigenar esse interesse. Assim, as duas classes formam um elo de dependência, uma não se desenvolve sem a outra.

O exército industrial de reserva regularizado é o ponto alto das estratégias do mundo do capital, pois como está regularizado é possível partir para uma segunda etapa da lógica do capital, que é a exploração da mais-valia da classe trabalhadora. Houve o empenho dos grupos organizados de formarem cidades próximas aos empreendimentos da agropecuária e da indústria de transformação de madeiras. E sempre com o objetivo de terem mais trabalhadores na ociosidade que vagas à sua disposição. Foi o que aconteceu na Amazônia, pois a população em três décadas chegou a mais de 22 milhões de habitantes.

No esforço concentrado entre o capital e o Estado se cumpriu com muito sucesso a estratégia e se atingiu as expectativas de ambos. Com o exército industrial regularizado, o capitalista pôde partir para a etapa mais importante do processo produtivo, produzir mercadorias através da mais-valia. Como é do nosso conhecimento, a empresa somente se reproduz e acumula capital através do lucro. É neste ponto que a exploração da força de trabalho é determinante para a concentração de capitais. Por meio dessa dinâmica, se faz necessário que as jornadas de trabalho sejam prolongadas e intensificadas, bem como é necessário reduzir os salários da classe trabalhadora. São horas excedentes, a sua intensificação e a redução dos salários que determinam o lucro da empresa.

Esta é a lógica capitalista aplicada onde existem trabalhadores e o processo produtivo, pois o salário serve para a subsistência da força de trabalho, também como para reproduzir mais trabalhadores para as necessidades futuras. Nos países periféricos estas condições são bastante diferentes, e se tratando de Amazônia a situação se agrava um pouco mais, pois saímos de uma condição

de exploração e passamos a viver a condição de superexploração. Este é um estágio avançado do capitalismo periférico, que consegue ir além da exploração normal da classe trabalhadora.

A tática se reflete no tratamento dado a força de trabalho: ele passa ser vítima de maus-tratos no trabalho. O trabalhador convive com péssimas condições no local de trabalho, tais como: máquinas sucateadas, faltam equipamentos de segurança, jornadas intensificadas e prolongadas, falta de higiene, sem condições de moradias, dívidas antecipadas, ausência de carteira de trabalho registrada e de benefícios sociais, crimes e mortes. A superexploração na Amazônia é a produção de mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, e também a apropriação de uma parte do trabalho necessário à subsistência e à reprodução da classe trabalhadora. Nesta perspectiva a força de trabalho se reproduz com valor abaixo do valor normal necessário. Este também é um dos pontos altos da pesquisa, as formas como se pratica a superexploração com a força de trabalho.

A manifestação de superexploração no trabalho de hoje pode ser vista no dia a dia: as casas cedidas pela empresa de transformação de madeiras, pois o trabalhador, por ser despossuídos, não consome, tendo que se sujeitar a residir em casas de domínio da empresa; a concentração de renda no País, que impede que haja uma demanda nacional por moradias aos trabalhadores, mesmo com déficit habitacional; os acidentes de trabalho e as relações de impunidade por quem não observa a legislação vigente no País; a não necessidade que o trabalhador consuma para que o capital transforme as mercadorias em riqueza, pois parte da elite consome; a relação de trabalho no sistema “gato” pode até desaparecer com a terceirização do trabalho, mas a superexploração continua por ser uma relação de trabalho necessária aos capitalistas; a escravidão pode ter acabado, mas a superexploração não, mesmo esta relação sendo absurda e ultrapassada, e

outras tantas comparações que podem ser identificadas para demonstrar a existência da superexploração no trabalho.

Este entendimento é necessário para compreender a relação de trabalho no setor madeireiro sinopense. Todo o processo de abertura das matas e coleta das árvores na região é acompanhado de tratamento que vai enriquecido de uma exploração adicional da mão de obra utilizada. Os métodos aplicados são próprios da atividade madeireira, também como das demais formas de utilização de mão de obra na região amazônica, que caracterizam a existência de superexploração, e esta amplitude na tática só é conseguida por meio de um agressivo processo produtivo expansionista na região, a partir de em 1964. Esta relação pode ser vista com clareza em todas as fases do capitalismo dependente, principalmente no processo de transformação das florestas tropicais.

É necessário demonstrar melhor as condições a que são submetidos os trabalhadores nas indústrias de transformação de madeiras, pois 72,23% deles e suas famílias residem dentro da área destinada à produção em casas cedidas pela empresa, e passam a conviver com máquinas e equipamentos. Os trabalhadores são obrigados a conviverem com o barulho, os lixos acumulados, com a fumaça e o perigo de acidentes a toda a família. Aproximadamente 2/3 da madeira que chega ao processo de transformação vira lixo, e é queimado próximo da empresa em 85,72% das empresas pesquisadas. Foi considerado grau de perigo alto às famílias em 65,71% dos locais.

Quanto ao trabalhador, este convive duplamente com o perigo de acidentes, em sua casa e no processo produtivo, pois a fiação elétrica oferece riscos em 54,28% das empresas. Nestes locais, os trabalhadores são vigiados em tudo o que fazem no dia a dia, para submetê-los ao controle, também como para torná-los submissos e obedientes. Por este benefício, ou esta oferta feita pelos empresários do ramo madeireiro, que é a casa cedida, os

trabalhadores esquecem de seus direitos, sentem apenas como um favor recebido, obrigando-os a deixar de reivindicar seus direitos de trabalhador e cidadão, pois convivem com a vigilância do patrão 24 horas por dia. Nestes locais a pobreza vem acompanhada de alto grau de miserabilidade e chega ao sentimento de impotência e inércia.

Em torno de 50% a 60% dos trabalhadores da indústria e coleta das árvores possuem carteira de trabalho assinada, e, destes, 73,50% dos casos o registro salarial é menor do que o recebido. Esta é uma forma de sonegar o Estado e, ao mesmo tempo, prejudica os trabalhadores quando necessitam de seus benefícios por acidentes de trabalho, aposentadoria, entre outros. A sindicalização dos trabalhadores ocorre em 48,82% dos casos. A fiscalização dos órgãos do Estado é muito deficiente e precária, e existe pouco efetivo de fiscais para verificar áreas muito extensas e distantes. O trabalhador é obrigado a conviver com a omissão, a conivência e em muitos casos a corrupção de quem deve guardar seus direitos e obrigações.

Outro fator que nos chama atenção é o alto índice de mulheres e menores no trabalho. No caso das mulheres, representam 24,60% da força de trabalho do setor, e os menores e crianças, 11,20%. Este fato nos surpreendeu, pois este trabalho historicamente sempre foi realizado apenas por homens adultos. A Estratégia dos capitalistas se fundamenta na questão de reduzir o valor da mão de obra. As mulheres, os menores e as crianças recebem salário menor, e esta estratégia faz cair o valor dos salários dos demais trabalhadores.

Os casos dos menores e das crianças que estão em trabalho irregular são acobertados por seus pais e patrões, os primeiros para conseguir um salário a mais para suprir as dificuldades de subsistência e os segundos pela ganância de obter mais lucro. O setor de transformação de madeiras passou a obter o trabalho da família

inteira por um único salário de subsistência dos seus componentes. As mulheres, os menores e as crianças representam as vítimas mais recentes do processo de superexploração da região.

A região amazônica representa elevados índices de analfabetismo e pessoas semialfabetizadas, e assim é retirada a oportunidade destas crianças e menores de frequentarem a escola. Por outro lado, o madeireiro não necessita de trabalhadores letrados, basta que estes tenham força física para fazer as operações braçais, bem como não necessitam de operários treinados, pois quando alguém sofre algum tipo de acidente, tem outro para ser colocado em seu lugar.

A violência no trabalho é o resultado também da falta de segurança e treinamento, pois 71,9% das empresas não oferecem treinamento. Nesse sentido, elaboramos as etapas de trabalho no setor de transformação de madeiras e o grau de exposição e riscos de acidentes de trabalho, sendo as seguintes etapas: os trabalhadores ficam em grau máximo de exposição de riscos de acidentes de trabalho na extração das árvores, na serragem e no beneficiamento das madeiras; os trabalhadores ficam em grau intermediário de riscos de acidentes no arraste das árvores e na rolagem das toras nas serrarias; o trabalhador fica em grau menor de perigo de acidentes no carregamento das toras, no transporte até a serraria, no descarregamento das toras na serraria e no carregamento do produto pronto para ser comercializado.

O processo de transformação de madeiras expõem os trabalhadores a todos os riscos de acidentes de trabalho, pois não são respeitadas as regras básicas na derrubada das árvores. Os operadores das motosserras não estão devidamente qualificado para operar estas máquinas, as roupas e os equipamentos são inadequados para as operações que eles desempenham. O trabalho de extração de árvores é comandado por um agenciador de mão de obra chamado “gato”, como foi apontado anteriormente,

este não orienta os trabalhadores sobre as formas corretas de evitar acidentes. Assim, quando o trabalhador se acidenta, começa seu dilema, pois o “gato” desaparece, o madeireiro não assume nada pelo fato de não ter sido ele que o contratou, e desta forma muitas vidas foram tiradas no processo de trabalho.

Além disso, os trabalhadores convivem com as deficitárias condições dos alojamentos na mata, que são construídos na base do improvisado, e ficam vulneráveis ao ataque de insetos e animais. As condições das estradas e dos caminhões que fazem o transporte das madeiras oferecem riscos aos trabalhadores, pois muitas vezes eles são transportados em cima descargada das madeiras e expostos em todo trajeto, até chegarem à serraria. Ao chegar à serraria o desrespeito continua, 54,28% das indústrias não oferecem as mínimas condições de trabalho. No tocante à higiene e à limpeza, 80% das empresas não oferecem condições de trabalho, e as máquinas e os equipamentos das indústrias em 94,29% oferecem riscos aos trabalhadores que as operam. Também foi observado que em 82,86% das empresas não existem placas indicando pontos de riscos de acidentes de trabalho.

Este é o processo de superexploração, em que o trabalhador não recebe o tratamento adequado. No tocante aos incêndios, visto que os resíduos das madeiras são queimados nas proximidades das indústrias e das casas dos operários, foram encontrados alguns tipos de extintores de incêndios em 25,71% das empresas. Também foi verificada a existência das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – Cipas, obrigadas por lei, dependendo da quantidade de trabalhadores e do grau de riscos da indústria em 14,71%, e os técnicos de segurança em 7,48% das empresas pesquisadas.

O resultado de todo este descaso é o alto índice de acidentes de trabalho, pois os dados mostram que 84,26% dos trabalhadores entrevistados já sofreram algum tipo de acidentes. O

conceito de acidentes para esses trabalhadores pesquisados é quando acontece algum tipo de ferimento, mas existem muitos outros que não são visíveis e perturbam sua saúde. O uso de equipamentos de segurança de trabalho é uma exigência legal para proteger os trabalhadores, e eles devem ser fornecidos gratuitamente pela empresa; porém, o que acontece é muito diferente, raramente se encontra alguém usando os equipamentos, e o trabalhador compra os equipamentos em 37,73% das empresas. Na Amazônia, o trabalhador é vítima do processo produtivo, é o que pode ser visto nas madeireiras, o aniquilamento da mão de obra, comprovando assim, na prática a superexploração da força de trabalho, tornando homens, mulheres e crianças vítimas do processo capitalista que opera na região com a sanha desvairada de obter mais lucro às custas de mais trabalho.

A questão salarial e um caso à parte na Amazônia. A forma mais comum é prender os trabalhadores através de dívidas, com salários insuficientes, dominados, controlados e oprimidos, no confinamento do processo produtivo e através de casas cedidas. Contudo, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência, para se desenvolver e também para perpetuar a espécie. Como foi visto, o capitalista neste processo também se apropria de parte do trabalho necessário para a subsistência e a reprodução da classe trabalhadora, e assim os proletários passam a trabalhar com um valor abaixo das suas necessidades básicas, sendo impostas as condições de superexploração proporcionando o aniquilamento da classe e não seu desenvolvimento.

Na Amazônia brasileira se agravaram as diferenças sociais daqueles que no processo evolutivo foram historicamente marginalizados e despossuídos, e formaram-se dois extremos sociais distintos. De um lado, uns que tudo têm através da concentração das terras e dos capitais, e do outro lado, muitos que

nada têm, e estes vivem na linha da pobreza ou abaixo desta. Nessa perspectiva, a região se apresenta no início do novo milênio num processo violento de expropriação do homem e da natureza, e se concretiza um projeto vitorioso do grande capital conjuntamente com o Estado.

O projeto capitalista se fortalece a cada dia que passa através da lógica da acumulação de capitais. A realização dos objetivos da elite dominante acontece em detrimento das oportunidades dos demais atores sociais que formam um complexo espaço social da Amazônia, pois assim a maior parte dos trabalhadores se torna sem-terras, sem perspectiva de trabalho e sem vida digna. As forças econômicas e políticas permaneceram ocultas, porém no controle das ações, para manipular e sufocando as emoções dos demais atores sociais que movimentam a Amazônia. Hoje, o silêncio está sendo rompido, e os pobres e miseráveis produzidos pela superexploração das elites ao longo da história na região, lhes impõe medo e vergonha de sua própria criação.



## CONCLUSÃO

No tratamento específico da força de trabalho no setor de transformação de madeiras, as táticas usadas criam novas formas e entendimento para apurar o conceito de trabalho, por meio da superexploração, que é identificada pelo contrato da mão de obra, bem como nas relações entre as classes trabalhadora e capitalista. O labor realizado no setor em grande parte é realizado pelo agenciamento de peões por meio do sistema “gato”.

A contratação dos que fazem a abertura das matas é realizada por meio do endividamento antecipado, não registro de carteira de trabalho, jornadas prolongadas e intensificadas e redução dos salários. Essa relação se agrava quando o trabalhador necessita deixar parte do fruto do seu trabalho destinada à subsistência e reprodução da espécie. Ele passa a organizar sua existência com valor abaixo do necessário em uma relação capital/trabalho, assim não consegue o acesso aos meios que lhe são de direito, tais como: saúde, educação, transporte, segurança, moradia dentre outros.

Além disso, as condições de trabalho são determinadas por submissão, dependência, coerção e vigilância. Nessa modalidade de trabalho na Amazônia brasileira, nos projetos ligados

ao extrativismo e à agropecuária, não existe trabalho livre. Nos locais são encontradas formas de escravidão, desrespeito e destruição das perspectivas de vida, caracterizando-se em um aprofundamento na relação de exploração.

Na indústria de transformação de madeira, podemos identificar a existência de um trabalho descartável. O quadro de trabalhadores é formado por todos os membros da família, pois faz parte da dominação a inserção da esposa e dos filhos no trabalho. E quando o industrial necessita de mais trabalhadores, pode buscá-los na pequena agricultura em sua constituição de exercício latente. Neste sentido, o trabalhador do setor é formado por pessoas simples, muitos são analfabetos, vítimas da desordem social produzida no País, por meio dos movimentos de exclusão.

Esses trabalhadores são vítimas do capitalismo periférico, que os faz trocar sua subsistência pela vulnerabilidade e pela dominação. Quando interrompem sua vida de trabalho, pelo excesso de esforço físico empenhado, pelos maus-tratos recebidos, ou por tornarem-se vítimas dos acidentes de trabalho e perderem a capacidade produtiva de trabalho, ficam sem ter a quem recorrer. Isso motiva o desligamento do trabalhador, que, em muitas vezes, encontra-se sem registro em carteira de trabalho, sem direito à invalidez ou à aposentadoria, e deixa de ser assistido pela empresa e também pelo Estado. O Estado torna-se omissivo e irresponsável por não assisti-los, pois a situação chega a este ponto crucial, pela conivência e pelo comprometimento dos órgãos encarregados e a lógica planejada na região, em detrimento da classe trabalhadora.

Na Amazônia, de forma geral, mas principalmente no setor de transformação de madeiras, o que foi detectado é uma relação capitalista de trabalho, levada ao extremo através da superexploração. Faz do operador das ferramentas a essência do capital, e coloca o lucro em primeiro plano. Isso é possível pelas formas

com que são apuradas as táticas de extrair mais-valia, e, assim, quanto mais se tira excedente do trabalhador, mais se devem apurar as táticas de superexploração dentro da lógica capitalista. Nela acontece a apropriação do capitalista de parte do valor necessário para a subsistência e reposição de novos trabalhadores, que se reproduzem com valor abaixo do normal.

O trabalhador não vislumbra saídas que apontem para soluções entre os extremos do capital e da força de trabalho. O que existe é uma relação de desigualdade entre as classes, formando dois extremos, uma com a possibilidade de acumulação, a outra vítima da superexploração e com a finalidade de trabalhar para subsistir. Além disso, o projeto capitalista ali instalado cria mecanismos próprios de controle tornando a força de trabalho dominada e submissa. Passa a trabalhar para se manter com deficiências no poder de compra, e para sobreviver, submete-se a trabalhar com valor abaixo do normal necessário. Quando descartada, não tem para onde ir. A situação se agrava quando reside em casas cedidas pelas empresas.

As casas cedidas constituem uma forma de efetivar o controle da força de trabalho; em troca de alguns benefícios, o trabalhador fica obrigado a vender a sua força de trabalho, incluindo a esposa e os filhos, tirando toda e qualquer alternativa de educação, e perpetua as gerações superexploradas para reprodução do sistema e sua dialética. A condição de dependência é o retrato da relação de trabalho instalado no extrativismo madeireiro.

Contudo, novas estratégias estão sendo adotadas, a casa cedida não é mais necessária para manter a produção, bem como o exército industrial de reserva, pois este já está formado e regularizado na região. A nova tática passa a desvincular as moradias dos trabalhadores, pois se iniciou a retirada da força de trabalho das áreas industriais. Esta estratégia, muito utilizada até poucos dias, não é mais necessária, e a produção não depende mais des-

ta forma de sujeição da classe trabalhadora para obter o mesmo controle de antes da força de trabalho.

Além disso, no setor existe a tendência de aumento do trabalho feminino. As mulheres estão sendo preferidas pelas indústrias de transformação de madeiras, o seu trabalho é mais produtivo, melhor controlado, os salários são mais baixos e, conseqüentemente, produzem com mais lucro quando comparado com o trabalho dos homens. Isto é possível pelo avanço tecnológico e pela modernização do processo industrial. O trabalho passa a ser mais leve, sendo mais compatível com a estrutura física feminina. As mulheres realizam as tarefas com mais rapidez, são mais ágeis e adaptam-se melhor ao processo produtivo, tornando-se mais viáveis nas indústrias do setor.

No caso das crianças e os menores no trabalho, é diferente, pois se verifica uma nova estratégia em seu tratamento. Até há pouco tempo eram úteis, principalmente pela falta de trabalhadores adultos e pelos salários mais baixos. Hoje, com a formação do exército industrial de reserva organizado pelos empresários do setor madeireiro, não necessitam desta força de trabalho. Existem trabalhadores adultos disponíveis no mercado de trabalho, submetendo-se a trabalhar pelo salário mínimo estabelecido. Mesmo assim, ainda existem menores em grande quantidade, conforme a necessidade de cada região.

Depois de observarmos a problemática geral da Amazônia, podemos verificar as conclusões específicas do trabalho junto às indústrias de transformação de madeiras. Podemos identificar formas que mostram a superexploração do trabalho neste setor através das táticas apuradas de inserção da força de trabalho no processo produtivo. O quadro apresenta condições de aniquilamento na relação trabalho/capital, pois são identificados pontos de extrema violência, de agressão, de controle, de submissão e desrespeito, e estes podem ocorrer da seguinte forma:

1. no processo de trabalho madeireiro: podemos observar oito etapas diferentes de trabalho com riscos de acidentes. Essas etapas apresentam três níveis de exposição dos trabalhadores: exposição máxima na extração das árvores, na serragem e no beneficiamento; exposição intermediária no arrasto da tora e sua rolagem para serra; exposição com menos riscos no carregamento, no transporte das toras, no descarregamento e no carregamento das madeiras beneficiadas;
2. os resíduos das madeiras que queimam próximos das casas e das indústrias de transformação e dos beneficiamentos provocam doenças aos trabalhadores e suas famílias, por residirem em casas cedidas pela empresa próximas da indústria. Além de provocar doenças respiratórias, são colocados em constante risco com o fogo as crianças e todos os membros da família, pois a queima indiscriminada se faz presente em mais de 85% das empresas;
3. as instalações onde é processada a produção não oferecem condições de trabalho adequadas. São locais construídos na base do improvisado e inadequados às várias funções de trabalho, também como apresentam deficiências na estrutura organizacional para proteger a força de trabalho no dia a dia na produção. As instalações sanitárias são de péssima qualidade e apresentam-se de forma que não atendem às necessidades dos homens, das mulheres e das crianças que necessitem de seu uso no dia a dia;
4. no que diz respeito à higiene e à limpeza no local produtivo, pode ser identificado que 80% das empresas não oferecem esta condição. Nestes locais, os trabalhadores são misturados com os entulhos de todo tipo e resíduos

de madeiras. O local não contribui para oferecer condições no desempenho das funções, o que torna o local propenso a acidentes de trabalho, além de identificar uma total agressão e falta de respeito com a mão de obra;

5. as máquinas e os equipamentos em 94,29% das empresas são velhos, ultrapassados e oferecem riscos aos trabalhadores. Possuem partes desprotegidas para práticas de trabalho, pois possuem pontos de agarramento, cortantes e perfurantes em 91,43% das indústrias. O setor não investe em máquinas e equipamentos modernos, dentro das normas de segurança, que venham a proteger o operador. As máquinas são inadequadas ao uso, pois são fatores que produzem acidentes de trabalho;
6. a fiação elétrica dentro do processo produtivo e fora dele, em 54,28% dos locais de trabalho, não oferece segurança ao trabalhador e muito menos a sua família. Por estar desprotegida e oferecer riscos, existe uma constante preocupação com acidente no trabalho e fora dele;
7. o trabalhador não é treinado para ser inserido no trabalho e não é orientado com técnicas de primeiros socorros, bem como não é orientado na manipulação de produtos químicos e tóxicos no tratamento da madeira. Caso ocorram acidentes e haja necessidade de evacuar a área em caso de incêndios, os trabalhadores não sabem como agir para proteger-se. Além disso, foram encontradas algumas placas que identificam riscos de acidentes de trabalho em 17,14% das empresas e a existência de extintores no combate o incêndio em 25,71% delas;
8. quanto aos equipamentos de segurança no dia a dia, são poucos os trabalhadores que fazem sua utilização. Estes raramente usam os equipamentos e não foram treinados para o trabalho, e quando usam algum tipo de equipa-

mento de proteção individual são obrigados a comprá-lo, mesmo sendo obrigação da empresa fornecê-lo aos trabalhadores. Assim, apenas 49,05% dos equipamentos usados foram fornecidos gratuitamente, mas a grande maioria é paga pelo próprio trabalhador. Fatos desta natureza contribuem para elevar os índices de acidente de trabalho, pois 84,26% dos trabalhadores já sofreram algum tipo de acidente no setor madeireiro;

9. o agenciamento de mão de obra realizado pelo sistema “gato” é outra forma de exploração da classe trabalhadora, pois nesta modalidade de trabalho não existe vínculo empregatício, e as condições oferecidas são acompanhadas de táticas para extrair mais trabalho. As condições do sistema de laboração demonstram graus de aprofundamento na forma de produzir mais-valia absoluta e mais-valia relativa. As jornadas de trabalho no processo de produção madeireiro são prolongadas, intensificadas, e os salários cada vez mais reduzidos, além de retirar parte do valor destinado a subsistência e reprodução da espécie;
10. no setor que compõe a indústria e o trabalho na coleta das árvores, aproximadamente 50% dos trabalhadores estão sem registro de trabalho e, destes, 76,77% estão com registro menor para burlar a legislação e enganar os trabalhadores e o Estado. Além disso, a forma como são tratados os trabalhadores acidentados e suas famílias demonstra um profundo descaso pelas empresas, por estarem irregulares, e pela omissão e conivência dos órgãos com função específica de orientá-los e protegê-los;
11. as condições de trabalho das mulheres e das crianças e a falta de escola e órgãos para assisti-los aprofundam a relação de exploração, aliado a baixos níveis salariais,

bem como as formas de pagamento através do vale-supermercado e vale-farmácia, que nascem com a finalidade de extorquir o dinheiro do trabalhador duas vezes, uma no ato do trabalho, a outra por ocasião da compra dos produtos para subsistência;

12. as casas cedidas servem como forma de controle, submissão, cerceamento à liberdade e estratégia para garantir a mão de obra disponível na produção. Os locais são de péssimas condições de moradia e total falta de estruturas básicas, tais como: água tratada, energia elétrica e condições de higiene;
13. no processo madeireiro a exploração da força de trabalho consegue chegar a um nível que aprofunda a produção de mais-valia relativa e mais-valia absoluta, desta forma apura as táticas da concentração de capitais. Além disso, o capitalista se apropria de uma parte do valor do trabalho necessário para a subsistência e a reprodução da força de trabalho, e neste contexto a classe trabalhadora do setor madeireiro está se reproduzindo com valor abaixo do seu valor normal, e a indústria faz apenas o aproveitamento das árvores de forma itinerante e predatória, e prepara o campo para a entrada das monoculturas que vão servir ao mercado mundial.

## SINA DE TRABALHADOR

- O trabalhador paga muito...
- Paga para ser trabalhador e trabalhar.
- Paga para receber salário deprimente.
- Paga para ser discriminado e desrespeitado.
- Paga para ser alienado, omissivo, covarde e conivente.
- Paga por intensificar e prolongar as jornadas de trabalho.
- Paga em pensar que será reconhecido por trabalhar.
- Paga por não receber escola, saúde e segurança.
- Paga quando sofre mutilações e torturas.
- Paga para não receber benefícios sociais.
- Paga para reproduzir a força de trabalho.
- Paga para marginalizar a si e a seus filhos.
- Paga quando é escravizado e assalariado.
- Paga para ser excluído e viver na clandestinidade.
- Paga para ser vítima da violência generalizada.
- Paga para ser exército industrial de reserva.
- Paga para ser marginalizado e despossuído.
- Paga para perder a dignidade e o respeito.
- Paga por sonhar com uma velhice feliz.
- Paga por confiar nas leis e na justiça.
- Paga por acreditar na separação entre o capital e o Estado.
- Paga por dar crédito a governos manipulados pela burguesia.
- Paga para ser esfoliado em nome da acumulação e da concentração.
- Paga quando tortura outros trabalhadores em nome do capital.
- Paga para condicionar a fabricação do mito e do consenso.
- Paga por crer que o mundo do capital vive sem trabalho.
- Paga por submeter-se à lógica do sistema capitalista.
- Paga para reproduzir lucros e separar as classes.
- Paga para fazer o capitalista feliz e sustentar a corrupção.
- Paga por acreditar que o produto de seu trabalho será socializado.
- Paga por estar ou não inserido no processo produtivo.
- Paga por reivindicar melhorias e reformas sociais.
- Paga por acreditar em mudanças locais e globais.
- Paga por não se engajar nos movimentos sociais.
- Paga por ser controlado, submisso e obediente.
- Paga quando almeja a conquista da liberdade.
- Paga por ser desorganizado em sua classe.
- Paga por ver, ouvir, sentir e calar-se.
- Paga por não ser politizado e político.
- Paga por não acreditar em sua força individual e coletiva.
- Paga por permitir o fetiche e o engano nas relações.
- Paga quando enfrenta a sanha desvairada do capital organizado.
- Paga sempre mesmo quando não deve pagar.
- Paga em dobro para rebelar-se contra a lógica imposta pelo sistema...



## LISTA DE ABREVIATURAS

ABIMCI – Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente.

ABIMOVEL – Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário.

ABIPA – Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira.

ABPM – Associação Brasileira de Preservadores de Madeira.

ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia.

AMFN – Associação dos Madeireiros de Feliz Natal.

BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel.

BASA – Banco de Crédito da Amazônia S. A.

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

DIREN – Diretoria de Recursos Naturais Renováveis.

EPI – Equipamento de Proteção Individual.

FEMA – Fundação Nacional do Meio Ambiente.

FIEMT – Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio.

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

IMAZON – Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados.

LPF – Laboratório de Produtos Florestais.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

MIRAD – Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

NASA – National Aeronautics And Space Administration.

PIN – Programa de Integração Nacional.

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool.

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras.

POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.

POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento Rural do Noroeste do Brasil.

STCP – Engenharia de Projetos e Empresa de Consultoria do Ramo Madeireiro.

SBS – Sociedade Brasileira de Silvicultura.

SINDUSMAD – Sindicato dos Madeireiros do Norte do Mato Grosso.

SITICOM – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Móvel da Região Norte do Mato Grosso.

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Editorial, 2000.
- ARBEX JR, J. e OLIC, N. B. **Rumo ao Centro-Oeste.** O Brasil em regiões. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARIMA, E. MACIEL, N. e UHL, C. **Oportunidades para o desmatamento do estuário amazônico.** Belém: Imazon, 1998.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Unesp, 1997.
- ARRUDA, J. J. A. **A revolução industrial.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- BECKER, B. K. (1997): **Amazônia.** 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- BENCHIMOL, S. **Amazônia: a guerra na floresta.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- BEZERRA, O.; VERÍSSIMO, A e UHL, C. **Impacto da garimpagem de ouro na Amazônia Oriental.** Belém: Imazon, 1996.
- BONASTRE, R. PALAU X. E SUBIRATS J. **Manual de seguridad y salud en el trabajo.** Espanha : Ariel, 1996.
- BOSI, A. **Dialética da colonização.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo.** Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRAUDEL, F. **O tempo e o mundo.** Civilização material,

economia e capitalismo, séculos XV – XVIII. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX.** Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CALVO, B. G. S. **El deber de seguridad y salud en el trabajo. Um estudio sobre su natureza jurídica.** Espanha: Consejo Económico y Social, 1999.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1970.

CARDOSO, F. H. e MULLER, G. **Amazônia, expansão do capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1977.

CATANI, A. M. **O que é capitalismo.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza.** Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

COGGIOLA, O. **Introdução à teoria econômica marxista.** São Paulo: Viamundo, 1998.

COSTA, A. C.; FERRARI, I. e MARTINS, M. R. **C.L.T.** São Paulo: LTR, 1996.

DEUSDARÁ, F. R. e PEREIRA, H. S. **Análisis de la información sobre productos forestales madereros en los países de América Latina.** Brasília: Ibama, 2001.

DÍAS, A. **Producción y control.** Espanha: Ariel, 1993.

\_\_\_\_\_. **C. Técnicas de prevención de riesgos laborales.**

Seguridad e higiene del trabajo. 2. ed. Espanha: Tébar Flores, 1999.

DREIFFUSS, R. A. **A internacional capitalista**. Estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918–1986. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

\_\_\_\_\_. **A época das perplexidades**. Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 11. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.

\_\_\_\_\_. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. Reginaldo Forti. 2. ed. São Paulo: Global, 1988.

FINKEL, L. **La organización social del trabajo**. Espanha: Pirâmide, 1995.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Brasil pós-milagre**. 6. ed. São Paulo: Paz Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GANDÍA, J. L. E LAHOZ, J. F. B. **Curso de prevención de riesgos laborales**. 4. ed. Espanha: Pirâmide, 2002.

HANDY, C. El papel de la empresa en la sociedad actual. In: **Harvard Deusto. Business Review**. n. 112 ene/fev. 2003. Espanha: Deusto, p. 38-44.

HEGEMANN, H. **Bancos, incendiários e floresta tropical**. O papel da cooperação para o desenvolvimento na destruição das florestas tropicais brasileiras. Rio de Janeiro: Ibase, 1996.

HUGGINS, M. K. **Política e política: relações Estados Unidos/América Latina.** Trad. Lólio Lourenço Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

\_\_\_\_\_. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e agricultura.** O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

\_\_\_\_\_. **Estado e capital monopolista** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo na América Latina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

KURZ, R. **O colapso da modernização.** Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Trad. Karen Elsabe Barbosa. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital.** Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999b.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Trad. Sérgio Martins. Belo horizonte: UFMG, 1999a.

LEONELLI, D. **Uma sustentável revolução na floresta.** São Paulo: Viramundo, 2000.

LOBO, R. H. **História econômica e administrativa do Brasil.** 17. ed. São Paulo: Atlas, 1972.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital.** Trad. Moniz Bandeira. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MANUAIS DE LEGISLAÇÃO. **Segurança e Medicina do**

**Trabalho**, Lei n. 6.514 de 22/12/77. 28. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MARIN, J. O. O trabalho infanto-juvenil na agricultura de Goiás. In: **Caderno do Ceas**. Salvador, n. 185, 2000. p. 52-70.

\_\_\_\_\_. **Dialética da dependência**. Trad. Emir Sader. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Subdesarrollo y revolución**. 10. ed. México: Siglo Veintiuno, 1980.

MARTINS, E. **Amazônia, a última fronteira**. A saga dos oprimidos/as multinacionais/ a iminência de um deserto. Rio de Janeiro: Codrecri, 1981.

MARTINS, J. S. **A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

\_\_\_\_\_. **S. Expropriação e violência**. A questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTINS, M. A. **A Amazônia e nós**. 5. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Maria Flor Marques Simões. São Paulo: Biblioteca do Socialismo Científico, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Livro 1. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Capital.** Crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Livro 2. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Capital.** Crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Livro 3. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. **Salário, preço e lucro.** Trad. Maria Clara. Faria. São Paulo: Moraes, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Trad. José Carlos Bruni e Marcos A. Nogueira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista.** 9. ed. São Paulo: Global, 1993.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Unicamp, 2002.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A presença dos Estados Unidos no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **O governo João Goulart.** As lutas sociais no Brasil 1961-1964. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

OHLWEILER, A O. **Materialismo histórico e crise contemporânea.** 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

OLIVEIRA, A E. Ocupação Humana. In: SALATI, E. (Org). **Amazônia.** Desenvolvimento-integração, ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, A. R. **Marx e a liberdade.** Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Amazônia. monopólio, expropriação e conflitos.** 5.

ed. Campinas: Papirus, 1997.

OLIVEIRA, J. M. (1983): **A esperança vem na frente.**

Contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso Sinop. (mimeo) São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

OURIQUES, N. D. **A sedução revolucionária e o plano real.**

OURIQUES, N. D. e RAMPINELLI, W. J. (Org). No fio da navalha. Crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997. p. 91-135.

OURIQUES, N. D. O significado da conquista: cinco séculos de domínio e exploração na América Latina. In: OURIQUES, N. D. e RAMPINELLI, W. J. (Org). **Os 500 anos.** A conquista internacional. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 83-110.

PICOLI, F. **Amazônia: do mel ao sangue** – os extremos da expansão capitalista. Sinop: Fiorelo, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: a ilusão da terra prometida.** Sinop: Fiorelo, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: o silêncio das árvores** – uma abordagem sobre a indústria de transformação de madeiras. Sinop: Fiorelo, 2004c.

PICOLI, F. e PEREIRA, M. L. N. **Educação para a Segurança no Trabalho I** (mimeo). Sinop: Unemat, 1997.

PICOLI, F. e SANTOS, J. C. **Educação para segurança no trabalho II** (mimeo). Sinop: Unemat, 1998.

PIGOU, A. C. **Socialismo y capitalismo comparados.** La teoría general de Keynes. Trad. Manuel Sacristán y Alfredo Pastor. 6. ed. Espanha: Ariel, 1982.

PIQUET, R. (1998): **Cidade-Empresa.** Presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

POLANYI, K. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTELA, F. e OLIVEIRA, A U. de. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

PORTER, M. E. KRAMER, M. R. La filantropía empresarial como ventaja competitiva. In. **Harvard Deusto. Business Review**. n. 112 ene/fev. 2003. Espanha: Deusto, 2003. p. 7-20.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. 36. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PROCÓPIO, A. **Amazônia**. Ecologia e degradação social. São Paulo: Alfa-Omega, 1992.

\_\_\_\_\_. **O Brasil no mundo das drogas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. O narcotráfico no espaço social rural da Amazônia. In: RIBEIRO, A. M. M.; IULIANELLI, J. A. S. (Org). **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 135-176.

ROMÁN, A. M. e Blas, A. **Oferta de trabajo y desempleo en Europa**: el caso de las mujeres. Espanha: Instituto de Estudios Europeus, 2002.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SANDRONI, P. **Novo dicionário de economia**. 3. ed. São Paulo: Best-Seller, 1994.

\_\_\_\_\_. **O que é mais-valia**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, C. M. **Amazônia**. Conquista e desequilíbrio do ecossistema. Brasília: Thesaurus, 1998.

SANTOS, J. V. T. **Matuchos**. Exclusão e luta. Do Sul do Pará à Amazônia: Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

SANTOS, M. e RUESGA, B. **Al otro lado de la economía**. Cómo funciona la economía sumergida en España: Espanha: Pirâmide, 1988.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil**. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Por uma globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHAEFER, J. R. **As migrações rurais e implicações pastorais**. São Paulo: Loyola, 1985.

SCHULTZ, T. W. **Investindo em la gente**. Espanha: Ariel, 1985.

SCHWARTZ, C. Até onde a Amazônia pode resistir? **Revista Veja**. 2000. Abril. ed. 1.676 n. 47 ano 33.

SHOUMATOFF, A. **O mundo em chamas**. A devastação da Amazônia e a tragédia de Chico Mendes. Trad. Luiz Fernando Martins Esteves. São Paulo: Best-Seller, 1990.

SINGER, P. **A crise do “milagre”**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Capitalismo**. Sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. 18. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

SIOLI, H. **Amazônia**. Fundamentos de ecologia da maior região de florestas tropicais. Petrópolis: Vozes, 1991.

SMITH, A. **Os pensadores**. Trad. Conceição Jardim, Maria do Carmo Cury e Eduardo Lúcio Nogueira. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SOARES, P.; JESUS, C. B. e STEFFEN, P. C. **Segurança e higiene do trabalho**. Canoas: Ulbra, 1994.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

\_\_\_\_\_. **Radiografia de um modelo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

SOUZA JR. C.; VERÍSSIMO, A.; STONE, S. e UHL, C. **Zoneamento da atividade madeireira na Amazônia: um estudo de caso para o Estado do Pará**. Belém: Imazon, 1997.

SOUZA, E. A. **Sinop: história, imagens e relatos**. Um estudo sobre a colonização de Sinop. (mimeo) Cuiabá: UFMT, 2001.

SOUZA, E. L. P. S. **A organização do setor madeireiro no município de Sinop, Mato Grosso** - Uma análise da estrutura de mercado. (mimeo). Belém: UFPA, 1999.

SOUZA, M. **Breve história da Amazônia**. Rio de Janeiro: Agir, 2002.

STIGLITZ, J. A. **Globalização e seus malefícios**. A promessa não cumprida de benefícios globais. Trad. Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Cultura, 2002.

VIANA G. Impactos ambientais da política de globalização na Amazônia. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org). **O desafio da sustentabilidade**. Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org). (1998): **Relatório da comissão externa destinada a averiguar a aquisição de madeireiras, serrarias e extensas porções de terras brasileiras por grupos asiáticos**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

VIDAL, E.; JOHNS, J.; GERWING, J.; BARRETO, P. e UHL,

**C. Manejo de cipós para redução do impacto da exploração madeireira na Amazônia Oriental.** Belém: Imazon, 1998.

WALLERSTEIN, I. **A reestruturação capitalista e o sistema-mundo.** Trad. Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Após o liberalismo.** Em busca da reconstrução do mundo. Trad. Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo histórico.** Civilização capitalista. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia:** expansão e decadência (1850–1920). Trad. Lólio Lourenço Oliveira. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.



## EDITORIA EM DEBATE

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, quer nas editoras comerciais, quer nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não permite acompanhar a demanda existente. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, ante a tendência de se pontuar a produção intelectual conforme as publicações.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Os documentos impressos, tanto os periódicos como os livros, continuam sendo produzidos e continuarão em vigência, conforme opinam os estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas assinaladas podem contribuir de forma complementar e, mais ainda, oferecer mais facilidade de acesso, bara-

teamento de custos e outros recursos instrumentais que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e alunos na produção de conhecimentos, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e de pós-graduação, a Editoria Em Debate nasce com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisa da UFSC e de outras instituições, conveniadas ou não, sob a orientação de uma Comissão Editorial.

**Os editores**

*Coordenador*

Fernando Ponte de Sousa

*Conselho editorial*

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Paulo Sergio Tumolo

Ricardo Gaspar Muller

Valcionir Correa